Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

MARCELO BATISTA NERY

Crime e violência no cenário paulistano:
o movimento e as condicionantes dos homicídios
dolosos sob um recorte espaço-temporal

Versão Corrigida

São Paulo
2016

MARCELO BATISTA NERY

Crime e violência no cenário paulistano:
o movimento e as condicionantes dos homicídios
dolosos sob um recorte espaço-temporal

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

Versão Corrigida

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N445c Nery, Marcelo Batista
 Crime e violência no cenário paulistano: o
 movimento e as condicionantes dos homicídios dolosos
 sob um recorte espaço-temporal / Marcelo Batista Nery
 ; orientador Sérgio Adorno. - São Paulo, 2016.
 207 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. homicídio. 2. movimento da criminalidade. 3.
espaço urbano. 4. análise espaço-temporal. 5. São
Paulo. I. Adorno, Sérgio, orient. II. Título.

NERY, M. B. **Crime e violência no cenário paulistano**: o movimento e as condicionantes dos homicídios dolosos sob um recorte espaço-temporal. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para meus pais,
amigos e
mestres.*

Agradecimentos

Tenho muito e a muitos a agradecer.

Aos meus pais Flavio Nery e Elicia Batista Nery, pelo apoio e pela confiança depositada em mim, mesmo quando eu não acreditava em minha capacidade.

À minha madrinha Ana Maria de Oliveira Paiva (*in memoriam*): “Tia Ia”, obrigado por tudo!

À minha amiga e namorada Vanessa Alves Sousa, por todos os momentos que passamos juntos, pela paciência, pela compreensão e pelo amparo.

Aos meus amigos Cristiane Ballanotti, Cristiane Scardua de Almeida, Júlio Herculano Ferreira, Luiz Fernando Costa de Lourdes, Patrícia Carla Santos, Reinaldo Reis Alves, Renata Silene Silva e Sergio Reis Alves, que me ajudaram em momentos difíceis e que me inspiram com suas histórias de vida.

À Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP); ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em especial a José Roosevelt Pacheco Paes, da Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações (SDI/São Paulo); à Prefeitura Municipal de São Paulo, especialmente a Rodrigo Nery Costa, da Assessoria Técnica de Obras e Serviços da Secretaria de Subprefeituras; à Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade); ao Instituto São Paulo Contra a Violência; e ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), pelos dados disponibilizados.

A todos os colegas do NEV-USP, ou que conheci nesse importante núcleo de pesquisas, em especial André Oliveira, André Zanetic, Caren Ruotti, Bruno Manso, Edmilson Lima Araújo “Dellon”, Fernando Filho, Herbert Rodrigues, Isabela Moutinho Sobral, Juliana Carlos, Maira Coutinho “Lila”, Mara Souza Lima, Maria Gorete Marques, Mariana Vieira, Mariana Thorstensen Possas, Rafael Werneck Cinoto, Renan Oliveira, Roberta Astolfi, Sergia Santos, Simony dos Anjos, Thiago Oliveira e Vitor Blotta, assim como, *in memoriam*, a Eduardo Brito e Paulo de Mesquita Neto.

Às professoras Maria Fernanda Tourinho Peres e Teresa Caldeira, pela cuidadosa leitura do exemplar de qualificação e pelas valiosas sugestões.

Aos professores e funcionários da USP e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em especial a Gustavo Barboza Mascarenhas.

Ao professor Renato Lima, pela gentileza de ter escrito um parecer positivo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que contribuiu muito com a realização do meu doutorado sanduíche.

À CAPES, pela bolsa sanduíche concedida (Processo BEX 6659/15-2).

À Teresa Caldeira, pelas valiosas sugestões e ensinamentos, pelas oportunidades oferecidas (chance de conhecer os Estados Unidos, minha primeira viagem internacional, e de estudar na University of California, Berkeley, oportunidade de uma vida) e, sobretudo, por ter aberto as portas de sua casa, por ter me acolhido e pelo carinho com que me recebeu. Assim, estendendo o meu agradecimento à família da professora Teresa: James (marido), Olivia (filha) e Max (cachorro).

À Giane Silvestre, que me recebeu em uma terra estranha. Sim, os EUA, ou ao menos a Califórnia, são uma terra estranha sob diversos aspectos.

Aos funcionários da UC Berkeley, em especial à Malla Hadley, e aos colegas do apartamento norte-americano Yakup Memsal e Firooz Kurdiyami. *Thank you very much!*

À Karla dos Santos, Waldir Novais e filhos (que, lembro, permitiram que usasse o computador deles quando ainda não tinha um); à Maria Ângela Pereira do Nascimento, Maria Aparecida de Oliveira e família, por se preocuparem com os meus pais quando estive longe.

Aos coautores de quatro artigos escritos durante o doutorado e fundamentais para esta tese, Altay Lino de Souza, Camila Nunes Dias, Diego Vicentin, Maria Fernanda Tourinho Peres, Nancy Cardia e Sérgio Adorno. Esses artigos são: “Regimes espaciais: dinâmica dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2008”, “Homicídios dolosos na cidade de São Paulo: fatores associados à queda entre 2000 e 2010”, “O movimento da criminalidade em São Paulo: um recorte temático e bibliográfico” e “A cidade e a dinâmica da violência”.

A Claudia Buchweitz pela cuidadosa revisão deste trabalho.

Ao professor Sergio Adorno, meu orientador, pela generosidade e coragem de ousar trabalhar com um pesquisador que busca empregar métodos e técnicas pouco comuns à sociologia brasileira e, especialmente, pela confiança, pela compreensão e pelo cuidado muitas vezes demonstrado.

Por fim, expresso aqui os meus mais sinceros agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram com a elaboração e concretização desta tese.

“Parece-me absurdo que as leis, que são a expressão da vontade pública, que abominam e punem o homicídio, o cometam elas mesmas e que, para dissuadir o cidadão do assassinio, ordenem um assassinio público.”

Cesare Beccaria

RESUMO

NERY, M. B. **Crime e violência no cenário paulistano: o movimento e as condicionantes dos homicídios dolosos sob um recorte espaço-temporal.** 2016. 207 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A cidade que mais cresce no mundo. São Paulo não pode parar... São Paulo deve parar! Mais do que *slogans* que marcam a história da maior metrópole brasileira, essas frases revelam uma capital marcada por mudanças e manifestações sociais típicas de grandes centros urbanos. O presente trabalho visa compreender essas mudanças por intermédio de uma das manifestações que melhor distingue o território paulistano: os homicídios dolosos, um dos principais problemas sociais desta metrópole. Para tanto, conceitos e concepções presentes na literatura que aborda o movimento da criminalidade urbana paulista são debatidos, utilizados como fundamento teórico e hipóteses a serem testadas. Além disso, técnicas estatísticas e geoestatísticas são empregadas como ferramentas analíticas do material empírico, obtido de diversas fontes. O trabalho é composto por estudos descritivo-exploratórios e análises em escala intraurbana. Congregando um amplo número de pesquisas científicas, esses estudos buscam esclarecer por que, em um determinado período e local, as taxas de homicídios dolosos apresentam estabilidade, crescimento ou retração. Já as análises avaliam esse fenômeno do ponto de vista dos diversos padrões de urbanização e de homicídios que configuram a cidade de São Paulo. De modo geral, as investigações são consideradas em perspectiva longitudinal, o que possibilita uma observação mais adequada das nuances e variações dos homicídios, assim como melhor contextualização das matrizes teóricas que sustentam ou contestam os resultados obtidos. Entretanto, mais do que considerar o movimento dos homicídios dolosos por intermédio de suas taxas e das condicionantes que explicam sua variabilidade no tempo e no espaço, avalia-se o efeito destas entre si, sob um ponto de vista sócio-histórico e, em sentido amplo, dialético e plural. Considerando o desenvolvimento da cidade, buscou-se apresentar as transformações ocorridas na urbe e como elas se associam às taxas de homicídios. Essas transformações são vistas tanto em nível macrossociológico como microsocial. No primeiro, focaliza-se o movimento dos homicídios dolosos tendo em vista fatores históricos, econômicos, políticos e sociais que aparecem direta ou indiretamente associados com esse movimento. No segundo nível, em cada uma das milhares de partes em que a cidade é dividida são verificadas características econômicas, infraestruturais, demográficas e sociais, entre outras, que se mostraram significativas para explicar a variabilidade dos homicídios. Ambos os níveis são articulados durante todo o trabalho, sendo as conclusões alcançadas oriundas desta articulação condutoras da reflexão acerca das principais conclusões deste estudo. Essas conclusões contrariam a noção de que o movimento dos homicídios pode ser explicado por teorias universais e atemporais, apontando para a importância de uma avaliação científica da área e do período de estudo, das teorias sobre crimes urbanos e das mudanças sociais capazes de alterar esse movimento.

Palavras-chave: Homicídio, movimento da criminalidade, espaço urbano, análise espaço-temporal, São Paulo.

ABSTRACT

NERY, M. B. **Crime and violence in Sao Paulo city**: the homicides movement and conditionings through spatio-temporal features. 2016. 207 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The world's fastest growing city. Sao Paulo can't stop... Sao Paulo must stop! More than slogans that marked the history of the biggest Brazilian metropolis; these sentences reveal a city characterized by change and social manifestations distinctive of large urban centers. The present work aims to comprehend these changes through one of the manifestations that best distinguishes the city area; homicides, one of the metropolis' main social problems. For this purpose, the concepts and conceptions present in the literature that approaches the city's urban criminality movement are addressed, and used as theory basis and hypothesis to be tried. Also, the statistical and geostatistical techniques are employed as analytical tools to study the empirical data obtained through several sources. This work is composed of descriptive exploratory studies and assessments on intraurban scales. The studies gathered a wide number of scientific researches that seek to clarify why, in a certain period and location, the homicide rates present stability, growth or retraction. On the other hand the analysis approaches this phenomenon through the point of view of several urbanization and homicidal patterns that characterize Sao Paulo city. Overall, the research is taken into consideration on a longitudinal perspective, what enables a more suitable observation of homicide shades and variations, as a better contextualization of the theoretical matrices that support or challenge the obtained results. However, more than considering the movement of homicide by its rates and conditionings, that explain their variations in time and space, it was also assessed the effects among each other, under a sociohistorical point of view and, in a wider perspective, dialectical and plural as well. Taken into account the city's development, it was sought to present the transformations that occur in the city and how they are related to the homicide rates. Those transformations can be seen in a macrosociological and microsocial levels. At the first, it was focused on the movement of homicide taken into historic, economic, politic and social account factors that show directly or indirectly associated with this movement. At the second level, in each of the thousand parts that composed the city it is verified economic, infrastructural, demographical and social characteristics, among others, that were found to be significant to explain the variability of homicide. Both levels are articulated throughout this work, and these conclusions reached arising of this articulation lead to reflection on the main conclusions of this work. These conclusions contradict the notion that the homicide movement can be explained by universal and timeless theories that show the importance of scientific assessments over place and time the study took place, of urban crime theories and the social changes capable of altering that movement.

Keywords: Homicide, crime movement, urban area, spatio-temporal analysis, Sao Paulo.

Lista de figuras, tabelas, gráficos e quadros

Figura 1 - Densidade de homicídios dolosos, para o município de São Paulo, 1997 a 2004	73
Figura 2 - Densidade de homicídios dolosos, para o município de São Paulo, 2005 a 2012	74
Figura 3 - Padrões dos homicídios dolosos para o município de São Paulo, 2000 a 2008	76
Figura 4 - Áreas homogêneas para o Município de São Paulo, 1977 – 1980 a 2010	79
Figura 5 - Padrões intraurbanos para o município de São Paulo, 1881 a 2010	81
Tabela 1 - Resumo das regressões, de 2001 a 2004	107
Tabela 2 - Resumo das regressões, para taxas de homicídios e de apreensão de armas	116
Tabela 3 - Resumo das regressões, de 2005 a 2009	122
Tabela 4 - Funções canônicas e sua contribuição para o vetor das taxas de homicídios, de 2000 a 2004 e 2005 a 2010	124
Tabela 5 - Resumo das regressões, de 2005 a 2009, em setores do padrão alto de homicídios, segundo IOC	132
Tabela 6 - Setores censitários totais e com indícios de organizações criminosas, segundo DPAT	150
Gráfico 1 - Evolução das taxas de homicídios dolosos, por 100 mil habitantes, município de São Paulo, 1981 a 2013	69
Gráfico 2 - Taxa de homicídios, segundo Distritos Policiais selecionados, 2000 a 2012	84
Gráfico 3 - Taxa de homicídios por Distritos Policiais do Município de São Paulo, grupo 0, 2000 a 2012	97
Gráfico 4 - Taxa de homicídios por Distritos Policiais do Município de São Paulo, grupo 1, 2000 a 2012	99
Gráfico 5 - Taxa de homicídios por Distritos Policiais do Município de São Paulo, grupo 2, 2000 a 2012	100
Gráfico 6 - Taxa de homicídios por Distritos Policiais do Município de São Paulo, grupo 3, 2000 a 2012	101
Gráfico 7 - Número de armas apreendidas na cidade de São Paulo, 2000 a 2010	117
Gráfico 8 - Relação entre padrões dos homicídios dolosos e os indícios de atividade de organizações criminosas, em 2007-2008	130
Quadro 1 - Distritos Policiais criados pelo Decreto Nº 52.315	42
Quadro 2 - Variáveis sociodemográficas para o município de São Paulo	95
Quadro 3 - Distritos Policiais por ano de criação e taxas	96

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	19
PARTE I – SÃO PAULO E A CRIMINALIDADE	29
A Expansão Urbana da Cidade	30
O Homicídio Como Problema Social e Sociológico	38
PARTE II - O CRIME CRESCE E MUDA DE QUALIDADE	45
A Década Perdida	46
A Década Mais Que Perdida	54
PARTE III - A CIDADE NO LIMAR DO NOVO SÉCULO	65
Um Momento Peculiar	66
Os Homicídios e a Heterogeneidade Socioespacial Paulistana	72
PARTE IV - O DECLÍNIO DOS HOMICÍDIOS	88
O Referencial Teórico	89
A Análise da Variabilidade: Variáveis e Procedimentos	94
PARTE V - O MOVIMENTO DOS HOMICÍDIOS NOS ANOS 2000	104
O Primeiro Período: 2000 a 2004	105
O Segundo Período: 2005 a 2011	121
PARTE VI - UM “NOVO” MOMENTO	142
O Conflito	143
O Movimento Atual e Seus Contextos	149
PARTE VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
Um Estudo Sobre Mudança Social	157
REFERÊNCIAS	165
ANEXO 1	198
ANEXO 2	199
ANEXO 3	201
ANEXO 4	203

APRESENTAÇÃO

As taxas de homicídios dolosos na cidade de São Paulo apresentam um comportamento volátil e são mais bem compreendidas quando considerados os seus padrões espaciais e as suas temporalidades. Essa declaração não é apenas a afirmação mais forte que esta tese permite atingir, mas também enseja a proposta de um debate sobre as mudanças sociais que nascem do dinamismo das relações e dos conflitos sociais, e que só podem ser percebidas e norteadas, quando muito, pela descrição do próprio processo de desenvolvimento dos grupos sociais e dos fatores que interferem neste processo.

De fato, o conceito de mudança social encontrou largo uso desde o aparecimento da sociologia e, a partir de então, o seu estudo ocupa um lugar central na sociologia clássica e moderna. A propósito, deve-se lembrar que esse campo de estudo nasceu e se fortaleceu com propósito de conhecer as bases estruturais e dinâmicas do comportamento coletivo e as consequências reconhecíveis das atuações dos grupos humanos, ou melhor, a realidade social e os fatores capazes de mudar essa realidade.

Mas, o que é mudança social? Como esse conceito pode ser definido, uma vez que o senso comum diz que tudo muda, o tempo todo? Que todo o dia é um novo dia! Entende-se aqui que mudança envolve a demonstração de quão profunda foi a alteração de um objeto de estudo ou de um contexto em um específico período de tempo, bem como daquilo que se mantém estável, como uma referência para medir alterações. A propósito, eminentes sociólogos do século XIX, como Comte e Spencer, propuseram-se a formular as leis dessa mudança e compreender o modo como ela opera em uma determinada sociedade. Outrossim, o mesmo ocorre com o conceito de desenvolvimento social.

Deve-se considerar que esses conceitos são diferentes. Primeiro, mudança social se distingue pelo fato de ser mais genérica, aplicando-se a quaisquer espécies de alterações do sistema social, analisadas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço. Assim,

a mudança social pode ser progressiva ou regressiva e, o que é essencial em nossa apreciação, de sua qualidade é que depende a caracterização do desenvolvimento social. Este se manifesta sempre que determinado sistema social sofra modificações relevantes para a realização do tipo social que lhe seja inerente ou para o qual tenda de forma irreversível (FERNANDES, 2013, p. 365).

Fortemente associadas à mudança social estão as cidades. Isso porque, como apontado inúmeras vezes, a sociologia é filha da Revolução Industrial, que é usualmente empregada para assinalar mudanças sociais e econômicas que marcam a transição de um modo de vida rural para um modo de vida urbano. Portanto, a filiação entre sociologia e cidade não é apenas teórica, conceitual e metodológica, mas é também histórica.

Ao analisar as diferentes dimensões do espaço social, os sociólogos foram conduzidos a pensá-lo por meio das mudanças que no decorrer do tempo transformaram de forma mais ou menos radical a natureza e a complexidade da trama social. E não havia local mais adequado para aquele pensamento que o contexto urbano. Diante disso, diversos sociólogos propuseram diferentes perspectivas e posições teóricas sobre mudança social tendo as cidades como área de estudo.

Entre os muitos sociólogos que estabeleceram suas proposições, três deles marcam a grande expressão dessas análises para as ciências sociais, a saber, Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Marx, por exemplo, percebeu os problemas de desenvolvimento social como fenômenos histórico-sociológicos (ou seja, sob um olhar que procura perceber a forma que assumem as relações sociais, em correspondência com uma condição histórica de desenvolvimento das forças produtivas), dando a conhecer que as influências sobre o comportamento social são variáveis em virtude de exprimirem o estado das relações entre as classes sociais, que se alteram de acordo com a conjuntura considerada. Sobre Marx, Fernandes (2013, p. 382) evidencia:

Não obstante, as suas preocupações pelo assunto são de cunho metodológico. Só ocasionalmente tentou abstrair e interpretar os fatores que explicam por que o desenvolvimento social assume padrões diferentes em países que tendem, de modo variável mas

constantes, para o mesmo tipo social. O que apresenta enorme interesse entre os resultados de sua investigação é a teoria do conflito como fator de mudança histórico-social na sociedade de classes.

Weber, por sua vez, observou o amplo processo de racionalização da sociedade moderna, ocidental, demonstrando a necessidade de expandir o âmbito das investigações sobre as formações urbanas. Isso porque essas formações nasceram da expansão do mundo ocidental, mas à margem das condições que explicam a formação e a evolução das cidades europeias. Como o conhecimento que temos dessas cidades não nos habilita a explicar as mudanças da ordem social como um todo, a sua caracterização sociológica não poderia repousar em conceitos unívocos e exclusivos ou implicar uma noção de continuidade temporal. Assim, ao examinar os diferentes estados da moderna sociedade de classes, focalizados de forma típico-ideal, conseguiu revelar que as atitudes e motivações que se incluem entre os requisitos dinâmicos de uma ordem social dependiam do ritmo e da continuidade da mudança sociocultural. Como demonstra Oliven (2010, p. 9-10):

De acordo com Weber, a cidade implica a existência de uma comunidade com um alto grau de autonomia, tanto ao nível objetivo (mercado, fortificação, exército, tribunal e direito ao menos parcialmente próprio) quanto ao nível subjetivo como um conjunto de lealdades. (...). Mas, Weber descartou a validade de uma sociologia de comunidades urbanas, pois, de acordo com seu argumento, embora a cidade moderna tenha se originado na comunidade relativamente autônoma de burgueses livres, que existiu no período de transição do feudalismo para o capitalismo, estas comunidades rapidamente perderam sua independência para se tornarem os alicerces do Estado nação. Assim, elas deixaram de proporcionar a base da experiência social total que caracterizou a “associação de comunidade”, dando lugar, em vez disto, a uma estrutura social muito além da área urbana e deixando, portanto, de ser uma unidade relevante para a análise sociológica.

Já Durkheim tomou como ponto de referência a caracterização do “estado normal” das sociedades modernas, dirigindo sua atenção para a integração e desintegração social e para as condições nas quais as próprias circunstâncias de manifestação dos fenômenos se apresentavam como

variáveis, o que o permitiu avaliar como e porque essas sociedades mudam. A prioridade é dada aos fatores demográficos, técnicos e econômicos na evolução social. Desse modo, as expressões quantitativas da cidade e o movimento da população adquiriam sentido quando referidas à forma de ocupação do solo, ao tipo de apropriação dos recursos naturais e ao ajustamento recíproco dos indivíduos, por meio da divisão do trabalho social e da interdependência econômica. Sobre isso, Fernandes (2013, p. 368) novamente destaca um aspecto fundamental:

Nesse caso, como nos sugere “De la Division du Travail Social”, são as identidades e as similaridades estruturais ou funcionais que contam em primeiro plano. Os problemas de mudança social que o sociólogo tem de resolver caem, aqui, no campo da sociologia comparada. São problemas pertinentes à análise filogenética e classificatória dos tipos sociais que permitem explicar os fenômenos da evolução social no tempo supra-histórico. A “lei da divisão do trabalho”, de Durkheim, ilustra bem esse ponto. A realização do tipo, pelos sistemas sociais globais, depende de requisitos estruturais e funcionais que se podem manifestar, dinamicamente, nas mais variadas condições de tempo e de espaço.

Entre a época estudada por Marx, Weber e Durkheim e o momento atual ocorreram transformações que alteraram profundamente os processos e fenômenos sociais. Todavia, o instrumental teórico fornecido pelo evolucionismo, pelo funcionalismo, por esses autores e pelas muitas outras abordagens da transformação social, não alterou fundamentalmente os termos em que o problema é colocado. Não ao menos até os anos 1970, quando aquele instrumental foi globalmente questionado.

É preciso ressaltar que as opiniões controversas e a diversidade de concepções e interpretações aumentaram gradativamente os conflitos ideológicos e reforçaram o questionamento que se fazia sobre a validade e o alcance das teorias sobre as mudanças sociais. A difundida teoria do “círculo vicioso da pobreza”, por exemplo, foi desde logo desmentida por inúmeros contraexemplos. Assim, apesar dos desmentidos, essa teoria não deixou por isso de se revestir de legitimidade na década de 1960. Dez anos mais tarde ela foi rejeitada, o que ocorreu ainda com outras teorias interpretadas como leis: do

“desenvolvimento”, da “modernização”, da “dependência” dos países periféricos em relação aos do centro, na América Latina (VALADE, 1995).

No decorrer do tempo, a inadequação entre essas leis e os resultados de estudos regionais ou locais revelou-se cada vez mais evidente. Muitas dessas elaborações foram propostas por sociólogos, que poucas concordâncias eram capazes de estabelecer com seus pares, principalmente quando inseridos no intenso debate que procurava inventariar e entender as variáveis explicativas da mudança social. Mas, a princípio, havia certo consenso em torno do caráter problemático dessa mudança.

Esse caráter é enfatizado nos estudos de diversos sociólogos. Esses retratavam os sérios dramas biológicos, psíquicos e sociais para o homem, criados sobretudo por rápidas mudanças. A civilização alterava-se tão depressa que repetidamente o organismo humano, a personalidade humana e a capacidade humana de agir em conjunto a fim de que ações sociais pudessem ser articuladas, a partir de uma vontade comum, sofreram diferentes tipos de desajustamentos. Mas, não se pode ignorar que a mudança era igualmente fonte de progressos e avanços políticos, econômicos e sociais. Ela era também um processo que acelerava a inovação técnica, o progresso das ciências, o aumento da produção, o crescimento da renda nacional, a elevação do nível de vida e a constituição de uma organização social ajustada às condições criadas por essas transformações.

De fato, as consequências dessa celeridade eram tão incertas, imprecisas, que geravam insegurança e medo na população, o que contribuiu para o surgimento de padrões, normas e valores sociais e a perda de outros antigos, assim como transformações de atitudes e comportamentos coletivos. Por isso, com o passar dos anos, cada vez menos se falou sobre a cidade e cada vez mais sobre os diferentes tipos de cidades que variam no tempo e no espaço.

Diante disso, é fundamental enfatizar que essas mudanças não são processos lineares, mas tendências que adquirem características diversas em diferentes sociedades e períodos. As recentes transformações pelas quais tem passado a sociedade brasileira podem ser analisadas no contexto de transformações maiores, que têm como palco o contexto mundial. Todavia, no

caso do Brasil essas transformações rotineiramente transparecem nos modelos de organização social (de diferenciação estrutural e funcional ou de saturação histórica, isto é, cunhada histórica e conscientemente) que se concretizam de um modo rápido e intenso. Nesse contexto, a (re)construção da sociedade é produzida por mudanças sociais, convergentes em certos aspectos e divergentes em outros, trazendo em seu bojo novas formas de organização institucional, política, econômica, jurídica e demográfica e de manifestações socioculturais.

Nos grandes centros urbanos essas formas surgem, se desenvolvem, retrocedem ou desaparecem com uma velocidade ainda maior. Portanto, é importante não somente estudar como elas ocorrem em situações específicas, mas também encará-las menos como dicotomias e mais como partes que integram os contextos das metrópoles. Isso porque as mudanças que atravessam o conjunto das metrópoles apresentam inúmeras similaridades, sobretudo no mundo globalizado, mas também possuem singularidades locais, irreduzíveis aos processos globais.

No plano teórico essa situação estimula o alargamento do horizonte intelectual do sociólogo, porque lhe abre a possibilidade de realizar um estudo sistemático de fenômenos e processos sociais. No plano, prático permite que a pesquisa seja concretizada em uma única área de estudo. Em outros contextos, menos complexos, seria necessário comparar sistemas sociais análogos (que tendem para o mesmo tipo social), entre diferentes cidades, Estados, províncias, países etc. Além disso, favorece uma visão mais utilitária dos estudos dos cientistas sociais, uma vez que os problemas encontrados podem ser explicados às instituições e aos grupos que atuam localmente e que podem ser efetivamente orientados no intuito de minimizá-los.

INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre homicídios dolosos ocorridos na cidade de São Paulo entre meados de 1970 e 2012. A escolha do crime, do local e do período não é acidental. A importância do homicídio é incontestável, uma vez que atenta contra um dos direitos mais prestigiados pela humanidade, à vida, inscrito e legitimado em documentos históricos, como as cartas de direitos humanos (final do século XVII), a Declaração dos Direitos do Homem (1789) e a Declaração Universal de Direitos Humanos (1984) da Organização das Nações Unidas (ONU)¹. Além disso, trata-se de um fenômeno social que afeta profundamente a saúde, a economia, a política, a segurança e, em última análise, a sociedade e o Estado, em geral, assim como as relações de cada indivíduo e grupo social, em particular.

No Brasil, o homicídio é tipificado pelo Artigo 121 do Código Penal como o ato de matar alguém, devendo-se esclarecer que doloso é o crime praticado por aquele que deseja espontaneamente cometê-lo ou assume o risco de fazê-lo². Não obstante, aqui o homicídio não será estudado apenas a partir de sua tipificação legal, sendo analisado como um fenômeno social condicionado por múltiplos fatores, em certa medida mensuráveis, que pode ser mais bem entendido quando os seus padrões espaciais e suas temporalidades são vislumbrados. Nessa perspectiva, o que interessa não são as ocorrências ocasionais ou fortuitas, mas as recorrentes, aquelas cuja variabilidade permite revelar as suas singularidades e os seus movimentos.

A investigação dos padrões de crimes de homicídio suscita várias questões, entre as quais duas serão os alvos deste trabalho: por que, em um determinado período e local, as taxas de homicídios dolosos apresentam estabilidade, crescimento ou retração? Que possíveis fatores são capazes de explicar esse movimento ou, em outras palavras, quais as condicionantes da variabilidade dessas taxas?

¹ Sobre esses documentos, ver Arzabe e Graciano (1998).

²Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625629/artigo-121-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 23 maio 2016.

Nesta tese defende-se o pressuposto teórico de que em uma cidade heterogênea como São Paulo as respostas mais adequadas a essas perguntas só podem ser obtidas quando esses crimes são contextualizados e avaliados em períodos de tempo relativamente longos e em sub-regiões. Ou seja, o processo de desenvolvimento dos homicídios não se dá em uma evolução contínua, não apresenta o mesmo ritmo no decorrer do tempo e não é estático no espaço, o que torna a análise das tendências gerais de longo prazo e da cidade como um todo insuficiente para identificar e compreender a relação entre as mudanças da sociedade e seus impactos sobre as mortes intencionais. Assim, a hipótese desta tese é que o movimento dos homicídios é condicionado por um conjunto particular de padrões sociodemográficos e contextos sócio-históricos, identificáveis empiricamente, que mudam em períodos de tempo.

Aqui, portanto, o objeto empírico são os homicídios dolosos e o principal objetivo é analisar o movimento desses crimes na cidade de São Paulo. Desse modo, o problema sociológico é contextualizar as explicações e os principais fatores desse movimento, de forma a apreender o que existe de singular nas mudanças sociais que marcam a volatilidade do número de homicídios. Todavia, é importante salientar que as circunstâncias referentes ao movimento do crime de homicídio não são aqui compreendidas por meio de uma relação de causa e efeito, mas de interação e interdependência.

Nessa perspectiva, foi avaliada a influência de fatores como urbanização, heterogeneização socioespacial, gestão de segurança pública e atuação das organizações criminosas sobre o número de homicídios. Esse exame foi realizado por meio de estudos descritivo-exploratórios, ou melhor, bibliográficos e analíticos. Bibliográficos porque foi realizada uma ampla consulta na literatura especializada acerca da mortalidade e criminalidade urbanas, e analíticos, pois foram avaliados estatisticamente dados relacionados àqueles fatores e registros de homicídios dolosos. Essas avaliações empregaram técnicas de análise espacial e de regressão múltipla, sobretudo com dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria de Segurança Pública

do Estado de São Paulo (SSP-SP) – tanto os dados pontuais quanto os agregados por distrito policial³ e por setores censitários⁴.

A capital paulista foi selecionada como área de estudo. Do ponto de vista prático, essa escolha deveu-se tanto ao grande número de homicídios quanto à diversidade de informações e de recortes temáticos e territoriais disponíveis, com características adequadas para serem integrados em um Sistema de Informações Geográfica (SIG) e analisados estatística e sociologicamente. Ainda assim, a opção pela cidade está relacionada à sua história e à peculiaridade de sua violência⁵.

Na pesquisa histórica verificamos que São Paulo se tornou uma megacidade (segundo critério da ONU para cidades com mais de 10 milhões de habitantes) às custas de um crescimento desordenado, que se revela em níveis desiguais de infraestruturas e serviços para atender às necessidades vitais da população.

Essa megacidade é caracterizada por espaços heterogêneos e condições de vida diferenciadas, sejam elas econômicas, demográficas, sociais ou criminais. De fato, uma rápida sistematização dos dados relativos a essas condições já seria suficiente não só para apontar os muitos problemas sociais que atingem São Paulo, mas também para tomá-la como expressão das condições mais gerais da sociedade brasileira. Entretanto, qualquer exame mais atento leva à constatação de que a situação da cidade no contexto brasileiro apresenta peculiaridades, entre as quais a violência é uma das mais significativas.

Nota-se a violência como um conceito e um instrumento-chave desta tese, aqui entendida como um problema social e uma questão sociológica, como uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando as interações

³ Totalizando 93 na cidade de São Paulo, os distritos policiais são áreas de atuação das polícias Civil e Militar, cujos limites territoriais são definidos por resolução do Secretário de Segurança Pública e decretados pelo governador, quando publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (ver ANEXO 1).

⁴ Setor censitário é uma unidade estabelecida por critérios operacionais pelo IBGE para a coleta de dados em função do perímetro urbano (linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal). Para as áreas urbanas, esses setores possuem em torno de 250 a 350 domicílios.

⁵ Ver ANEXO 4 (Base de Dados).

entre os grupos e as classes⁶, conforme Michel Foucault. Ademais, como um tema complexo, polissêmico e controverso, do qual emergem muitas questões a serem pesquisadas (MINAYO, 2006). Diante disso, entende-se que violência pode ser definida como um fenômeno característico das relações sociais, que se manifesta com maior ou menor intensidade e frequência em determinados contextos e momentos, bem como se revela de diversas formas. Aqui o que interessa, entre essas muitas formas, são as mortes intencionais, ações fora da lei socialmente reconhecidas e registradas pelo Estado de forma segmentária, hierárquica e exíqua, o que, destaque-se, tanto limita algumas análises como permite que sejam identificados padrões de características e tendências.

Há um consenso de que poucas preocupações são de tão ampla relevância, e tão complexas, quanto a violência. A fim de identificá-la no cenário nacional, deve-se lembrar que ela foi elevada a uma das quatro principais causas de óbito desde o final da década de 1980 – condição que se mantém neste século. Tomando-se as taxas de homicídios como indicadores dessa violência, confirma-se a gravidade da situação. No país, em 1980, 13.910 pessoas foram assassinadas. No período 1980-2000, cerca de 600 mil pessoas morreram vítimas de homicídios (IBGE, 2004). Os Estados Unidos, por exemplo, registraram no mesmo período aproximadamente 400 mil mortes por homicídio⁷.

Nos anos 2000, estima-se que a cada 11 minutos uma pessoa tenha sido morta de forma violenta no Brasil⁸. Em 2010, o número de assassinatos chegou a 49.932. Somados os homicídios registrados em 30 anos (1980-2010), 1.091.125 pessoas foram vítimas desse crime (WAISELFISZ, 2011b). Para perceber a dimensão desse número, ele é 50% maior que a soma das mortes provocadas diretamente pela guerra civil de Angola, que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos, até 2002, e apenas 35% maior que as mortes

⁶ Para mais informações ver Adorno (1999) e Santos (2004).

⁷ FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. *Uniform Crime Reports*. Disponível em: <<https://www.fbi.gov/about-us/cjis/ucr/crime-in-the-u.s/1999/99sec5.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016. Cabe ainda lembrar que os EUA e o Brasil, em 2000, possuíam 281.421.906 e 169.799.170 residentes, conforme seus respectivos censos.

⁸ Soma de homicídios, mortes no trânsito e suicídios. Segundo levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), realizado em 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_20_anos_conass_2009.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ocorridas em Ruanda, em conflito armado que decorreu entre 1990 e 2002 (FARR, 2009). Em 2014, em território brasileiro, o número de pessoas mortas de forma intencional chegou a 58.559, cerca de 160 assassinatos por dia – a marca mais alta em sete anos (FBSP, 2015)⁹.

Se esse é um problema nacional, apesar de alguns estudos indicarem que a violência tem crescido mais rapidamente em cidades do interior do país do que nas capitais (WAISELFISZ, 2011a, 2013), ele se destaca nos grandes centros urbanos. E, ao se citar esses centros, a capital paulista merece referência especial.

Segundo dados oficiais compilados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), entre 1998 e 2002, a cidade de São Paulo registrou mais de 25,4 mil mortes por homicídios¹⁰, gerando taxas superiores a 45 por 100 mil habitantes. No mesmo período, em alguns de seus distritos¹¹, como Cidade Tiradentes, Brasilândia e Jardim Ângela, indicados à época como alguns dos locais mais violentos do mundo pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as taxas de homicídios superavam 100 por 100 mil habitantes. De acordo com cálculos da OMS, mais de 6 mil pessoas perderam a vida de forma violenta no município de São Paulo apenas no ano de 2002.

A violência, contudo, não é a mesma de um período para outro (WIEVIORKA, 1997) e a relação entre local (ou seja, a localização específica determinada por algum método de análise) e crime (o registro de um fenômeno social de violência) é crucial (ANSELIN et al., 2000; ALMEIDA; HADDAD; HEWINGS, 2005). Na última década, a capital paulista apresentou uma queda contínua nas taxas de homicídios dolosos. Os paulistanos observaram, entre 2003 e 2007, uma redução de 3.093 óbitos por homicídios (a quase totalidade, em termos absolutos, da queda nacional observada naquele momento). Entre 1999 e

⁹ O ano de 2014 foi o último com dados de homicídio disponíveis em âmbito nacional, durante a elaboração desta tese.

¹⁰ Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/projetos/acervosspp/impix.php>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

¹¹ Totalizando 96 na cidade de São Paulo, os distritos, também conhecidos como distritos censitários ou administrativos, são áreas com limites determinados por lei municipal. Os distritos atuais foram estabelecidos pela lei municipal nº 10.932, de 15/01/91, depois alterada pela lei nº 11.220, de 20/05/92.

2007 essa diminuição foi de 74%, de 67 para 17 por 100 mil¹². O município, que em 1999 ocupava a segunda posição entre as capitais com maior número de homicídios, em 2006 já caíra para a 23ª posição, apresentando uma das taxas mais baixas do país (PERES et al., 2011a). Nota-se ainda que no mesmo momento distritos como Perdizes, Alto de Pinheiros e Jardim Paulista apresentavam taxas inferiores a 10 por 100 mil habitantes.

Desde 2010, as taxas paulistanas estão próximas a 10 por 100 mil, retratando uma condição bem diferente daquela registrada no final do século passado. Porém a tendência de queda foi interrompida em 2012, quando houve um crescimento de 34,2% no número de homicídios. A situação mostra-se ainda mais complexa em uma perspectiva intraurbana (na escala de setores censitários), já que na ocasião em que a cidade como um todo registrava alta taxa de homicídios dolosos, em relevantes parcelas do território paulistano raramente ocorriam assassinatos. Por outro lado, quando as taxas diminuíram significativamente, muitas localidades da capital paulista ainda apresentavam elevados níveis de homicídios¹³.

A opção por centrar o estudo entre a década de 70 do século passado até 2012 diz respeito a dois aspectos. Em primeiro lugar, por ser o período a partir do qual as mortes violentas se tornaram objeto relevante das ciências sociais no Brasil. Em segundo, pelo movimento dos homicídios em si, já que os registros desses crimes, em termos absolutos e relativos, apresentam desenvolvimento irregular do ponto de vista anual. Já na perspectiva de longo prazo, observa-se a tendência de aumento entre meados da década de 1970 e o ano 2000, com declínio constante a partir de então e apresentando valores picos em locais e momentos específicos até 2012, quando essa queda foi descontinuada.

Diante disso, esta tese está dividida em treze capítulos, distribuídos por sete partes, além desta introdução. Esses capítulos estão organizados de forma longitudinal, o que se justifica de duas maneiras. Primeiro, por auxiliar na contextualização dos estudos, dos fatos históricos e dos dados apresentados.

¹² Mortes por agressão, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, DATASUS. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10sp.def>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

¹³ Para obter mais informações sobre essa questão ver São Paulo (2008).

Segundo, em razão desses dados, fundamentais às análises, apresentarem em geral a condição e o curso dos fatos que mensuram em períodos regulares, como biênios, quinquênios e décadas.

Em todos os capítulos são avaliados os estudos acadêmicos que problematizam a violência paulistana e os contextos em que foram produzidos. Essa avaliação teve por intuito fazer um balanço da literatura que analisa o movimento da criminalidade, em especial os homicídios dolosos, dando a compreender como suas condicionantes têm sido tratadas nessa bibliografia. Além disso, como é comum a qualquer investigação acadêmica, o grande número de estudos citados nos serve de base teórica fundamentando as escolhas feitas no decorrer das análises e posicionando este trabalho diante das muitas linhas de pesquisas existentes. Entretanto, aqui eles cumpriram mais dois objetivos. O primeiro foi apresentar um balanço bibliográfico inédito, alcançado quando a revisão foi publicada na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (NERY; ADORNO, 2015)¹⁴.

O segundo objetivo foi indicar e contextualizar, sempre que possível, o momento em que os estudos foram publicados. Isso se deve, sobretudo, à maneira pela qual as mudanças sociais e a violência se colocaram para os intelectuais brasileiros, direcionando-os recorrentemente a uma perspectiva crítica e participante. Destarte, da mesma forma que é possível perceber que eles assumiram suas responsabilidades intelectuais em um nível puramente acadêmico, também se pode notar que adotaram posturas político-ideológicas que trouxeram relevantes implicações aos estudos que desenvolveram.

Na primeira parte, são apresentadas as principais mudanças no espaço urbano de São Paulo anteriores à década de 1970, com destaque para os aspectos fundamentais do processo de metropolização e periferação da cidade. Esses aspectos revelam a heterogeneização social da capital paulista e, por conseguinte, a diversificação da violência. Também se descreve o contexto

¹⁴ Esse balanço, realizado no processo de desenvolvimento da tese, foi publicado no referido artigo. Entretanto, nele o principal intuito foi problematizar os trabalhos produzidos à luz do debate acadêmico sobre a violência no Brasil, sobretudo os estudos que buscam averiguar cientificamente o crescimento ou a retração dos crimes e identificar possíveis causas ou fatores capazes de explicá-los.

no qual o homicídio passou a ser visto como um grave problema social e um proeminente objeto acadêmico. Percebe-se o avanço da criminalidade, o aparecimento de modalidades delitivas complexas e a transformação do perfil dos crimes e dos criminosos. Entrementes, em um período de regime autoritário (1964-1985¹⁵), observa-se um acelerado crescimento populacional, aumento que impactou a infraestrutura e os serviços urbanos. É nesse contexto, associado à insuficiência de recursos humanos, materiais e procedimentais nos aparelhos públicos encarregados de aplicar a lei, que se analisa o desenvolvimento das políticas de segurança pública e dos estudos criminológicos.

Na segunda parte, problematiza-se a crescente tematização da questão da violência. Os aspectos sócio-históricos e ideológicos que influenciaram essa tematização ganham destaque em um contexto de crises econômicas, transição política, corrupção policial, morosidade e ineficiência de todo o sistema de justiça criminal, urbanização desordenada e conflitos urbanos. Ainda se verifica o aumento relativo dos homicídios e examinam-se as implicações dessa conjuntura para os gestores públicos de segurança e para os acadêmicos. Por um lado, as manifestações sociais e a reflexão acadêmica se revelam cada vez mais complexas e conferem contornos específicos ao debate sobre segurança pública em São Paulo. Por outro, a continuidade das graves violações dos direitos humanos após o fim do regime ditatorial, bem como a impunidade penal e a letalidade policial, transformaram-se em temas comuns nesse debate. Enquanto isso, os homicídios tornaram-se a primeira causa de mortalidade entre as causas externas no país, as organizações criminosas ampliaram sua esfera de influência e as condições sociais (condicionadas por aspectos econômicos e tecnológicos) sofreram rápidas mudanças.

Na terceira parte é exposto o contexto que antecede e sucede o início dos anos 2000. Primeiro são apresentados alguns dos principais fatos ocorridos entre 1999 e 2001, entendidos como fundamentais para a compreensão das

¹⁵ Na madrugada de 31 de março de 1964 um golpe militar depôs da presidência da República o trabalhista João Goulart, instituindo uma ditadura civil-militar alicerçada na perda de direitos políticos, perseguição de opositores do regime e repressão violenta. O processo de redemocratização do país teve início em 1985, com a eleição indireta (pelo Congresso Nacional) do peemedebista Tancredo Neves, que morreu antes da posse, assumindo em seu lugar o vice-presidente José Sarney.

transformações em curso no Brasil, na área da segurança pública. Em âmbito nacional, destaca-se a tentativa de empreender uma agenda para a segurança, pelo menos do ponto de vista dos compromissos da União. Na esfera estadual, ressalta-se o aumento do orçamento na área de segurança pública. Na municipal, nota-se a surpresa com a queda dos homicídios. Esses três processos são o pano de fundo para demonstrar a volatilidade das taxas de homicídio e questionar as muitas “teses” sobre suas tendências na capital paulista.

A quarta parte principia com a confirmação da sucessiva redução de homicídios dolosos em São Paulo. A preocupação com a identificação de condicionantes relacionadas a essa redução é contemporânea a um contexto de aumento desses crimes no país como um todo, e de rápido avanço das pesquisas sobre o tema. O intuito dos capítulos que se seguem é, então, indicar entre esses trabalhos os mais alinhados com esta tese, ao mesmo tempo em que busca aprofundar a discussão sobre o estudo das condicionantes das taxas de homicídio em distintos níveis (macro/global e micro/local) e a existência de padrões de homicídios, assim como destacar a necessidade de analisar o movimento destes em função do espaço e do tempo em que pode ser situado.

A quinta parte dá continuidade às discussões iniciadas no bloco anterior e demonstra a adequação de desenvolver as análises em dois períodos, de 2000 a 2004 e de 2005 a 2011 – divididos assim em razão dos resultados descritos em Nery et al. (2012)¹⁶. Inicialmente, verifica-se a importância do distrito policial como unidade de análise. Depois, demonstra-se a aplicabilidade das pretéritas taxas de homicídio como *proxy* da inércia criminal, dos processos de difusão das interações sociais e dos círculos de vingança. Concomitantemente a essa verificação e demonstração, são lembrados fatos históricos como a megarrebelião de 2001 e Estatuto do Desarmamento, de 2003 – ambos os fatos se mostraram fundamentais para a análise do referido movimento no período seguinte. No segundo capítulo, a consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC),

¹⁶ Esse artigo foi o primeiro resultado obtido durante o doutorado e o processo de elaboração desta tese. Escrito com o objetivo de identificar a existência de padrões espaço-temporais na ocorrência de homicídios dolosos na cidade São Paulo e discutir o valor analítico de levar em conta tais padrões, ao elaborar estudos que tratam da dinâmica e dos fatores associados à incidência dos homicídios dolosos, aqui ele é revisto e aprofundado.

entre 2001 e 2005, e a onda de ataques provocada por essa organização criminosa, em maio de 2006, são os fatos históricos que despontam como aspectos basilares para explicar as tendências averiguadas entre 2005-2011. Nesse período, as taxas do ano anterior tornaram-se variáveis significantes apenas nos modelos estatísticos para locais específicos da cidade. Do mesmo modo, foi averiguado que no contexto de menores taxas de homicídios a explicação da variabilidade destas está relacionada à avaliação dos aspectos sociodemográficos e à indicação de presença, ou não, de atividade de organizações criminosas, bem como a conflitualidade entre Estado e crime e a forma como a política de segurança pública foi implementada e sistematizada.

Na sexta parte, verifica-se que a capital paulista está em uma fase iniciada em 2012, quando um amplo conflito se estabeleceu entre as forças de segurança, sobretudo a Polícia Militar, e criminosos, principalmente ligados ao PCC. Entrementes, constata-se que esse conflito é um dos fatores essenciais para a avaliação do atual movimento dos homicídios em São Paulo. Diante disso, todos os fatores significativos verificados antes, nesta tese, são assinalados e representados segundo os distintos contextos da cidade que conformam. Isto é, os contextos caracterizados pelas condicionantes que melhor explicam a variabilidade das taxas daqueles crimes.

Na última parte são apresentadas as considerações finais, indicando os principais resultados encontrados e as contribuições teóricas e metodológicas mais relevantes. Essa apresentação parte de uma certeza e de uma constatação. A certeza de que este trabalho revela, sobretudo, uma cidade em movimento. Desse modo, denota-se a necessidade de uma clara determinação da origem das fundamentações (principalmente as mais genéricas e deterministas), onde foram publicadas e por quem, e da forma como a área e o período de estudo foram definidos. Além disso, a dificuldade e a exigência de avaliar como as mudanças sociais se ligam aos fenômenos mais gerais e suas especificidades no contexto urbano.

PARTE I – SÃO PAULO E A CRIMINALIDADE

A capital paulista é heterogênea em seu cerne. Uma heterogeneidade marcada por sua história e pelas circunstâncias de sua expansão. Diante disso, torna-se essencial descrever as rápidas mudanças ocorridas na cidade e suas principais consequências, com destaque para o processo de metropolização e a alteração da estrutura urbana, que ampliou a urbe para áreas cada vez mais periféricas.

Ao mesmo tempo, mostra-se fundamental apresentar o contexto em que a mortalidade violenta passou a ser entendida como um grave problema social, com verificação tanto do aumento dos relatos de embriaguez, agressividade física e prática de jogos de azar como no desenvolvimento da economia da prostituição e do comércio varejista de drogas. O objetivo deste capítulo não é esgotar toda a discussão a respeito dos assuntos mencionados, mas abordar os seus aspectos mais relevantes para o entendimento desta tese como um todo.

A Expansão Urbana da Cidade

Como é de amplo conhecimento, São Paulo, como muitas outras capitais do mundo, vivencia de maneira própria as condições sociais relacionadas às transformações urbanas. Destarte, a singularidade da metrópole paulistana revela-se em vários aspectos, tais como a celeridade dessas transformações. A cidade sofreu rápidas e profundas alterações no século XX, sendo, em meados dos anos 1880, uma vila com perto de 50 mil habitantes (FAUSTO, 2001). Menos de meio século depois, São Paulo alcançava seu primeiro milhão de moradores, em um dos mais velozes processos de urbanização do mundo – mais rápido, por exemplo, do que o ocorrido nas metrópoles europeias e norte-americanas, no curso do século XX (MEYER; GROSTEIN, 2010).

Nesta tese não se tem a pretensão de analisar esse processo, tarefa já executada em importantes estudos, como os de Lefebvre (1969), Langenbuch (1971), Camargo et al. (1976), Brant (1989), Rolnik, Somekh e Kowarick (1990), Frugoli JR (1995; 2000), Maricato (1996; 2012), Caldeira (1997; 1984; 1989; 2000), Meyer (1999), Villaça (1998; 1999), Campos (2000), Kowarick (2000), Rolnik (2001), Carlos (2004) e Meyer e Grostein (2010), apenas para citar os mais relevantes para o presente trabalho. Contudo, à luz dessas investigações, como em Shaw e McKay (1942)¹⁷, é fundamental levar em conta as condições urbanas da cidade de São Paulo e posicionar a tese em relação a duas interpretações amplamente difundidas sobre a formação dessas condições.

Na primeira interpretação entende-se que a urbanização acarretou uma contínua reconfiguração territorial e uma deterioração funcional, física e, até mesmo, psicológica do espaço paulistano e das condições de vida da sua população. Camargo et al. (1976, p. 18) ressaltam que essa interpretação sugere, “[...] a partir da grita mundial sobre os problemas das grandes cidades – poluição, dificuldades de transporte, ‘stress’, solidão – que o próprio desenvolvimento seria responsável pelas condições desumanas da vida ‘moderna’”. A relação entre a

¹⁷ Os trabalhos de Shaw e McKay são exemplares entre aqueles que se dedicaram a estudar aspectos da desorganização social e apontar para a importância de identificar as condicionantes estruturais da distribuição do crime no espaço e no tempo.

urbanização e a ampliação dos problemas urbanos, percebida como inequívoca, é atribuída à forma desordenada do crescimento metropolitano e à ausência ou ineficácia de planejamento. Na prática, em uma cidade onde o acelerado crescimento populacional não é acompanhado por uma expansão equivalente da infraestrutura dos serviços urbanos as demandas sociais se acumulam. Portanto, não é difícil entender o ponto de vista daqueles que indicam o processo de crescimento urbano como responsável pelo pauperismo e pela divisão entre acumulação de riqueza e pobreza.

A interpretação que orienta esta tese é diversa e parte do princípio de que os problemas que afetam a qualidade de vida da população paulistana não decorrem necessariamente do crescimento da cidade como tal e não a atingem igualmente. Esses problemas diferenciam-se segundo o acesso a bens e serviços e as características sociodemográficas de uma dada população em certo período, bem como a combinação e o desenvolvimento temporal deles. Entende-se que esse acesso e essas características variavam pela cidade, existindo espaços com particularidades geográficas, econômicas e sociais muito diferentes. Na verdade, os espaços que podem ser caracterizados pela sobreposição de carências e vulnerabilidades urbanas ou pelo acesso a novos produtos habitacionais e artefatos arquitetônicos são fundamentais para retratar as condições urbanas de São Paulo. Isso porque a sua exacerbação é uma das principais peculiaridades da capital paulista. Todavia, esses espaços extremos não são os únicos.

Nas primeiras décadas do século passado, se existiam bairros com espaços inadequados para moradia e para o crescente movimento de veículos e pedestres, nos quais faltavam higiene e serviços sanitários, escasseava a diversificação de instituições e agentes públicos capazes de prover segurança adequada aos cidadãos. Também havia bairros em claro processo de modernização, com uma série de intervenções, investimentos e importantes patrimônios edificadas, em que as pessoas pareciam se sentir mais resguardadas. E, ainda, bairros com realidades menos díspares quando comparados entre si.

O Bom Retiro, localizado na região central da cidade, serve de exemplo dessa última circunstância. Ainda nos anos 1920, nesse bairro formado por

brasileiros, italianos (predominantemente) e judeus surgiram novos núcleos habitacionais direcionados a estes últimos, que imigravam em grande número de diversas partes do mundo. Em pouco tempo, a diferenciação interna do Bom Retiro transpareceu com a construção de novas moradias. A distribuição espacial da população local acompanhava a condição social dos seus habitantes. Os mais pobres habitavam onde era possível. Os operários e suas famílias se alojavam notadamente nos cortiços. Além disso, como destacam Truzzi (2001) e Kosminsky (2012), as pessoas de maior poder aquisitivo constituíam grupos fechados, sempre que podiam. Nos novos assentamentos em que se estabeleciam esses grupos, raramente eram atingidos pelos conflitos e agressões que, em certos momentos, se acentuavam devido às diferenças culturais entre os diversos grupos étnicos no bairro.

Os cenários de heterogeneidade dos espaços e das violências podem ser estendidos para toda a cidade. Alguns habitantes residiam em locais onde eram vistos vários estilos arquitetônicos importados, em bairros elegantes e restritos que despontavam como alvos de privilegiados investimentos do poder público. Alguns conviviam em situação de extrema pobreza e privação, em localidades nas quais não havia nem mesmo a perspectiva de acesso ao sistema público de esgoto; outros vivam em uma condição menos desigual. Ao mesmo tempo em que as pessoas se espantavam e se inquietavam ao terem conhecimento de um crime e a sensação de insegurança variava conforme o contexto social, político e econômico de cada indivíduo ou grupo, a percepção do aumento da violência estava presente no cotidiano de muitos paulistanos.

Essa percepção é fundamental para entender o movimento do crime urbano que se constituía. Mesmo antes dos anos 1930 múltiplos indícios do aumento da insegurança podem ser identificados. Um deles é a disseminação do revólver. Ainda predominantes no século XIX, os homicídios por instrumentos cortantes (facas e punhais, sobretudo) cederam terreno para os homicídios por armas de fogo a partir dos anos 1905-1909, a ponto de se tornarem majoritárias no primeiro quartel do século XX (FAUSTO, 2001). Outro indício é a inauguração oficial da Penitenciária do Estado (SALLA, 1999).

Mais dois importantes indícios são criação da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP), em 1924, e da Guarda Civil do Estado, em 1926. A DOPS-SP foi a primeira delegacia de polícia paulista criada para a vigilância e controle social. Inicialmente voltada ao controle de mobilizações operárias e de outros movimentos sociais considerados subversivos, voltou-se progressivamente para o controle das violências e dos crimes urbanos. Já a Guarda Civil foi estabelecida com o intuito de fiscalizar e inspecionar a circulação de veículos e dos eventos públicos, bem como realizar o policiamento na capital.

No momento em que a urbanização produziu inéditas práticas socioespaciais, com novas formas de diferenciação e segregação, e, assim, assinalou a fragmentação territorial e social da cidade, o Estado elegeu as suas mais prementes ameaças. Diante delas, reativou-se a ideia de gestão filantrópica da pobreza urbana na capital. Conforme Adorno (1990a), orientada pelo pensamento higienista dominante, era uma filantropia na qual diferentes tipos urbanos deveriam ser classificados e separados segundo suas características: loucos para os hospícios, vadios para as casas de correção, crianças para os asilos de órfãos etc.

Constituída na conjuntura de 1880 a 1920, poucos anos depois essa forma de gestão ressurgiu com a invenção do estatuto da tutela, por meio do qual, diante daqueles cenários de heterogeneidade e da presença dos pobres (trabalhadores da economia informal, delinquentes, vadios, alienados mentais, prostitutas, crianças abandonadas, velhos), reclamava o emprego de táticas de "enclausuramento". Nota-se que a sociedade se sentia ameaçada, então, por grupos de "menores"¹⁸ que começavam a perambular por algumas das ruas da cidade. Em decorrência disso, consolidou-se a demanda por uma legislação especial para crianças e adolescentes, sob a "tutela oficial" do Estado e a ampliação do papel da justiça, tanto como protagonista na formulação do problema quanto como agente responsável pela elaboração e aplicação de

¹⁸ O termo "menores" está sendo utilizado aqui como no discurso da época. Sobre a crítica da categoria "menor" ver Corrêa (1982) e Fausto (2001).

medidas basicamente penais. Também data desse período a criação do Código de Menores, em 1927 (BELLUZZO; VICTORINO, 2004).

Além disso, constata-se que a economia da prostituição e o comércio varejista de drogas se desenvolveram a partir daquela década (TEIXEIRA, 2012) e, conseqüentemente, foram criadas leis para reprimir essas transgressões. Conforme Feldman (1989), a regulamentação da prostituição feminina ficou sob a responsabilidade da Polícia de Costumes, a partir da qual foram estabelecidos mecanismos de controle sobre a figura da mulher prostituta. Segundo Paoli (1989), entre homens adultos, a drogadição, a agressividade física e a prática de jogos de azar tornaram-se tão corriqueiras que o modo de lidar com esses “atos de indisciplina e insubordinação” começou a aparecer insistentemente nos textos jurídicos divulgados pelo Ministério do Trabalho (ensaios doutrinários e respostas a consultas jurídicas), publicados entre meados da década de 1930 e início dos anos 1940.

A opinião pública reforçava o mal-estar em torno da presença e dos atos daqueles “menores”, mulheres e homens como imagem da delinquência, da imoralidade e do vício que invadiam as ruas. Essas pessoas eram percebidas como aquelas que afluíam das áreas mais degradadas do centro e dos bairros mais periféricos da cidade, justamente as que aumentavam exponencialmente, para promover ações criminosas.

Nas décadas de 1940 e 1950¹⁹, o processo de metropolização alterou profundamente a estrutura urbana. Os bairros centrais, que antes constituíam a cidade propriamente dita, mantiveram ou apresentaram decréscimo no número de habitantes, enquanto a expansão para a periferia acelerou-se, dando contornos a uma cidade espraiada e estratificada (CALDEIRA, 1984), que até hoje influencia a estrutura urbana da capital paulista.

A celeridade desse processo torna-se clara na observação do crescimento do número de domicílios próprios em São Paulo, que no início daquelas décadas passou de 69.097 para 167.953, um salto de 25% para 37,7%

¹⁹ A periodização em décadas e quinquênios se justifica pelo fato dos dados socioeconômicos, demográficos e criminais disponíveis, e capazes de ilustrar o desenvolvimento urbano e criminal da cidade, terem sido produzidos seguindo esses períodos de tempo.

(FELDMAN, 2005). Naquele contexto, Claude Lévi-Strauss relatou: “A cidade desenvolve-se com tal rapidez que é impossível encontrar-lhe um mapa: cada semana exigiria uma nova edição” (apud CAMPOS, 2000, p. 121). Destarte, o reflexo dessa expansão pode ser percebido pela elevação do território citadino. Conforme dados da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa), a extensão da cidade aumentou de 1.484 Km² (1940) para 1.624 Km² (1950). Segundo o Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC), em 1970 a área da cidade passa para 1.509 Km², dimensão que mantém até hoje (GOUVEIA, 2010).

Essa alteração gerou exigências de infraestruturas modernas e de fluidez que não se concretizaram amplamente e condicionou a formação das novas centralidades hegemônicas, isto é, pontos de atração de investimentos e atividades comerciais e de serviços que, ainda hoje, frequentemente acabam por reordenar e refuncionalizar a organização social intra e entre regiões da cidade. Nos anos 1950, a população paulistana passou de pouco menos de 2,2 milhões de habitantes para mais de 3,6 milhões. A capital se organizou como uma cidade policêntrica, com subcentros estruturados em diferentes bairros, como Pinheiros, Lapa, Santo Amaro e Brás, deslocando progressivamente seus polos urbanos em direção à região da Avenida Paulista e dos Jardins²⁰, com o abandono gradual do centro tradicional por parte das elites econômicas (CAMPOS; GAMA; SACCHETTA, 2004).

Em 1960 São Paulo adquiriu um novo perfil, que se expressou de forma decisiva na atividade imobiliária, na dinâmica econômica e na produção do ambiente urbano. Um *boom* imobiliário consolidou a tendência paulistana de concentrar numa mesma região da cidade a moradia da elite econômica e as atividades de ponta do capital. A expansão do bairro dos Jardins, iniciada ainda nas primeiras décadas do século XX, atingiu naquele período a margem do Rio Pinheiros, unindo-se ao ainda pouco habitado bairro do Morumbi. A Avenida Brigadeiro Faria Lima foi alçada à condição de vetor de novo movimento

²⁰ Comumente referido como Jardins, os bairros Jardim América e Jardim Europa são localizados no quadrante Sudoeste da cidade de São Paulo. Distinguem-se pelo conceito urbanístico que busca replicar o modelo de “cidade-jardim” criado pelo pré-urbanista inglês Ebenezer Howard (1850-1928). Para mais informações sobre essa questão ver Villaça (1998).

expansionista (IGLECIAS, 2001). Associado ao intenso crescimento populacional, implicou o financiamento de toda a infraestrutura daquela região pelo Estado (sistema viário, calçamento, coleta de lixo, água e luz, água, luz etc.), valorizando os terrenos dos novos espaços urbanos construídos, os quais passaram a constituir os mais caros da cidade. Ao mesmo tempo, as regiões ditas centrais passaram a ser ocupadas por estabelecimentos comerciais e de serviços e novas residências.

A presença de favelas e cortiços em terrenos irregulares e áreas de riscos ou impróprias à construção, assim como de novos e modernos empreendimentos em locais com infraestrutura e acesso a equipamentos e serviços, tornou-se cada vez mais acentuada. Desse modo, consolidou-se uma desigualdade socioespacial que concentrou as camadas de alta renda no Sudoeste e as de baixa renda nas periferias, configurando o cenário no qual parcelas cada vez maiores de trabalhadores passaram a residir, a longas distâncias dos centros de emprego.

Nos anos seguintes e durante todo o período conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1968-1973)²¹, o gradiente de desigualdade se acentuou em direção aos extremos da área urbanizada da cidade, expondo as carências de infraestrutura básica e de equipamentos públicos, bem como as manifestações de violência. De fato, a tentativa de apresentar uma visão geral de mortes decorrentes dessa violência (ao menos de sua frequência e sua abrangência) na cidade de São Paulo, naquele momento, esbarra na carência de informações. Entretanto, Mello Jorge (1981) nos dá subsídios para considerarmos o seu agravamento. Segundo a autora, levando em conta todos os homicídios ocorridos na capital paulista²², os aumentos verificados de 1960 para 1965 e de 1965 para 1970 foram, respectivamente, de 69,3% e de 82,9%. Além disso, as intervenções legais²³ começaram a aparecer, efetivamente, em 1970. Nesse ano, 28 óbitos foram causados por essas intervenções, número 14 vezes maior do que o

²¹ O período é conhecido como “milagre econômico brasileiro” em função do excepcional crescimento econômico. A taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% ao ano, em 1968, para 14%, em 1973. Paradoxalmente, no mesmo período também houve o aumento da concentração de renda e da desigualdade.

²² Usada a Classificação Suplementar de Causas Externas, Lesões e Envenenamentos da Classificação Internacional de Doenças (CID), 9ª Revisão, 1975.

²³ Lesões infligidas pela polícia ou outros agentes da lei, durante a detenção ou tentativa de detenção por infração legal, com fins de reprimir distúrbios, manter a ordem pública e outras ações.

registrado cinco anos antes. Ainda segundo Mello Jorge (1981), o número de intervenções legais continuou amentando, totalizando 59 óbitos em 1975, o que representou um aumento de 110,7% em relação a 1970.

O Homicídio Como Problema Social e Sociológico

No Brasil, especialmente em cidades como São Paulo, as contestações sobre a urbe, o crime e a relação entre eles estiveram presentes no debate público e nas discussões domésticas desde o fim da era colonial (KOWARICK, 1987; FAUSTO, 2001). No entanto, há apenas 40 anos os homicídios passaram a ter o estatuto de objeto relevante das ciências sociais. A princípio, essa condição pode ser vista como um paradoxo. Mas, na verdade, ela não parece infundada, uma vez que os registros das ocorrências com uso de violência eram incomuns e o número de inquéritos policiais, ínfimos. Além do mais, como declara Paulo Sérgio Pinheiro, “[...] alguns colegas acreditavam que o estudo da violência não era um tema legitimado pela ciência política, apesar dela estar no âmago do Estado” (apud LIMA; RATTON, 2011, p. 50).

O fato é que, a despeito da baixa frequência de registros e inquéritos e da crença de alguns acadêmicos, os crimes urbanos já estavam relacionados a problemas sociais relevantes e eram uma importante fonte de informações por meio da qual se podia melhor compreender a sociedade. Torna-se fundamental, portanto, observar que somente em meados dos anos 1970, ou seja, depois de aproximadamente quatro décadas de recrudescimento dos assassinatos na cidade de São Paulo e, grosso modo, no Brasil, os gestores públicos e os cientistas sociais se debruçaram sobre esse fenômeno social. Isso implica dizer que os homicídios só começaram a ser efetivamente enfrentados e estudados quando o problema já estava em estágio avançado.

Entre 1970 e 1975, embora esses crimes tenham aumentado em ritmo menos intenso que nos quinquênios anteriores (como apresentado acima), o avanço de 19,3% indica a manutenção da tendência do seu crescimento. O aumento no número de homicídios teve um impacto imediato no risco de morte por causas violentas, o qual cresceu 34,2% entre 1960 e 1975, ao ter seus valores alterados de 44,1 para 59,2 por 100 mil habitantes (MELLO JORGE, 1981). No período, enquanto a mortalidade por causas violentas, em seu total, cresceu em mais de um terço, os homicídios cresceram ainda mais rápido. Naqueles 15 anos esses crimes cresceram 81,4%, chegando a 10,7 por 100 mil

habitantes, em 1975 (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000). Segundo as autoras, a evolução dessa taxa pode ser dividida em dois momentos distintos: de 1960 até 1975, um crescimento mais lento, de 74,4% (na verdade de 81,4%, pois de 5,9 para 10,7 por 100 mil habitantes), e de 1975 até 1999, mais acelerado, na ordem de 455,1% (de 10,7 para 59,4).

O crescimento das taxas de homicídios da capital paulista não revela apenas a gravidade das mortes violentas em São Paulo; ele demonstra mudanças no perfil desses crimes. Uma dessas mudanças pode ser detectada quando se observa que a maior parte dos homicídios passou a ocorrer sobretudo fora dos domicílios. De 1960 para 1975 foi crescente o número de mortes verificadas na via pública (MELLO JORGE, 1981). Em 1970 e 1975, 42% e 45% dos homicídios, respectivamente, ocorreram na residência da vítima, enquanto em 1960 eram 55% e em 1965, 64% (MELLO JORGE, 1979; GAWRYSZEWSKI, 2002; MANSO, 2012). A ascensão dos homicídios ocorridos em via pública, relativamente aos ocorridos na residência, indica que esses crimes, antes maiormente condicionados por questões domiciliares, intrafamiliares ou domésticas, ganharam novos contornos à medida que os núcleos populacionais, em ritmos diversos, se desenvolveram e o espaço urbano e as relações sociais se tornaram mais complexos.

Todavia, esse crescimento não ocorreu exclusivamente devido às profundas mudanças urbanas e das relações intersubjetivas entre parentes e pessoas conhecidas. Ele também foi fruto da condição político-ideológica do país, uma vez que em 1964 casos de pessoas cassadas, presas, torturadas, desaparecidas e mortas em função do seu posicionamento político contrário ao regime ditatorial passaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros.

Não que, segundo os dados disponíveis, os agentes do regime militar tenham causado um suficiente número de mortes para alterar significativamente as taxas desses crimes na cidade de São Paulo. A Comissão Nacional da Verdade (CNV)²⁴, por exemplo, em seu relatório final, de 10 de dezembro de

²⁴ Criada pela Lei 12.528/2011, foi instituída em 16 de maio de 2012 e finalizada em dezembro de 2014 (após prorrogação de mandato pela Medida Provisória nº 632). A CNV teve por finalidade

2014, identificou 434 casos de mortes e desaparecimentos de responsabilidade do Estado brasileiro durante o período de 1946-1988, um número pequeno para impactar nas taxas de homicídios do Brasil ou de São Paulo, a despeito da gravidade social e política desses eventos. Não obstante, a influência desse regime, em geral relacionada à forma de gestão de segurança pública, produziu um modo de policiamento ostensivo, violento e conivente, por exemplo, com violações perpetradas por organizações paramilitares, como o “Esquadrão da Morte”²⁵, e pela corporação da Polícia Militar conhecida pelo acrônimo Rota²⁶.

Em suma, do início até o fim do regime militar (1964-1985) a segurança passou a ter como fundamento constitutivo elementos repressivos, entre os quais tortura, sequestros, execuções sumárias²⁷ e desaparecimento das vítimas, e não a prevenção. Esses elementos foram incorporados às práticas policiais que passaram a nortear as políticas penais e de segurança pública, sendo esta uma questão de Estado, de segurança nacional. Consequentemente, os gestores públicos deveriam promover um gerenciamento estatal, portanto militarista, antidemocrático e centralizado – sobretudo do ponto de vista político-administrativo. Assim sendo, a produção de estatísticas criminais pelo Ministério da Justiça, por exemplo, foi interrompida e se tornou quase impossível a obtenção dos dados nacionais sobre crime violento. Todavia, a omissão desses números não impediu o crescimento da sensação de insegurança e, de fato, dos crimes patrimoniais e das mortes violentas.

Ao tentar enfrentar esse crescimento, os gestores se depararam com insuficiência de recursos humanos e materiais, policiais mal preparados, métodos de investigação ultrapassados etc. Contudo, a tarefa de impedir o

apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

²⁵ Grupo formado por policiais, o Esquadrão da Morte surgiu no final dos anos 1950, no Rio de Janeiro. Tinha como objetivo matar criminosos, e supostos criminosos, considerados perigosos para a sociedade. Mas, gradativamente os seus membros envolveram-se com a prática de crimes de diversos os tipos (como roubo, tráfico de entorpecentes e de armas). Uma década depois de sua criação o "esquadrão" passou a atuar também na cidade de São Paulo.

²⁶ Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) é uma modalidade de policiamento do 1º Batalhão de Policiamento de Choque "Tobias de Aguiar" e uma tropa reserva do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

²⁷ Execuções sumárias são referenciadas como “crimes de mando” e definidas como homicídios com motivações específicas de vingança, dívida e acerto de contas, por exemplo.

desenvolvimento do crime não era nada trivial, demandava a estruturação de sistemas policiais modernos e não podia ser cumprida pelo policiamento ostensivo e truculento. Ela exigia a modificação de toda a estrutura de segurança pública. Assim, com esse propósito, diversas estratégias foram colocadas em curso, dentre as quais merece destaque a criação dos distritos policiais (DP).

Nota-se que a definição dos DP é um fato de especial interesse para esta tese, uma vez que está relacionada à circulação e ao crescimento citadino, que se dá a partir da expansão urbana e consolidação das periferias, e, em consequência disso, ao movimento do crime. Essa relação também foi exibida nas disposições administrativas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Em 24 de julho de 1969, por meio do Decreto nº 52.213²⁸, foram instituídas dez Regiões Policiais. A justificativa legal foi “[...] atender as peculiaridades próprias da organização dos serviços policiais” (§ 1º), observando-se os seguintes critérios: I - facilidade de comunicações; II - obediência aos limites geográficos das Comarcas; III - distância máxima de 100 km entre a sede da Delegacia Seccional e as dos demais municípios compreendidos na sub-região; IV - maior população; V - maior movimento policial (§ 3º). Cerca de quatro meses depois foi publicado o Decreto nº 52.315²⁹, que estabeleceu a organização territorial das Delegacias Regionais e Seccionais de Polícia do Estado, em uma configuração análoga a que temos hoje. Então, foram constituídas as delegacias seccionais de polícia, que dividiram a capital paulista em cinco regiões (Centro, Sul, Leste, Norte e Oeste), conforme quadro abaixo.

²⁸ Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223660/decreto-52213-69>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

²⁹ Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223644/decreto-52315-69>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Quadro 1 - Distritos policiais criados pelo Decreto nº 52.315.

Região	DP
Centro	1º (Sé), 2º (Bom Retiro), 3º (Campos Elíseos), 4º (Consolação), 5º (Aclimação), 6º (Cambuci), 8º (Brás), 12º (Pari)
Sul	11º (Santo Amaro), 15º (Indianópolis), 16º (Vila Clementino), 17º (Ipiranga), 26º (Sacomã), 27º (Campo Belo), 29º (Vila Prudente), 35º (Vila Guarani), 36º (Vila Mariana), 37º (Vila Simões), 42º (Parque São Lucas), 43º (Cidade Ademar)
Leste	10º (Penha da França), 18º (Mooca), 21º (Vila Matilde), 22º (São Miguel Paulista), 24º (Ermelino Matarazzo), 25º (Belenzinho), 30º (Tatuapé), 31º (Vila Carrão), 32º (Itaquera), 41º (Vila Rica)
Norte	9º (Carandiru), 13º (Casa Verde), 19º (Vila Maria), 20º (Tucuruvi), 28º (Nossa Senhora do Ó), 38º (Vila Amália), 39º (Vila Gustavo), 40º (Vila Santa Maria)
Oeste	7º (Lapa), 14º (Pinheiros), 23º (Perdizes), 33º (Mangalô), 34º (Vila Sônia)

Elaborado por Marcelo Batista Nery

Em 1970, o espaço citadino paulistano passou a abrigar quase 5,9 milhões de habitantes, um número sem precedentes na história do Brasil. Até aquela década, a concentração das atividades econômicas no centro da cidade, como as de caráter industrial e comercial relacionadas à produção e venda de produtos manufaturados, estruturava o aglomerado metropolitano, definindo sua centralidade principal. Mas, no mesmo momento em que a atividade industrial paulista atingiu 58,2% do valor nacional da indústria de transformação, os governos federal e do estado de São Paulo implementaram ações voltadas à desconcentração da produção brasileira, colocando o setor secundário da economia paulistana em um processo de declínio gradual (CALDEIRA, 2000).

O crescimento populacional, os investimentos em infraestrutura urbana (necessários para criar as condições gerais de produção industrial) e a dispersão da indústria (atrelada ao plano de desconcentração do setor secundário da economia) são elementos fundamentais da reorganização espacial da metrópole. São Paulo se tornava uma cidade cada vez mais competitiva e segregacionista. A promoção do desenvolvimento industrial expandiu o acesso da população a bens de consumo associados à disseminação do uso da energia elétrica (bondes eletrificados, iluminação de

vias públicas, o consumo residencial etc.), mas também acarretou graves riscos ambientais, sanitários e sociais.

Em uma cidade fragmentada e desigual, o referido acesso aos objetos tecnológicos contrastou com a precariedade do sistema de transporte, do abastecimento comercial, de água e rede de esgotos, dos serviços públicos de educação, saúde, habitação e segurança, entre outros. De modo que, em 1974, influenciado por essa conjuntura, o decreto nº 4.197 criou os distritos policiais 47º (Jardim São Luiz) e 48º (Campo Grande), ao Sul da capital; o 44º (Guaianazes) e 49º (São Mateus), a Leste; e o 45º (Vila Brasilândia) e 46º (Perus), ao Norte. Em 1976, o decreto nº 8.142 instituiu o 50º DP (Itaim Paulista), subordinado à Delegacia Seccional Leste. Ainda, cinco anos depois o decreto nº 17.147 estabeleceu a criação do 51º Distrito Policial do Rio Pequeno, subordinado à Delegacia Seccional de Polícia Oeste.

Ao analisar essas questões e suas relações com a criminalidade urbana crescente, os cientistas sociais se depararam com a insuficiência de estudos, dados e informações que permitissem constatar a dimensão e o desenvolvimento do crime e a relevância dos fatores a ele associados. Do mesmo modo, eram insatisfatórios os arcabouços teóricos capazes de fornecer categorias analíticas que pudessem ser aplicadas, com real proveito, a esse novo contexto paulistano. Ao avaliar a produção acadêmica das ciências sociais concernentes a esse momento, foram localizadas 37 publicações exemplares.

Cada uma delas, a sua maneira, enfocava questões do direito penal e/ou da justiça social e vinculavam a violência às dificuldades de agregação e organização da sociedade civil, bem como à desestruturação familiar, à fragmentação dos laços comunitários e à crescente atomização social (CEBRAP, 1973; FERNANDES, 1973; FIGUEIRA, 1973; KOWARICK, 1975, [1975]1983; BICUDO, 1974, 1978; DONNICI, 1976, 1978; MARQUES, 1976; PERLMAN, 1977; COELHO, 1978, 1980; FERREIRA, 1979; MISSE; MOTTA, 1979; ADORNO, 1980; FRAGOSO; SUSSEKIND; CATÃO, 1980; GUIRADO, 1980; OLIVEN, 1980; PINHEIRO, 1979; RAMALHO, 1979; ROSA, 1966; SANTOS, 1979; SCHWARTZMAN, 1980; SERRA, 1980; SOUZA, FAGMAN,

PORTELA 1978; SOUZA, 1980a; STEPAN, 1971, 1973; THOMPSON, 1980; VELHO, 1971,1973, 1975, 1977, 1980a, 1980b).

Outrossim, essa produção, que inicialmente estava pautada na avaliação das violências, rurais e urbanas e sua relação com a ampliação dos movimentos e demandas sociais, paulatinamente voltou suas inquietações em direção à atomização e às recomposições dos grupos sociais. Por conseguinte, registrou-se uma tendência de acentuação dos clientelismos segmentários e dos interesses políticos – sobretudo no contexto urbano.

PARTE II – O CRIME CRESCE E MUDA DE QUALIDADE

Nas décadas de 1980 e 1990, as crises econômicas, a transição política, a urbanização desordenada e os conflitos urbanos figuraram entre os assuntos de maior relevância social, objetivando-se nas mais diferentes esferas da vida cotidiana. O mesmo ocorreu com a violência, assim como com a corrupção policial, aliada à morosidade e à ineficiência de todo o sistema de justiça criminal. Esses assuntos promoveram o debate público e acadêmico, as discussões midiáticas e serviram como forma de pressão sobre os poderes públicos. As atribuições legais desses poderes multiplicaram-se diante da dinamização das atividades econômicas e dos fenômenos sociais, bem como da percepção de que a segurança pública não era apenas uma questão de Estado. Então, em um contexto de continuidade das graves violações aos direitos humanos, impunidade penal, alta letalidade policial, encarceramento em massa e crescimento das organizações criminosas o homicídio tornou-se a primeira causa de mortalidade entre as causas externas no país.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma breve descrição desse contexto, lembrando os eventos que mais se revelaram influentes na produção acadêmica sobre a violência em São Paulo e, sobretudo, os que mais se mostrariam importantes no estudo do movimento da criminalidade paulistana no século XXI.

A Década Perdida

O início da década 1980 foi marcado por profundas crises econômicas e pelo processo de encerramento do regime militar e transição para um governo civil. Se de um lado o retorno do Brasil à democracia ocorreu sob a desesperança gerada por essas crises, que se desenrolava em um cenário de inflação acelerada, por outro gerou a expectativa de um país menos desigual e, enfim, menos violento. Por certo, se a redução da desigualdade pode ser discutida, a condição da violência, entretanto, é conclusiva: ela aumentou.

As diferentes expressões da violência constituíram um problema a ser enfrentado e a criminalidade foi um dos seus aspectos basilares. Crimes ganharam destaque nas mídias causando comoções públicas. O tema adquiriu expressiva relevância social, motivando discursos emocionais, ideológicos e, muitas vezes, sob afirmações completamente desprovidas de comprovação. A questão criminal passou a ser veiculada pela mídia de forma intensa, ultrapassando as fronteiras dos periódicos e tabloides sensacionalistas da imprensa escrita e invadindo os programas de televisão, não menos sensacionalistas. Como expressão da opinião pública difundida na época, estrearam programas como “Aqui e Agora”³⁰ (exibido na extinta TV Tupi) e “Patrulha da Cidade” (Rádio Globo de São Paulo), em que ganharam projeção nomes do radiojornalismo como Gil Gomes e Afanásio Jazadji, por exemplo, que exibiam matérias com foco em reportagens e crônicas policiais (especialmente assassinatos e crimes passíveis de escandalizar a opinião pública), em um tom teatral e, muitas vezes, jocoso³¹.

³⁰ Produzido e veiculado pela Tupi carioca, o “Aqui e Agora” foi criado pelo diretor de TV Wilton Franco, tendo entre seus apresentadores Roberto Jefferson, mais tarde eleito deputado federal, que seria cassado no âmbito da AP470, conhecida como Mensalão. Parte dessa equipe se transferiu poucos meses depois para o SBT, de propriedade do animador Silvio Santos, integrando o “O Povo na TV”, que estreou em 1981 e era transmitido em rede nacional. Com a concorrência, o “Aqui e Agora” foi retirado do ar pouco tempo depois.

³¹ Mídia e violência não é tema desta tese. Contudo, acredita-se ser importante ressaltar que, ao analisar o fenômeno da dramatização da violência nas mídias como “expressão da opinião pública”, verifica-se que “[...] essa dramatização não é a fabricação de uma inverdade, mas é um gênero, um modo de colocar em discurso certa reação diante de problemas, conflitos e questões difíceis de serem socialmente enfrentadas” (ADORNO, 1995a, p. 26). Além disso, importante

Poucos anos depois foi feito o pioneiro estudo de Paixão (1982), que coletou opiniões sobre a organização policial em delegacias policiais, seguido por Zaluar (1989) que coordenou trabalho, também pioneiro, baseado em pesquisas de opinião pública sobre as imagens da justiça e do crime no Rio de Janeiro. Essas duas investigações são particularmente interessantes porque apontaram para o fato de que a percepção social da criminalidade urbana violenta precisava ser matizada. Na época, a falta de equivalência entre alguns aspectos da opinião pública (como a sensação de insegurança) e as taxas criminais era análoga ao descompasso entre algumas ideias amplamente generalizadas entre especialistas (como acadêmicos e gestores públicos de segurança com expertise sobre o assunto) de que o aumento dos crimes estava necessariamente associado ao crescimento populacional ou de que o movimento da criminalidade era determinado pela repartição entre centro “pacífico” e periferia “violenta”, por exemplo.

Adverso a essas ideias temos, com relação ao avanço dos crimes, investigações como as de Velho (1980b), Paixão (1983), Gonzalez (1984), Cardoso (1987) e Caldeira (1989; 1991; 2000), que demonstraram que a criminalidade urbana violenta poderia crescer em termos absolutos, porém em ritmo inferior ao da população. Assim sendo, percebe-se que o aumento relativo das taxas de criminalidade urbana violenta nem sempre apresentava uma relação causal com o incremento populacional. No que diz respeito à ideia de cidade dual, cindida, estruturada em duas, devemos levar em conta a relação entre os campos intelectual e político dos anos 1980 para compreender, ao menos em termos gerais, a origem e o desenvolvimento desse modelo dicotômico.

Os estudos desenvolvidos no contexto da redemocratização política sofreram profundas influências da conjuntura política, social e econômica do país. A luta contra a ditadura mostrou-se conexa ao (re)posicionamento dos intelectuais no que dizia respeito à vida política e à produção científica (SORJ, 2001). Em termos gerais, intelectuais, estudantes, jornalistas, políticos e gestores públicos foram envolvidos no debate sobre segurança pública e violação de direitos. O fortalecimento dos movimentos sociais teve um papel importante na

menção de que ela é parcial, pois “[...] os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam” (MELLO, 1999, p. 138).

maior participação da sociedade civil nas intervenções dos poderes públicos e na construção dos conhecimentos a respeito dos problemas sociais.

Entrementes, as pesquisas acadêmicas sobre a violência urbana foram significativamente marcadas por um enfoque teórico, com um forte componente ideológico marxista. Os modelos que opõem duas classes sociais antagônicas, por exemplo, se tornaram um componente estrutural de muitos estudos. No que tange aos trabalhos sociológicos da violência, esses modelos resultaram na articulação de um centro “dominante” e uma periferia “oprimida”, do Estado “violento” contra a população “necessitada” – oposições discutidas em Zaluar (1999a; 1999b) – ou, ainda, da luta de classes, do hegemônico revestido de coerção do grande capital e do marginal revestido de um sentido de revolta social, de exclusão, de não participação ou de disfunção – oposição questionada por Kowarick ([1975]1983).

As oposições mencionadas foram categorias analíticas frequentemente articuladas por diversos pesquisadores, mesmo com recorrentes confirmações de que os modelos de sociedade requeriam uma visão mais complexa. Não foram poucos os investigadores que colocaram em destaque a impossibilidade de generalizar o diagnóstico da violência para a sociedade dividida em duas, pois haveria diversos recortes sociodemográficos a considerar para se entender o recrudescimento da violência. Para esses pesquisadores, a inclusão de fatores como sexo, idade, etnia, renda e nível educacional articulavam-se a um debate mais geral em torno do emprego da violência nos conflitos sociais.

Nesse contexto, o debate sobre segurança pública foi gravemente influenciado por um discurso político conservador. Como observa Singer (1998, p. 15), partidários e críticos

da penalização e da punição concordam em um aspecto: a punição é um recurso conservador, para a manutenção da ordem, o restabelecimento de normas que foram rompidas e a afirmação dos valores morais de uma sociedade.

Em São Paulo, esse discurso adquiriu uma conotação coercitiva, expressando a ideia de uma guerra policial contra “criminosos”, sujeitos contra

os quais as forças públicas podiam aplicar as proteções legais quando suspeitos de ter violado a lei. Destaque-se, numa conjuntura que também foi marcada pela ampliação dos sentimentos de medo e insegurança entre a população.

A percepção coletiva do avanço sistemático e acelerado, ou até mesmo descontrolado, da criminalidade urbana violenta tornou-se um elemento fundamental do debate público e pode ser notada em importantes estudos, como os de Velho (1980b), Gonzalez (1984), Cardoso (1987) e Caldeira (1991), que avaliaram as tendências dos homicídios tendo os anos 1980 como marco. Nesse passo acelerado, o debate ganhou novos contornos no período. Com relação à produção sociológica, ela foi marcada pelas “[...] conexões possíveis entre o crescimento da violência criminal, o modelo econômico vigente, a forma de exercício do poder estatal e a sobrevivência de políticas de segurança e justiça herdadas do regime autoritário” (ADORNO, 1993, p. 3).

Na conjuntura de transformação social e política decorrente do processo de abertura do regime militar, os avanços no campo político foram simultâneos ao alarde em torno do crime, que alimentou, em certos setores sociais, a ideia de que na democracia nascente estariam as raízes dos novos males (VASCONCELOS, 2011). Pesquisadores e acadêmicos, muitos dos quais atuaram como militantes da oposição ao regime ditatorial, reuniram esforços para realizar e difundir pesquisas sobre a persistência da violência e de violações dos direitos em um país que, agora, buscava a consolidação da ordem democrática. Na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, com a possibilidade de instituir núcleos de apoio à pesquisa, foi criado em 1987 o Núcleo de Estudos da Violência (NEV).

É interessante observar que o Estado também se esforçava para se adaptar ao novo contexto político e para garantir maior reconhecimento da sociedade, o que o levou a adotar um modelo de gerência menos centralizador (um estigma do regime militar). Diante disso, também não foi a casualidade que levou o decreto nº 26.925 a ser publicado no mesmo ano em que fora criado o NEV-USP. Por meio desse instrumento legal, o governo paulista, à vista da exposição de

motivos do secretário da Segurança Pública³², formalizou de uma única vez a criação de 49 novos distritos policiais, mais que dobrando o número de unidades na cidade. No Artigo 1º, foram criadas as Delegacias de Polícia de Santo Amaro, Itaquera e São Mateus. No Artigo 2º foram criadas mais 46 DP³³. No interior (Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior [DEINTER] 1 a 9) foram criados 304 novos distritos. A Região Metropolitana de São Paulo (Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo [DEMACRO]), por sua vez, passou a contar com um total de 61 distritos, a grande maioria criada nos últimos 20 anos. No período em foco também foram contabilizadas 468 novas unidades da Polícia Civil em todo o Estado.

Dois eventos aparentemente não relacionados – a instituição de núcleos de pesquisa e de uma nova configuração político-administrativa de segurança – são na verdade aspectos de um mesmo contexto social que se estabelecia. Nele, os gestores estabeleciam um conjunto de medidas, regulamentos, circulares, decretos etc. que se expandiam rapidamente, tornando as ações nos campos da justiça e da segurança pública cada vez maiores e mais complexas. Tendo em vista a complexidade sem precedentes, tornou-se necessária a criação de novas territorializações, funcionalizando-as, bem como delimitar as áreas pertencentes a cada instância da gestão de segurança pública. Essas territorializações buscavam melhor organizar a execução dos serviços e das atividades públicas. Porém, antes, procurava regular uma população que despontava como um problema político e de gerenciamento estatal (ADORNO, 2004).

³² O promotor Luiz Antônio Fleury Filho, mais tarde eleito governador do Estado (1991-1995).

³³ O Decreto nº 26.925, de 20 de março de 1987, criou, no município de São Paulo, Delegacias Seccionais de Polícia e Distritos Policiais: “Artigo 2.º - Ficam criadas, no Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo – DEGRAN, as Delegacias de Polícia dos seguintes Distritos Policiais: 52.º (Parque da Mooca), 58.º (Vila Formosa), 59.º (Jardim dos Ipês), 60.º (Vila Esperança), 61.º (Cangaíba), 62.º (Jardim Popular), 63.º (Vila Jacuí), 64.º (Cidade A.E. Carvalho), 65.º (Artur Alvim), 66.º (Jardim Aricanduva), 67.º (Jardim Robru), 68.º (Lageado), 69.º (Jardim Centenário), 70.º (Vila Ema), 71.º (Santana), 72.º (Curuçá), 73.º (Jaçanã), 74.º (Jardim Damasceno), 75.º (Anhangabaú), 76.º (D. Pedro II), 77.º (Santa Efigênia), 78.º (Paulista), 79.º (Bela Vista), 80.º (Aclimação), 81.º (Belém), 82.º (Canindé), 83.º (City Lapa), 84.º (Vila Madalena), 85.º (Vila Nova Conceição), 86.º (Barra Funda), 87.º (Vila Pereira Barreto), 88.º (Cidade Jardim), 89.º (Jardim Taboão), 90.º (Jaraguá), 91.º (Jaguaré), 92.º (Jardim São Luiz), 93.º (Saúde), 94.º (Jardim São Bernardo), 95.º (São João Clímaco), 96.º (Monções), 97.º (Americanópolis), 98.º (Jardim Miriam), 99.º (Campo Grande), 100.º (Jardim Ângela), 101.º (Jordánópolis), 102.º (Socorro)”. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/190632/decreto-26925-87>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Os acadêmicos também vivenciaram as mudanças e as implicações dessa nova conjuntura. Na academia, as ocorrências criminais tornaram-se objeto de pesquisa em diversos ramos de estudo e instituições capazes de desenvolver investigações multidisciplinares, que se mostravam cada vez mais imprescindíveis. A partir de então se multiplicou o número de trabalhos que abordavam a criminalidade urbana (NERY; ADORNO, 2015). Sob os diferentes ângulos pelos quais foi possível examiná-los, destaca-se a categoria de estudos considerados essenciais para as análises presentes nesta tese. Esses trabalhos, designados por Adorno (1993) como aqueles que tratam do “movimento da criminalidade”, são os que têm por objeto a análise das tendências e condicionantes da criminalidade nas grandes cidades brasileiras; ou seja, que buscam, em um determinado período de tempo, verificar o crescimento ou retração dos crimes urbanos e identificar possíveis causas ou fatores que possam explicá-los.

Nesse sentido, os estudos de Paixão (1983), Coelho (1988), Caldeira (1989) e Adorno (1991a) são exemplares. Os autores vislumbraram o crescimento das taxas de crimes como roubos, tráfico de entorpecentes e homicídios nas metrópoles brasileiras, em especial Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, avaliando suas tendências temporais. Essas avaliações confirmaram o aumento da criminalidade violenta ao longo de 1980, não obstante com oscilações, uma vez que os crimes avançaram de forma irregular e desigual (conforme tempo e local observados) naquelas metrópoles. Mesmo considerando a má qualidade das informações disponíveis sobre os crimes, na época, os referidos trabalhos foram capazes de demonstrar a disseminação do acesso às armas de fogo e a crescente participação de crianças e adolescentes em crimes patrimoniais praticados com violência, como roubos e latrocínios (roubos seguidos de morte da vítima). Também demonstraram o aumento da participação dos crimes violentos no total de crimes registrados, com destaque para a elevação das taxas de roubos, lesões corporais dolosas e homicídios, tentados e consumados.

Então, os homicídios tornaram-se o grande vilão da saúde pública no Brasil. Em termos de causas específicas, eles perfizeram, em média, 22% das mortes por causas violentas, crescendo quatro pontos percentuais entre 1980 e 1988. Em termos absolutos, no mesmo período, ocorreram 168.518 homicídios no Brasil, o que

correspondeu a 19,8% dos 850.307 óbitos por todas as causas violentas ocorridos na década (SOUZA, 1998). Assim, os estudos sobre violência elaborados por profissionais da área de saúde, como os de Mello Jorge (1981; 1982), por exemplo, apresentaram um rápido crescimento em número e abrangência.

Nesse contexto foi instituído o Estado democrático de direito no Brasil (1985) e estabelecidas as responsabilidades pela a segurança pública. Disciplinada pela Constituição Federal, no Capítulo III do Título V, essa responsabilidade é entendida como universal: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). Nota-se que não fica claro no texto constitucional se a segurança pública diz respeito prioritariamente à proteção da ordem pública ou dos cidadãos. Porém, ainda influenciada pela concepção militarista de segurança, o texto mostra com clareza que ela é obrigação do Estado e, conseqüentemente, que deveria ser exercida designadamente por meio das polícias.

Em consonância com a concepção da época, o aumento das manifestações de violência, em especial da criminalidade urbana, provocou uma forte pressão sobre as instâncias governamentais encarregadas de contê-las, como as instituições judiciárias, penitenciárias e, sobretudo, as agências policiais (ADORNO, 1991a). Contudo, essas agências eram as mesmas que, inseridas há anos em uma cultura militar, confundiam (e confundem ainda hoje) as metas da polícia com os objetivos da segurança pública. Para elas, as metas prioritárias são a vigilância, assim como a identificação e prisão ou apreensão dos responsáveis pela prática de crimes e infrações. Para a segurança pública as prioridades são, ou deveriam ser, a prevenção e a redução do crime e da violência, do dano causado por essas ocorrências e da reincidência das agressões, vitimizações e violações de direitos.

Merece destaque ainda o fato de a Constituição ter alterado a forma de organização dos territórios quando buscou promover maior descentralização das políticas sociais e urbanas, tendo em vista a gestão compartilhada entre os diferentes níveis de governo, até então altamente centralizada nas mãos do governo federal. Essa nova organização fortaleceu a competência municipal em

relação às esferas estadual e federal do poder público, estimulando a criação de organizações sociais locais por todo o país. Na cidade de São Paulo, transformou a realidade de alguns bairros periféricos e, por conseguinte, alterou as dinâmicas das atividades econômicas e as condições sociais nestas áreas. Por fim, acentuou o protagonismo desses bairros como espaços de dinamismo e complexidade e, portanto, como espaços de novas tensões sociais.

O aumento da violência letal tornou-se um fenômeno nacional, com características específicas em cada região do país. No Brasil, os óbitos por homicídios sofreram um aumento sucessivo da ordem de 44% entre 1980 e 1989, período em que as taxas passaram de 11,7 para 16,9 por 100 mil habitantes (SOUZA, 1994). Contudo, em São Paulo esse aumento não foi contínuo. No mesmo período, Caldeira (1989) averiguou que nos intervalos de 1982-83 e 1983-84 as taxas de criminalidade paulistana cresceram de maneira considerável. Do mesmo modo, constatou que a partir de 1984 elas declinaram substancial e sistematicamente até 1987. É interessante notar que o comportamento errático das taxas de homicídios não impediu certa convergência para uma perspectiva que tendia a colocar os acadêmicos frequentemente contra as instâncias do poder e a favor dos sujeitados à dominação (de classe). Assim sendo, vale ressaltar que as pesquisas realizadas na década que findava demonstravam que a relação entre movimento da criminalidade e classes sociais nem sempre se confirmava (NERY; ADORNO, 2005), o que colocou difíceis questões, éticas e ideológicas, para os que defendiam aquela perspectiva.

A Década Mais Que Perdida

A crescente produção acadêmica dos anos 1980 consolidou-se na década seguinte. Para desvendar as tendências e as condicionantes da criminalidade, importantes iniciativas interdisciplinares foram realizadas e algumas teorias explicativas foram apresentadas. Fora do padrão mais comum dessas teorias estão as análises que recusavam a associação entre pobreza e crime (ZALUAR, 1999b). Grosso modo, essas análises advertiram, direta ou indiretamente, de forma aberta ou sutil, que uma relação de causalidade necessária e mecânica entre condição econômica e violência criminosa, por exemplo, não se sustentava, e apontaram para as implicações do apoio popular à violência do Estado.

Mais especificamente, duas linhas argumentativas são bastante claras. De um lado, o desenvolvimento da criminalidade estava relacionado às condições econômicas, como desemprego, recessão, precarização do trabalho e de vida, de parcela significativa da população brasileira (OLIVEN, 1980, 1981, 1982; GUIMARÃES, 1982; KOWARICK, ANT, 1982; ZALUAR, 1983; BRANT, 1986; PEZZIN, MACEDO, 1987; PRZEWORSKI, 1989; FUNDAP, 1991a; CARVALHO, 1994, 1995; MISSE, 1995b, 1997). De outro, ela estava associada à atuação dos poderes públicos, na sua deficiência em prover direitos sociais (tais como educação, saúde, transporte e segurança) e sua na inépcia em reduzir a delinquência e a criminalidade (esses poderes sendo apontados também como aqueles que fomentavam esses atos por sua atuação degradante e violenta), tendo como consequência as violações de direitos, reproduzidas nas instituições e no interior da própria sociedade (VELHO, 1980b; SOUZA, 1980b; PINHEIRO, 1981, 1983; BENEVIDES, 1983, 1985; LEMGRUBER, 1983, 1987; DONNICI, 1984; CAVALCANTE, 1985; FISCHER, 1985; ZALUAR, 1985, 1991a, 1991b; PAIXÃO, 1982, 1983, 1987, 1988; PINHEIRO, SADER, 1985; COELHO, 1988; FERNANDES, 1989; KANT DE LIMA, 1989, 1995, 1997; LIMA, 1989; ADORNO, 1990b, 1991b, 1991c, 1995b; CALDEIRA, 1991, 2000; CARRARA, 1991; FUNDAP, 1991b; PINHEIRO, IZUMINO, JAKIMIYAK, 1991; BRETAS, 1992, 1997; MINGARDI, 1992; PAIXÃO, BEATO, 1997).

Do mesmo modo, destacam-se as análises de autores que exploraram as transformações urbanas para explicar a criminalidade. Entre esses, para citar apenas os que elegeram São Paulo como área de estudo, temos Brant (1989), Fonseca (1988), Pastore, Rocca e Pezzin (1991), Caldeira (2000), Vargas (1993), Cardia (1997) e Fausto (2001). A coletânea *São Paulo: trabalhar e viver* (BRANT, 1989), notadamente, analisa de maneira pioneira a questão referente à criminalidade violenta, bem como as mortes causadas pela Polícia Militar no município. De forma geral, todas as análises alertam para a necessidade de aprofundar as discussões sobre a problemática da urbanização desordenada, dos conflitos urbanos e dos seus impactos.

A estruturação da cidade, associada às mudanças decorrentes, apontava para novas configurações espaciais e para a exacerbação das manifestações sociais, entre as quais os crimes. A divisão entre centro e periferia, por exemplo, que orientou a ocupação do espaço da cidade a partir dos anos 1940³⁴, revelava-se insuficiente para abarcar os múltiplos aspectos que se inscreveriam nos espaços da urbe 50 anos depois. Entretanto, essa divisão pode ser percebida, em certa medida, até mesmo na imprensa da época. Villaça (1999) constatou que 70% das notícias veiculadas na década de 1990 referiam-se ao quadrante Sudoeste da cidade de São Paulo, região distinta pela concentração de população de alta renda. Nesse mesmo íterim, Maricato (1996) identificou os bairros periféricos de Jardim Ângela, Paranapanema, Capão Redondo, Jardim São Luiz, Parque Santo Antônio e Grajaú (na Zona Sul); Vila Brasilândia e Cachoeirinha (Zona Norte); Itaim Paulista, São Miguel Paulista, Guaianazes, São Mateus e Lajeado (Zona Leste) como aqueles que se sobressaíam no cenário municipal como os campeões da violência.

Outro exemplo é a distinção entre ricos e pobres, uma vez que estes figuravam simultaneamente como as principais vítimas e perpetradores de crimes, dupla inserção que gerava dilemas éticos, políticos e teóricos. Afinal, o entendimento da inserção dos pobres no mundo do crime, mesmo com a ressalva

³⁴ Sobre a divisão entre centro e periferia que orientou a ocupação do espaço da cidade a partir dos anos 1940, ver Caldeira (1997).

de que essa inserção exige desdobramentos que iriam além da questão da pobreza, tendia a reforçar a ideia de que eles eram responsáveis pela violência.

Nos anos 1990, ocorreu no país um total de 1.108.422 mortes por causas externas. Esse número colocou o Brasil entre os países mais violentos das Américas e, juntamente com Colômbia, El Salvador, Porto Rico e Venezuela, entre os de maior destaque no panorama internacional, pelas altas taxas de mortalidade por homicídios e pela forte tendência de seu crescimento (YUNES; ZUBAREW, 1999). O crescimento das taxas ocorreu notadamente em capitais como Rio de Janeiro, Vitória, Recife e São Paulo. Nessa última, a proporção de mortes violentas figurou como segunda causa de morte, sendo menor apenas que as doenças do aparelho circulatório. Na Região Metropolitana de São Paulo essa proporção alcançou 14,1%, em 1993 (CALDEIRA, 2000).

Os homicídios passaram a ocupar o primeiro lugar como razão de mortalidade entre as causas externas no país, responsáveis por 33,3% dessas mortes (PERES; SANTOS, 2005), o que consolidou a violência como um problema de saúde pública (MINAYO; SOUZA, 1999) e provocou a ampliação dos estudos sobre a responsabilidade do Estado nas mortes violentas (DUARTE et al., 2002; SOUZA, LIMA, 2006). Na área de saúde coletiva, por exemplo, podemos identificar estudos que consideram as causas da mortalidade e morbidade por causas externas em geral (MINAYO, 1990; SOUZA, MINAYO, 2001). Nas ciências sociais, diversas pesquisas avaliam a importância da brutalidade oficial, militar e estatal, e paraestatal, clandestina e oficiosa, nas manifestações de violência (PAIXÃO, 1983, 1990; ADORNO, 1993; MACHADO DA SILVA, 1993; ZALUAR, 1994; SOARES, 1996; BEATO, ASSUNÇÃO, SANTOS, 1997).

Essas pesquisas refletiam sobre a continuidade das graves violações dos direitos humanos por parte de agentes do governo, como as execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias e a prática de tortura, especialmente as promovidas por agentes públicos (MISSE, 2007). Além disso, foi possível constatar a importância de estudos que tratavam da intensificação das atividades de tráfico de entorpecentes e armas e das mortes violentas nas cidades brasileiras, sobretudo das mortes por homicídios (ADORNO, 2002b).

Nota-se ainda a ampliação das discussões teóricas acerca da criminalidade. Para entender esse avanço é de fundamental importância perceber os fatores que tiveram grande influência nos trabalhos científicos brasileiros sobre segurança pública, entre os quais três merecem destaque: a constatação de que, a despeito da redemocratização, ainda subsistiam concepções e práticas do regime autoritário precedente no campo da intervenção estatal; a acelerada transformação tecnológica e a globalização; e a emergência de novos padrões de criminalidade.

No que diz respeito ao primeiro fator mencionado, devem ser consideradas as seguintes coexistências: a preservação de estruturas organizacionais e institucionais do regime militar e o fortalecimento dos movimentos sociais (como os de mulheres e de negros, os de moradores de bairros e de favelas e os de práticas associativas ligadas às igrejas e aos sindicatos) e das entidades de defesa dos direitos humanos que começaram a influenciar as políticas governamentais; a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais estabelecidos em tratados internacionais) e a permanência das práticas autoritárias; a substituição das polícias no papel das forças armadas no sistema de segurança pública (com a ocupação dos cargos mais altos da hierarquia policial por policiais formados durante o período de transição para a democracia – Mesquita Neto (2011) e o seguimento do uso das técnicas de repressão do regime militar.

O segundo fator a ser considerado é composto pela tecnização, a informatização e a globalização, uma vez que tais processos interferiram diretamente na produção e difusão acadêmica, conferindo maior destaque aos métodos computacionais e às pesquisas quantitativas. No campo acadêmico, a coleta e sistematização de informações, a construção de bancos de dados (constituindo bases por vezes gigantescas e geralmente fragmentadas) e a elaboração de indicadores (contribuindo com a viabilidade de mensuração e identificação de padrões criminais) se disseminaram rapidamente. No âmbito da segurança pública, o advento e a popularização da telefonia e da informática tornaram esses instrumentos fundamentais para a investigação e o planejamento de ações – com avanços no tratamento da informação policial e tentativas de integrar a atuação das polícias militar e civil (CANO, 2006). Criado

em 25 de outubro de 2000, o Disque Denúncia (181), por exemplo, é um claro exemplo do impacto da tecnologia da informação sobre a segurança pública, pois só se viabilizou com a universalização do acesso aos serviços de telefonia.

Enfim, acadêmicos e agentes públicos, à luz de dados inéditos, passaram a fomentar o debate sobre o aparecimento de novos padrões de criminalidade (terceiro fator mencionado). Esse debate gerou, prontamente, a hipótese de que a globalização, condicionada às transformações tecnológicas e informacionais, teria “globalizado” o crime, especialmente o tráfico de drogas. Assim, destacam-se as discussões sobre a existência de organizações multinacionais que interfeririam no crime organizado regional e local, ou até mesmo o comandariam (ZALUAR, 1996). Crime organizado assim considerado pelas características que o tornam diferente do crime comum, isto é, hierarquia, previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial e simbiose com o Estado (MINGARDI, 2007).

O desenvolvimento das organizações criminosas³⁵ no mundo intensificou o processo de tipificação penal, de normatização dos recursos e dos instrumentos legais utilizados para combatê-las no Brasil. Nota-se que a primeira lei brasileira a objetivar o combate ao crime organizado foi a de número 9.034, de 1995. No mesmo ano também foi promulgada a lei 9.080, abordando o crime de lavagem de dinheiro. Além das sucessivas tentativas de legislar para enfrentar com maior eficácia o crime organizado, o país foi signatário de várias convenções internacionais que tratavam direta ou indiretamente do fenômeno.

As discussões tornaram-se frequentemente conexas à dimensão jurídica, e o aspecto legal da questão dominou o debate público. Deve ser lembrado que o Brasil possui um sistema político federativo segundo o qual os Estados são os responsáveis pela organização e administração dos sistemas policial e penitenciário. Assim sendo, até então, a reponsabilidade sobre a segurança pública não era comumente atribuída aos governos federal e municipais.

³⁵ Nesta tese, entende-se que o conceito “organizações criminosas” é diferente de “crime organizado”, uma vez que essas organizações tem um sentido mais amplo e abrangem qualquer grupo organizado que não reúna todas as características que definem o “crime organizado”.

Com relação a essa reponsabilidade observam-se simultaneamente dois discursos. Os setores considerados progressistas passaram a afirmar que segurança pública não mais deveria ser objetivada apenas como um dever do Estado e sim como uma obrigação dos poderes públicos em todos os seus âmbitos. Em consonância com tal discurso, lidavam com a questão criminal como consequência da questão social. A criminalidade precisava ser combatida tanto por meio de investimentos em segurança como em emprego, renda, educação, infraestrutura urbana etc. Desse modo, aqueles setores mais progressistas, quando falavam de polícia, referiam-se ao seu controle. Já os setores mais conservadores proferiam uma ideia oposta. Portanto, quando falavam de polícia projetavam uma ação ostensiva e aprisionamento. Essas diferenças também repercutiam o clássico confronto entre políticas distributivas e políticas redistributivas, no qual a violência é resultado, respectivamente, da desigualdade social ou da incapacidade do Estado em assegurar a lei e a ordem (ADORNO, 2015).

No início dos anos 1990 já se consolidava a ideia de que a segurança pública envolvia a colaboração entre as diferentes esferas de governo. Uma ideia que sofre importante influência da Lei dos Crimes Hediondos (nº 8.072), editada pelo presidente Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992) em seu primeiro ano de governo, que classificou como inafiançáveis os crimes de extorsão mediante sequestro, latrocínio (roubo seguido de morte) e estupro e previu para o cumprimento integral da pena, em caso de alguém ser condenado pela prática desses crimes ou assemelhados. Naquele contexto, tornaram-se fundamentais as articulações entre programas federais, estaduais e municipais, de modo a fortalecer as políticas locais de segurança pública. Constatou-se, assim, que os municípios, apesar de não possuírem organizações policiais, mas unicamente guardas municipais, tinham capacidades para desenvolver políticas de segurança pública que os Estados e a União não tinham. É o caso, particularmente, da presença de organizações e serviços municipais e sua proximidade com as comunidades e associações locais.

Em pouco tempo, essa percepção se ampliou e cresceu o consenso segundo o qual segurança pública não envolveria somente o empenho dos

poderes públicos, na medida em que o desenvolvimento de políticas de segurança implicaria igualmente na integração e colaboração de diversas organizações governamentais e não governamentais. No entanto, a ineficiência na solução dos problemas decorrentes do crescimento e da mudança do perfil da criminalidade urbana violenta difundiu a ideia de que estes não poderiam ser solucionados pela legislação vigente, em face de uma visível crise do sistema de justiça criminal revelada por um quadro de grave impunidade penal³⁶. Essa ideia fortaleceu o ponto de vista conservador, e os governadores de São Paulo, sucessivamente e com recorrente apoio popular, tornaram o Estado uma referência nacional em termos de violência policial e de investimento no sistema carcerário.

A política de segurança pública baseada no enfrentamento e aprisionamento foi aplicada em ritmo acelerado. Conforme Caldeira (2000), em 1990, 585 civis foram mortos por policiais militares no Estado de São Paulo; em 1991, 1.140; e, em 1992, 1.470 (está incluindo neste total os presos mortos no episódio conhecido como “Massacre do Carandiru”³⁷). Ainda segundo a autora, as mortes causadas pela de a Polícia Militar de São Paulo, em 1992, foi 8,5 vezes maior que número de execuções causadas pelo regime de *apartheid* na África do Sul no seu pior ano, 1987, quando 172 pessoas foram executadas.

No ano seguinte, esse número caiu drasticamente, com 409 civis mortos. Um dos fatores essenciais para essa queda foi a grande repercussão do referido massacre, dado que antes dele o governador à época, Luiz Antônio Fleury Filho (que havia assumido em 1991), apoiava abertamente as ações violentas da polícia no trato com a criminalidade, tendo promovido, depois, alterações nos padrões de comportamento, práticas e procedimentos da polícia, no intuito de reduzir os confrontos e as mortes em ocorrências.

³⁶ A carência de dados estatísticos e de levantamentos sistemáticos periódicos impede conhecer a efetiva magnitude e extensão da impunidade penal no Brasil. Os poucos estudos disponíveis, como de Castro (1993), Adorno (1994; 1995c), Pinheiro (1999) e Adorno e Pasinato (2010), sugerem altas taxas de impunidade no Brasil. Segundo Adorno (2002a), elas são mais elevadas do que em países como França, Inglaterra e Estados Unidos.

³⁷ Ocorrido no dia 2 de outubro de 1992, o “Massacre do Carandiru” implicou a morte, segundo dados oficiais, de 111 presos durante a ocupação policial que se seguiu a uma rebelião, iniciada no pavilhão 9 da maior Casa de Detenção do Estado, à época.

O menor nível de mortes envolvendo policiais foi mantido até 1998³⁸, a partir de quando se verifica uma nova tendência de crescimento. Assim, essas tendências indicam que a violência policial se tornou um artifício de diferentes governos, a ser acessado em períodos de crise, como resposta a demandas da sociedade civil, da política, de parte da mídia e à manifestação dos interesses internos das corporações policiais (LIMA, 2011), ratificando a tendência histórica de alta letalidade da polícia paulista³⁹. Ao mesmo tempo, observa-se a acentuada expansão das unidades prisionais e de pessoas aprisionadas. Em 1990 havia 37 dessas unidades e aproximadamente 23,5 mil pessoas presas. Em 1994, momento em que as rebeliões e homicídios aumentaram gravemente no universo carcerário, o número chegou a 43 unidades, abrigando cerca de 32 mil aprisionados. Nos anos seguintes, a construção de presídios seguiu em um ritmo vertiginoso e a administração penitenciária já contava com 64 unidades para 47 mil presos, em 1999 (SALLA, 2007).

Diante desse cenário convém lembrar que nos primeiros anos daquela década o tráfico de drogas em São Paulo era um comércio fragmentado e desorganizado (LESSING, 2008). Proliferavam as “bocas de fumo”, pontos de venda das drogas ilícitas no varejo, sem existência de qualquer agrupamento que detivesse mínimo controle sobre esse comércio que, na ausência de qualquer mecanismo regulador, abria espaço para disputas violentas em que o assassinato figurava como instrumento central para assegurar o poder local ou garantir o pagamento das dívidas contraídas (DIAS, 2011). Mas, essa foi uma situação que mudou em pouco tempo.

Em 1993, surgiu a organização criminosa conhecida como o Primeiro Comando da Capital (PCC). Sua origem pode ser entendida, de forma ampla, como o efeito da conjunção dos fatos já mencionados neste estudo. Esses fatos compreendem o avanço da criminalidade e a transformação do perfil dos crimes e dos criminosos; passa pela repressão política e violação de direitos e pela

³⁸ Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

³⁹ Deve-se lembrar dos recorrentes homicídios praticados pela polícia, por grupos de patrulha privada, por esquadrões da morte e/ou grupos de extermínio, registrados como morte a esclarecer (quando a intenção não pode ser determinada), encontro de cadáver e averiguação de óbito, por exemplo.

insuficiência de recursos humanos, materiais e procedimentais nos aparelhos de segurança pública. Tais fatores foram, ainda, potencializados pela falta de coesão e organização da sociedade civil, pelas crises econômicas, pela corrupção policial, pela morosidade e ineficiência de todo o sistema de justiça criminal, pela impunidade penal, pela arbitrariedade policial e pelo encarceramento em massa. Por fim, o PCC resultou de uma resposta da massa carcerária à opressão perpetrada pelo Estado, ancorada no discurso da união entre os presos e na necessidade de uma representação forte tanto para negociar com a administração prisional como para intermediar os litígios entre presos – uma vez que o governo paulista havia demonstrado sua incapacidade para minimizar esses litígios nos presídios, cada vez mais superlotados.

É interessante notar que, dois anos depois da criação do PCC, importantes acontecimentos geraram uma intensa instabilidade nos sistemas policial e carcerário de São Paulo. No mesmo momento em que cerca de 35 mil criminosos eram amontoados e faziam rebeliões nas unidades prisionais paulistas, Dias (2011) observa que a cocaína, devido ao baixo custo a que passou a ser oferecida, teve seu consumo popularizado em todas as classes sociais (o que também contribuiu com aquela instabilidade, dado o grande número de usuários nos presídios), enquanto e os portos e aeroportos de São Paulo se tornaram alguns dos mais importantes entrepostos dos carregamentos desta droga em direção aos Estados Unidos e à Europa. Ainda segundo a autora, na medida em que o negócio ilegal da cocaína admitia a utilização de uma gama de moedas e formas de pagamento, que variavam de dólares a veículos roubados e armas, a expansão desse mercado impulsionou outras atividades ilícitas, direta e indiretamente vinculadas ao tráfico de substâncias entorpecentes.

Essa situação gerou múltiplas demandas na área de segurança pública e o governo paulista colocou em curso uma política que apenas um Estado rico como São Paulo poderia sustentar no longo prazo. Houve uma rápida ampliação dos recursos orçamentários destinados à área de segurança pública. Conforme Kahn (1999), o governo estadual investiu quantias significativas nessa área desde 1995 e, por conta destes investimentos, os gastos com o pagamento do efetivo da Polícia Militar passaram a R\$ 47 milhões, em abril daquele ano. Ainda, em 1995 a

despesa do Estado realizada em segurança pública foi de R\$ 1.619 milhões, 6% do total de despesas⁴⁰. Como parâmetro de comparação, deve-se observar que naquele ano o Produto Interno Bruto paulista (a preço de mercado total) totalizou R\$ 263.298 milhões de reais, aproximadamente 37% do PIB nacional⁴¹. Em 1999, enquanto o valor do PIB de São Paulo foi de R\$ 310 bilhões, o poder público gastou R\$ 4,2 milhões no combate à criminalidade só neste Estado (MIRAGLIA, 2010). Em 2000, a despesa estadual realizada em segurança pública foi de R\$ 2.581 milhões, 6% do total de despesas de São Paulo⁴².

Os recursos foram revertidos mais em gastos com o pagamento do efetivo policial, equipamentos e insumos (viaturas, coletes, revólveres, pistolas, cassetetes, capacetes, escudos, munição, espingardas) e, nota-se, na construção de penitenciárias, e pouco em métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa. Não obstante, novas resoluções e investimentos em tecnologias também foram feitos. É interessante observar que também em 1995 a Secretaria de Segurança Pública paulista publicou pela primeira vez as estatísticas criminais no *Diário Oficial do Estado* (DOE). Naquele ano a lei estadual 9.155 estabeleceu a divulgação de 12 modalidades criminais da capital e Grande São Paulo e, em seguida, o governo paulista agregou a informação de todos os seus 645 municípios e ampliou para 14 a lista de delitos, com a inclusão do roubo de carga e roubo a banco.

Em consonância com as ideias de Foucault (2008, p. 26-27),

a repartição demográfica inevitavelmente gera a necessidade de uma técnica que se vincula essencialmente ao problema da segurança, isto é, ao problema da série. Série indefinida dos elementos que se deslocam: a circulação, número x de carroças, número x de passantes, número x de ladrões, número x de miasmas etc.

⁴⁰ SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda, Coordenação da Administração Financeira, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. *Finanças pública*. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/anuario/index.php?anos=1995&tip=ment&opt=temas&ca p=3&tema=fpu#1>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

⁴¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação Seade.

⁴² Idem nota 36.

Assim, entre os investimentos realizados pelo Estado merece destaque a criação do Sistema de Informações Criminais (Infocrim), cujo funcionamento teve início em 1999. Esse sistema interligou gradativamente as delegacias de polícia e as companhias da Polícia Militar da capital, permitindo pela primeira vez a visualização dos locais de maiores concentrações de crimes, assim como a análise quantitativa e espaço-temporal das ocorrências registradas pelos agentes de segurança pública.

PARTE III – A CIDADE NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO

Os processos de adensamento demográfico e heterogeneização social, que ocorriam na capital paulista pelo menos desde o final da década de 1970, no início do século XXI ganharam novos contornos e proporções. A fragmentação da cidade reforçou o juízo de que o espaço urbano foi (re)organizado, tornou-se mais complexo e, conseqüentemente, surgiram diferentes centralidades intraurbanas. Nesse contexto, constata-se que as associações entre as taxas de homicídios e muitas de suas condicionantes apresentam um comportamento volátil, tornando-se mais ou menos proeminentes conforme local e período observados.

Essa constatação fornece subsídios para o surgimento de opiniões generalizadas sobre a evolução dos homicídios, em um momento de importantes intervenções dos poderes públicos, federal e estadual, e de certa perplexidade com a queda no número de assassinatos na cidade de São Paulo. O objetivo deste capítulo é descrever os principais aspectos desse momento e o seu impacto sobre o estudo desses crimes. Assim, examinando as “teses” sobre o desenvolvimento dos homicídios em São Paulo, demonstrar que há algum tempo a análise do movimento da criminalidade paulistana não comporta generalizações, dicotomias ou pressuposições.

Um Momento Peculiar

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 os sucessivos governos federais e municipais pouco fizeram de efetivo para promover ações de segurança pública mais eficientes e democráticas. Já no primeiro semestre de 2000, esses governos, pressionados pela opinião pública, pela mídia e por organizações nacionais e internacionais, promoveram ações importantes para a questão do movimento dos homicídios. Em âmbito federal, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi apresentado o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, o que se configurou em um inédito esforço nacional de integração de políticas de segurança, ações sociais e comunitárias. Segundo Sento-Sé (2011), esse plano foi lançado publicamente sob o impacto de uma tragédia ocorrida no Rio de Janeiro. Conhecida popularmente como “sequestro do ônibus 174”, ocorreu em 12 de junho de 2000, quando Sandro do Nascimento sequestrou um ônibus da linha 174, na Zona Sul da capital fluminense. Ele manteve os passageiros reféns por mais de quatro horas, enquanto toda a negociação, até o momento da prisão, era transmitida ao vivo por diversos meios de comunicação⁴³.

O plano nacional, além da perspectiva de integração de órgãos governamentais em diferentes níveis, estabeleceu um conjunto de ações e compromissos voltados para a redução da violência, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, desarmamento, capacitação profissional e reaparelhamento das polícias, atualização da legislação sobre segurança pública e melhorias do sistema carcerário (ADORNO, 2003). Ademais, representou um passo significativo no reconhecimento da importância da prevenção da violência e da conexão das áreas de segurança e de políticas sociais, que se traduziu, segundo Soares, L. (2007), na formulação do Plano de Integração e Acompanhamento de

⁴³ Após a libertação de alguns reféns, Sandro do Nascimento desceu do coletivo usando uma passageira como escudo, a professora Geisa Gonçalves. Um atirador de elite da polícia tentou atingir o sequestrador. Sandro disparou e um dos tiros atingiu a refém que morreu no hospital. Preso, Sandro foi retirado do local com vida em um camburão, mas chegou morto por asfixia ao hospital.

Programas Sociais de Prevenção à Violência (PIAPS)⁴⁴ e, consequentemente, na articulação de iniciativas de vários ministérios destinados à prevenção da violência, bem como, conforme Mesquita Neto (2011), no reconhecimento de que a segurança pública não era tarefa exclusiva das instituições policiais.

Ainda deve-se destacar a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), uma vez que ele surgiu com o importante papel de subsidiar programas no âmbito das unidades da federação. Não obstante, também se torna necessário ponderar que:

Ante a ausência de uma política nacional sistêmica, com prioridades claramente postuladas, dada a dispersão varejista e reativa das decisões, que se refletia e inspirava no caráter dispersivo e assistemático do plano nacional do ano 2000, o Fundo acabou limitado a reiterar velhos procedimentos, antigas obsessões, hábitos tradicionais: o repasse de recursos, ao invés de servir de ferramenta política voltada para a indução de reformas estruturais, na prática destinou-se, sobretudo, à compra de armas e viaturas (SOARES, L., 2007, p. 85).

Além disso, segundo esse autor, o FNSP foi sendo absorvido pela força da inércia e rendeu-se ao impulso voluntarista que se resume a fazer mais do mesmo. Alimentaram-se estruturas esgotadas, beneficiando políticas equivocadas e tolerando o convívio com organizações policiais refratárias à gestão racional, à avaliação, ao monitoramento, ao controle externo e até mesmo a um controle interno minimamente efetivo e não corporativista.

Em âmbito estadual foi publicada a Resolução SSP-245 (no ano de 2000), que alterou e compatibilizou os limites territoriais das áreas de atuação das polícias Civil e Militar no município de São Paulo, determinando nominalmente os logradouros que compunham o perímetro de cada distrito policial da capital; e a Resolução SSP-160 (2001), que criou o Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais, buscando especificar com maior precisão as estatísticas de ocorrências criminais registradas e uniformizar o fluxo de dados coletados. Além disso, houve um expressivo aumento do orçamento na área de segurança pública. Em 2000, o efetivo da Polícia Militar paulista alcançou um

⁴⁴, O PIAPS foi criado em 2001, tendo como público-alvo privilegiado crianças e jovens (de 0 a 24 anos). Contudo, diante de novos encaminhamentos governamentais, ele foi abandonado em 2003.

contingente superior a 80 mil policiais, com gastos de aproximadamente 2,6 bilhões de reais e, em seguida, investimentos em novas tecnologias, como o Fotocrim (2002)⁴⁵, o Copom On-line (2002)⁴⁶ e o Omega (2003)⁴⁷.

As inovações tecnológicas e a produção de dados criminais possibilitaram novas reflexões e tematizações, e as tendências das taxas de homicídios puderam ser examinadas em maior detalhe. Se a elevação na taxa média de homicídios revelava a abrangência nacional e a maior gravidade desse problema nos grandes centros urbanos, os números locais demonstravam que o desenvolvimento dos homicídios era heterogêneo e as suas condicionantes, diversas. Tal movimento indica que a sua importância varia conforme o local e o momento observado.

Tomando por referência os estudos sobre São Paulo, podemos identificar a tentativa de analisar a variabilidade dos homicídios e, assim, comparar e distinguir áreas urbanas, objetivando entender a distribuição espaço-temporal da mortalidade violenta e dos crimes e estabelecer hipóteses para explicar o seu movimento (BARATA et al., 1998; BARATA, RIBEIRO, 2000; BARATA, RIBEIRO, MORAES, 1999a, 1999b; CARVALHO, CRUZ, 1998; GAWRYSZEWSKI, 1998; ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999; CARNEIRO, 1999; MAIA, 1999; CÂMARA et al., 2000; CORDEIRO, DONALISIO, 2001; GAWRYSZEWSKI, MELLO JORGE, 2000; ROLNIK, 2001; LARANJEIRA, HINKLY, 2002; CARDIA, ADORNO, POLETO, 2003; FUNDAÇÃO SEADE, 2003, 2005; HUGHES, 2004; SÃO PAULO, 2004; CECCATO, 2005; GAWRYSZEWSKI, COSTA, 2005; GAWRYSZEWSKI, KAHN, MELLO JORGE, 2005; LIMA, R. 2005; NERY, 2006; NERY, MONTEIRO, 2006; SCRIPILLITI, 2006; CECCATO, HAINING, KAHN, 2007; MELLO, SCHNEIDER, 2007; ALMEIDA, D'ANDREA, DE LUCCA, 2008; CAMARGO et al., 2008; SÃO PAULO,

⁴⁵ O Fotocrim é um sistema que tem a finalidade de armazenar fotografias de pessoas que possuem registros policiais e judiciais na esfera criminal, visando monitorar a atividade criminosa.

⁴⁶ O Copom On-line (ou Sistema Informatizado de Administração Geoprocessada de Policiamento Ostensivo em Tempo Real) reúne informações geradas no atendimento e despacho do telefone 190.

⁴⁷ O Omega é um sistema implantado no intuito de dispor informações para o serviço policial, em tempo real, por meio da integração das bases de dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

2008; ADORNO, 2009; ANDREUCCETTI et al., 2009; GOERTZEL, KAHN, 2009; LIMA, R., 2009; BIDERMAN, MELLO, SCHNEIDER, 2010; FELTRAN, 2010a).

Não obstante, ao menos em linhas gerais, foi possível distinguir as pesquisas feitas no final da década de 1990 e princípio dos anos 2000 daquelas realizadas posteriormente. Isso porque o número de homicídios começou a decrescer rapidamente, o que surpreendeu a todos, à época, como explica Michel Misse:

Ficamos perplexos com a queda da taxa de homicídios em São Paulo. Foi feito até um seminário para se discutir o que aconteceu em São Paulo. (...) São listados muitos fatores atuando conjuntamente nessa diminuição. Mas muitos desses fatores também ocorreram em outras cidades e não produziram esse resultado. Veja a nossa dificuldade para compreender um único fenômeno, ainda que expressivo, que é a queda acentuada da taxa de homicídio em São Paulo (apud LIMA; RATTON, 2011, p. 27).

Especulava-se, inicialmente, se a redução era uma condição temporária ou uma tendência que se manteria. Com o tempo, ficou demonstrado que era uma tendência, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Evolução das taxas de homicídios dolosos, por 100 mil habitantes. Município de São Paulo, 1981 a 2013.

Fonte: CALDEIRA, 2000 (homicídios de 1981-1995); SSP-SP - RES SSP 160/01 (homicídios de 1996-2013); Fundação Seade (população de 1981-2013)
Elaboração: Marcelo Batista Nery/NEV-USP

Após periódico crescimento das taxas de homicídios nas décadas de 1980 e 1990, em 1999 a taxa alcançou o seu maior valor, apresentando um

resultado comparável apenas à estimativa do total de mortes por causas violentas em 1975, do já citado estudo de Mello Jorge (1981). Entre 1999 e 2010 a queda foi de 86,6%, passando de 52,4 para 10,6 por 100.000 habitantes. Assim, o município de São Paulo, que em 1999 ocupava a 2ª posição entre as capitais brasileiras mais violentas, sete anos depois ocupava 23º e, após mais quatro anos, o 24º lugar, com uma das taxas de homicídios mais baixas do país (WAISELFISZ, 2013).

A partir de então, dada a redução das taxas na capital e a manutenção da tendência de seu crescimento no interior do Estado, emergiu a avaliação de que houve um deslocamento dos polos dinâmicos da violência das grandes capitais e regiões metropolitanas para cidades menores (WAISELFISZ, 2007). De fato, não demorou muito para se constatar a necessidade de contar com uma imagem mais pontual da distribuição territorial da violência, tampouco para o surgimento de várias explicações para a queda dos homicídios na cidade de São Paulo. Em meio a essas explicações, algumas se tornaram mais recorrentes e obtiveram certo destaque, como aquelas que se respaldavam em paradigmas como “políticas de segurança pública”, “medidas e intervenções municipais”, “ações de organizações criminosas” e “mudanças demográficas”.

Em consonância com as ideias presentes em Lima, R. (2009), ao se referir às políticas de segurança pública, indica-se o aprimoramento técnico das instituições e das atividades policiais, bem como o aumento de recursos e de efetivo destinados a essas políticas, o desenvolvimento de programas e procedimentos (como polícia comunitária e mudança na formação dos policiais), a ampliação dos meios de controle interno e externo (ouvidorias e corregedorias) e as já mencionadas modernizações da gestão e informação. Os defensores das medidas e intervenções municipais ressaltam os investimentos locais em ações de prevenção e treinamento, bem como a importância da iluminação pública, das guardas municipais e do apoio a projetos comunitários e culturais.

Outra linha de explicação destaca a redução de conflitos com a obtenção de hegemonia pela facção criminosa PCC e as ações de organizações criminosas que se valem do controle territorial (oriundo da mediação de conflitos e do controle sobre a prática criminal desses territórios), gerando assim o medo

de represálias entre aqueles que intentam cometer crimes sem anuência da facção. Por fim, há a compreensão de que mudanças demográficas estariam relacionadas a transformações de natureza estrutural e socioeconômica e, ainda, com o nível das mortes violentas, vinculando essa relação a fatores como a redução no número de jovens e a melhora no nível de instrução e na renda familiar, por exemplo.

Na prática, especificamente no que diz respeito ao movimento dos homicídios e suas condicionantes na cidade de São Paulo, constata-se que qualquer uma dessas explicações é parcial e, ao se pretender adequada, não pode ignorar a atual heterogeneidade da cidade. Portanto, não se deve desprezar as constatações de que a indicação de um único paradigma para explicar a variabilidade das taxas de homicídios no território paulistano, em um período de tempo longo, mostra-se indevida. Em outras palavras, não se pode ignorar as demonstrações de que a explicação dessa variabilidade não deve ser generalizada. E a primeira generalização que precisa ser examinada é o “fato” de São Paulo ser uma cidade violenta.

Os Homicídios e a Heterogeneidade Socioespacial Paulistana

Pode-se afirmar, sem qualquer contestação, que uma cidade em que mais de 4 mil pessoas são assassinadas todos os anos, durante seis anos consecutivos, é uma cidade violenta? Isso ocorreu em São Paulo entre 1997 e 2002, e não há dúvida de que, no que diz respeito à análise do movimento dos homicídios, naquele período ou atualmente, essa não é a melhor conclusão a que se pode chegar. Na verdade, a capital paulista tem se caracterizado por congregar locais recorrentemente violentos e locais comumente pacíficos.

As Figuras 1 e 2 servem de efetiva ilustração dessa avaliação. Nela, a análise dos mapas de Kernel⁴⁸ nos permite perceber que em todo o período 1997-2012 a cidade foi coberta principalmente por locais com grande densidade de homicídios dolosos (em vermelho) e por locais com pouca (em azul claro) ou nenhuma (em branco) recorrência destes crimes. Nota-se que essas concentrações estão distribuídas com certa regularidade no território, nos diferentes anos, ou seja, que os locais mais e menos violentos tendem a ser os mesmos de um ano para outro.

⁴⁸ O estimador de densidade conhecido como Kernel é um método de análise de padrões espaciais de eventos pontuais. Para mais informações ver Bailey e Gatrell (1995). Ver ANEXO 4 (Estimador de densidade).

Figura 1 - Densidade de homicídios dolosos⁴⁹ para o município de São Paulo, 1997 a 2004.

⁴⁹ As densidades no período variam de 0 a 39 ocorrências em um raio de 1,5 quilômetros. Considerando o valor anualizado das densidades para o cálculo das classes (as faixas e intervalos de variação dos dados), determinamos como alta (em vermelho escuro) as superiores a 11,75 (maior densidade estimada no ano de menor densidade). Os dados de 2000 a 2008 são oriundos do Infocrim. Nos anos de 1997 a 1999 e de 2009 a 2012 as densidades foram estimadas levando em conta esses dados e o número de homicídios dolosos de cada distrito policial, bem como do município como um todo – conforme informações publicadas pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Figura 2 - Densidade de homicídios dolosos⁵⁰ para o município de São Paulo, 2005 a 2012.

⁵⁰ Idem nota anterior.

Uma análise mais detalhada permite observar também que nenhum DP foi composto somente por baixas ou altas densidades de homicídios⁵¹. Além disso, as maiores densidades (superiores a 11,75 ocorrências) podem ser encontradas em mais da metade dos distritos policiais. Na Zona Leste, nos DP Jardim Noêmia, São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Jardim Robru, Itaquera, Lajeado, Artur Alvim, Cidade A. E. Carvalho, Cohab Itaquera, Parque do Carmo, Guaianases, Sapopemba, Teotônio Vilela, Vila Rica, Jardim Aricanduva e São Mateus. Na Sudeste, Heliópolis, Parque Bristol, Sacomã, Ipiranga e Vila Clementino. Na região central destaca-se a concentração de ocorrências na Consolação, Perdizes, Santa Cecília, Liberdade, Santa Efigênia e Sé. Na Zona Norte, Nossa Senhora do Ó, Parada de Taipas, Vila Brasilândia e Vila Penteado. E, na parte Oeste da cidade, no Butantã, Jaguaré e Jardim Arpoador. Finalmente, na Zona Sul são encontradas grandes densidades de homicídios em partes do Campo Limpo, Capão Redondo, Parque Santo Antônio, Jardim Taboão, Jardim Herculano e Jardim Mirna, sobretudo nas imediações da Represa de Guarapiranga, Americanópolis, Jabaquara, Cidade Ademar, Jardim Miriam e Vila Joaniza, especialmente nas proximidades da Represa Billings, Cidade Dutra, Jardim das Imbuías e Parelheiros. Verifica-se ainda o adensamento das concentrações de homicídios nas adjacências das referidas represas.

Esse resultado é consistente com estudo de Ferreira (2005), em que se verifica que o esgotamento de glebas vazias e os loteamentos clandestinos levaram essa população a ocupar as únicas áreas onde estariam a salvo da ação do mercado: as áreas de proteção ambiental, como as beiras de córregos, os mananciais e as encostas. Também com trabalhos de Maricato (2000; 2012), nos quais se constata que São Paulo apresenta um fenômeno comum a todas as grandes cidades brasileiras: a ocupação de áreas de proteção ambiental pela moradia pobre. Em geral, essa moradia tem como características, além da predação do ambiente construído, altas taxas de violência, calculadas tendo por base o número de homicídios (MARICATO, 2000). Na capital paulista, essas

⁵¹ São consideradas baixas densidades as inferiores a uma ocorrência em um raio de 1,5km; as altas densidades são as superiores a dez ocorrências. As análises das densidades por DP foram feitas pelo autor, utilizando MapInfo Professional versão 10.0.

características são potencializadas por um contexto em que 2 milhões de pessoas habitavam as cercanias das represas Guarapiranga e Billings (MARICATO, 2012).

Em Nery et al. (2012) encontramos mais subsídios para melhor entender essa questão. Ao reunir os setores censitários em conjuntos homogêneos e identificar sub-regiões com um padrão espacial próprio tornou-se possível identificar sete tipos de regimes espaciais, cada qual apresentando um padrão distinto de distribuição e concentração (Figura 3).

Figura 3 - Padrões dos homicídios dolosos para o município de São Paulo, 2000 a 2008.

Fonte: Nery et al. (2012)

Esses regimes são formados por setores que, em ao menos 5 dos 9 anos observados, no período 2000-2008, não registram ocorrência de homicídio doloso (baixo0), não apresentaram um padrão constante (sp) e mais cinco padrões das taxas bayesianas⁵², como segue⁵³:

- altas em vizinhança com altas taxas, mas sem ocorrência registrada (alto0)⁵⁴;
- altas em uma vizinhança com altas taxas (alto);
- baixas em uma vizinhança com baixas taxas (baixo);
- baixas em uma vizinhança com altas taxas (baixo-alto); e
- altas em uma vizinhança com baixas taxas (alto-baixo).

Nos distritos policiais⁵⁵ de Campo Limpo, Jardim Herculano, Parque Santo Antônio, Capão Redondo e Jardim Mirna quase um terço dos setores censitários apresentou padrão de altas taxas de homicídio em uma vizinhança também com altas taxas, ao longo do período. Inversamente, parcelas dos DP Ibirapuera, Jabaquara, Vila Clementino, Vila Guilherme, Vila Maria, Jardim Paulista, Monções e Vila Mariana, a maior parte dos setores unida aos DP Paulista e Pinheiros, formam uma área que se destaca por possuir um grande número de setores censitários sem registro de homicídios. Portanto, ao se afirmar genericamente que São Paulo é uma cidade violenta, deve-se atentar também para o fato de que em aproximadamente 43% dos setores censitários paulistanos as taxas desses crimes são

⁵² Conforme Assunção et al. (1998), taxas bayesianas são mensurações que consideram efeitos espaciais. Ou seja, em uma área de estudo, formada por diversas unidades territoriais, estima-se a taxa de uma localidade levando em consideração os dados da própria unidade e de todo o conjunto de unidades (taxa bayesiana global) ou estima-se a taxa de uma localidade levando em consideração os dados da própria unidade e os das unidades vizinhas (taxa bayesiana local). Elas foram utilizadas porque reduzem o problema de instabilidade das taxas em regiões com pequenas populações, o que pode gerar em algumas localidades taxas de homicídios distintas e extremas devido a uma flutuação aleatória sem associação com o risco subjacente.

⁵³ Ver ANEXO 4 (Autocorrelação espacial).

⁵⁴ Foram identificados locais em que não houve registro de homicídio doloso e, mesmo assim, devido às taxas dos setores que os circundam, houve altas taxas bayesianas de homicídios estimadas.

⁵⁵ Em Nery et al. (2012) os resultados são apresentados segundo distritos censitários. Nesta tese os mesmos são descritos por distritos policiais, o que permite comparações e complementações das análises dos DP. Isso foi possível ao se estabelecer que os setores censitários que não estão totalmente contidos em único distrito policial foram atribuídos ao DP que reunisse a maior parte de sua malha viária.

constantemente baixas e que em cerca de 30% não houve um único registro de homicídio doloso entre os anos de 2000 e 2008.

Diante disso, pode-se deduzir que não é acertado julgar o estado da violência na capital paulista como um todo; porém, seria aceitável explicar o movimento da criminalidade e suas condicionantes ao analisar os locais mais e menos degradados da cidade. Em outras palavras, é possível entender essa questão de forma “dual”, o que leva a contrastar a não periferia (genericamente chamada de “centro”) rica e segura, com suas ruas comerciais e suas elites econômicas, e a periferia pobre e insegura, com seus serviços públicos deficientes e seu tráfico de drogas – retomando o modelo dicotômico de sociedade e a concepção de uma cidade partida em duas, apresentados anteriormente. Seguindo assim a postura dualista comum às análises de cunho marxista e dos intelectuais de esquerda brasileiros sobre a realidade nacional (OLIVEIRA, 2003).

Mas essa dedução também não se mostra adequada, sobretudo nos dias hoje. A despeito da dimensão política e até mesmo ideológica em torno dessa oposição, ela é orientada por uma ideia de fundo que também deve ser examinada: a de que “centro” e “periferia” poderiam ser apontados, em certa medida, como espaços homogêneos já que apresentariam semelhante superposição de opulências ou de carências e, conseqüentemente, característicos padrões de sociabilidade, conflitualidade e violência.

Na verdade, podemos definir “centro” e “periferia” de diversas formas. Podemos falar sobre um centro de decisões e de poder, de riqueza e de informação em oposição a conceitos (como periferia, subúrbio, favela, quebrada ou correlatos) com expressão negativa. Podemos discorrer sobre “[...] aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, [1975a]1983, p. 35), sobre um espaço de exclusão e de marginalidade social, da cidadania incompleta (DOMINGUES, 1994) ou sobre um local que expressa, geograficamente, as desigualdades sociais.

Podemos entender, ainda, que a contradição entre “centro” e “periferia” não é somente uma das contradições do espaço. Conseqüentemente, a distância entre ambos se constitui tanto do ponto de vista espacial como do ponto de vista

sociológico, um distanciamento tanto geográfico quanto simbólico. Todavia, em todos os casos há diferentes localidades em áreas centrais, bem como distintas localidades em áreas periféricas, que podem ser agrupadas pela semelhança de suas características, formando assim o que poderíamos denominar “centros” e “periferias” – sempre no plural.

De fato, se “[...] de 1890 a 1940, o espaço urbano e a vida social em São Paulo foram caracterizados por concentração e heterogeneidade” (CALDEIRA, 2000, p. 213); se até os anos 1970 a capital paulista apresentou uma configuração urbana radial-concêntrica em sua geometria urbana – como retrata a subdivisão da municipalidade em oito “áreas homogêneas”, desenvolvida pelo Departamento de Economia e Planejamento do estado (SÃO PAULO, 1977), há pelo menos quatro décadas a cidade fragmenta-se e, atualmente, possui uma organização sociodemográfica marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e descontínuos (NERY et al., 2015). Essas subdivisões podem ser comparadas na figura a seguir.

Figura 4 - Áreas homogêneas para o município de São Paulo, 1977 – 1980 a 2010.

Fonte: Caldeira (1984, p. 27); Nery et al. (2015)

No mapa à esquerda, a subdivisão desenvolvida pela Seplan toma a renda familiar média como critério básico de classificação, correlacionada a outras seis variáveis, para estabelecer conjuntos de distritos que têm mais semelhanças entre si (SÃO PAULO, 1977). As outras variáveis são instalações sanitárias, água potável encanada, densidade populacional, crescimento populacional, mortalidade infantil e uso residencial dos imóveis. Essa correlação gera um total de oito “áreas homogêneas”, de tal maneira que a ÁREA I tem as melhores condições socioeconômicas da cidade e a ÁREA VIII, as piores (HOLSTON, 2013).

No mapa à direita, a subdivisão desenvolvida pelo NEV-USP, em 1980-2010, emprega dados criminais, habitacionais, populacionais e de condições sanitárias e de higiene, das características das viagens diárias da população, das áreas de risco (geológico) e das áreas de expansão urbana e de proteção aos mananciais. Esses dados, compatibilizados pelos setores censitários, em vigor no Censo de 2010 (IBGE, 2010), serviram de base para a criação de indicadores intraurbanos sensíveis às características locais e para a clusterização⁵⁶ da cidade, estabelecendo oito agrupamentos com significativo grau de homogeneidade intragrupos e heterogeneidade entre grupos (NERY et al., 2015).

Atualmente a unidade da periferia e a dualidade da violência na cidade podem ser questionadas de vários modos. Torres et al. (2003), com base nos dados do Censo Demográfico de 2000, encontraram uma significativa diversidade dentro das periferias, nas quais diferentes grupos estão sujeitos a condições de vida muito diversas, no que se refere, por exemplo, às taxas de homicídio. Com relação a essas taxas, os autores mostram que a distribuição dos homicídios está longe de ser “dual”, sendo concentrada em alguns pontos críticos. Portanto, ratificam a impossibilidade de afirmar que existe relação de causalidade entre as taxas de homicídios e os níveis de renda e educação em diferentes áreas. Em Nery et al. (2015) chega-se à mesma conclusão. Nesse trabalho foram encontradas áreas homogêneas com perfis particulares, relacionados às várias

⁵⁶ *Cluster* é um agrupamento de quaisquer elementos de interesse, como objetos, indivíduos ou regiões (neste trabalho, nos interessam os setores censitários). Esse agrupamento é determinado pela classificação multivariada, também denominada análise de *cluster*, que pode ser definida como um conjunto de procedimentos que visam discriminar grupos homogêneos a partir da interação entre diversas variáveis desses elementos.

dimensões da estrutura social local, revelando a existência de oito padrões intraurbanos na cidade de São Paulo, dos quais cinco em regiões que podem ser designadas como geograficamente periféricas (Figura 5).

Figura 5 - Padrões intraurbanos para o município de São Paulo, 1881 a 2010.

Fonte: Nery et al. (2015)

Da esquerda para direita e de cima para baixo, o primeiro mapa (“comercial e de serviços”) reúne setores censitários caracterizados por estarem em uma área de urbanização antiga em que predomina habitações de uso coletivo (como em hotéis, motéis, pensões, hospitais, alojamento de

⁵⁷ Grosso modo, áreas periurbanas são espaços periféricos que integram características dos territórios urbanos e rurais, locais que reúnem estruturas urbanas consolidadas, ocupações urbanas dispersas e estrutura de natureza rural (agrícolas ou florestais).

trabalhadores ou de estudantes etc.) e edifícios para fins residenciais e de serviços, incluindo pontos de grande atividade econômica, como a Avenida Paulista e a Avenida Eng. Luís Carlos Berrini. O segundo mapa (“residencial de urbanização consolidada”) congrega setores urbanizados, em sua maioria, entre 1930 e 1949, hoje predominantemente residenciais, com baixa densidade populacional, correspondendo a algumas das áreas mais valorizadas da cidade.

O mapa “urbanização radial” corresponde a locais urbanizados (dotados, mesmo que de forma precária, das infraestruturas que lhe são características, como edificações, arruamentos, abastecimento de água e eletricidade, rede de esgotos etc.) em torno da área urbanizada de 1949 (EMPLASA, 2009), atribuindo ao conjunto de setores que o forma uma configuração espacial polinucleada; com reduzido número de aglomerados subnormais⁵⁸ e boas condições sanitárias, esses setores diferenciam-se pela variação do crescimento populacional e densidade demográfica, que aumentam rapidamente. No quarto mapa (“residencial disperso de urbanização radial”) os setores censitários também se encontram espalhados próximo ao tecido da cidade que contorna a mancha urbana existente no final da década de 1940; entretanto, são áreas mais periféricas e com infraestrutura urbana menos adequada. O mapa “habitação irregular em áreas de urbanização antiga” agrupa setores que se destacam pela grande proporção de aglomerados subnormais e pelo crescimento destes entre 1991 e 2010; também se destacam pela grande proporção de domicílios improvisados e pelo baixo índice de chefes de família com renda superior a 20 salários mínimos. O sexto mapa (“residencial concentrado de urbanização gradativa”) agrega setores em áreas de urbanização não consolidada e precária, nos limites externos da cidade; são as áreas das cabeceiras de riachos e córregos e de solo sujeito à maior erosão, que acabam por produzir situações de risco e acidentes, potencializados com a chegada das chuvas. O sétimo mapa (“habitação irregular concentrada em áreas de urbanização atual”) diferencia-se

⁵⁸ Conforme tipologia empregada pelo IBGE (2010), “aglomerado subnormal” é um conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Por se tratar de áreas problemáticas, sob o aspecto da legalidade da terra, e caracterizadas por uma ocupação desordenada, os aglomerados subnormais são normalmente locais com deficiência dos serviços de infraestrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos.

essencialmente pela urbanização gradativa e pelo processo de favelização; atualmente sofre uma verticalização muito acelerada, mas ainda preserva parte do seu território como rural. O último mapa (“habitação em áreas periurbanas”) é formado por setores localizados em áreas onde as atividades rurais e urbanas se misturam, dificultando a determinação dos limites físicos e sociais dos espaços urbano e rural; apresenta os menores índices de ocupação da cidade de São Paulo.

A análise das taxas de homicídios dolosos por grupo de setores censitários em cada padrão intraurbano permite avaliar que nos três primeiros mapas o número de setores que exibem altas taxas é muito reduzido. Com relação às cinco “periferias” identificadas, em apenas duas delas, nomeadamente nos setores dos padrões “residencial concentrado de urbanização gradativa” e “habitação em áreas periurbanas”, recorrentemente são encontradas altas taxas de homicídios. Do mesmo modo, ao comparar as taxas de homicídios dolosos no período 2000-2008 dos setores desse último padrão com os do “residencial disperso de urbanização radial”, que apresentam, respectivamente, a maior e a menor taxa média de homicídios entre os cinco últimos grupos, verifica-se que a diferença entre as taxas é de 114%.

Finalmente, se não é oportuno analisar o movimento dos homicídios de forma global ou dual, conclui-se que a análise pode ser feita nas grandes unidades territoriais em que a cidade de São Paulo é dividida pelas diversas instâncias públicas, tendo como área de estudo, por exemplo, os 96 distritos censitários ou os 93 distritos policiais paulistanos (ANEXO 1). Antes, deve-se considerar que habitualmente os dados criminais são oriundos de órgãos públicos que os agregam em delimitações político-administrativas, frequentemente sem atentar para a sua heterogeneidade interna e sem uma validação analítica consistente acerca da forma como as fronteiras foram determinadas.

Um dos problemas básicos com dados agregados por área é que a definição das fronteiras das áreas pode afetar os resultados. As estimativas obtidas na análise de um conjunto de unidades de área podem ser alteradas em função da maneira como estas são agrupadas ou simplesmente alterando as suas fronteiras. Openshaw e Openshaw (1997) descrevem como obter correlações completamente diferentes entre comportamento eleitoral e idade no

estado de Iowa (EUA) apenas modificando a agregação de seus condados. Cano e Santos (2001) advertem que a força da associação entre as taxas de homicídio e condicionantes como pobreza, renda e desigualdade pode variar de acordo com os níveis de análise, quando se trabalha com dados agregados.

Esses dados usualmente reúnem regiões com características muito distintas (tais como locais onde os homicídios são muito frequentes e aqueles em que são raros), resultando em um valor “médio” que pode ser uma medida inadequada como indicador do nível de homicídios em uma localidade. Em geral, constata-se que um estudo que utilize os distritos censitários como unidades de análise tende a apresentar distorções inerentes a uma irreal homogeneização (NERY, 2006). Dados sobre homicídio apresentam sérios problemas de confiabilidade e validade, que tendem a aumentar à medida que as unidades geográficas são mais amplas (CANO; SANTOS, 2007). Do ponto de vista especificamente quantitativo, atesta-se que um dos principais problemas de empregar dados agregados por áreas é que as estimativas e os resultados dos testes podem ser distorcidos, dado que a agregação tende a aumentar a correlação entre as variáveis e a reduzir as flutuações estatísticas (DIAS et al., 2002).

Assim sendo, não se pode pressupor que os distritos policiais, por exemplo, sejam unidades de análise adequadas para o entendimento do movimento da criminalidade em São Paulo. Não antes de averiguar se e como a sua utilização pode ser mais fonte de esclarecimento do que de confusão.

A seguir são apresentados os gráficos das taxas de dois distritos policiais paulistanos (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Taxa de homicídios, segundo distritos policiais selecionados, 2000 a 2012.

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; População – Fundação Seade
Elaborado por Marcelo Batista Nery

Ao analisar os gráficos e ponderar sobre a grande diferença entre o desenvolvimento das taxas de homicídios de cada distrito, parece razoável supor que as condicionantes destes crimes podem não ser necessariamente as mesmas em diferentes distritos policiais e/ou em anos distintos. Afinal, como uma única condicionante seria capaz de explicar uma diferença tão acentuada das taxas? E como a relação dessa singular condicionante com o número de homicídios pode se manter significativa no decorrer dos anos em uma cidade tão heterogênea e dinâmica como São Paulo? Mas essa razoabilidade foi confrontada por muitas “teses”⁵⁹.

Conforme Misse (1995a), existem “teses” que hoje sabemos equivocadas, tal como as apresentadas pelos polemistas atuais, e não conhecemos os autores da maior parte delas, uma vez que são mostradas de diferentes maneiras e caracterizam-se pela ausência de um interlocutor nítido. Além disso, por mais rudimentar que a “tese” seja, sempre haverá a possibilidade dela se tornar uma opinião generalizada no imaginário social, de germinar no meio intelectual e de ser amplamente difundida entre os gestores públicos.

Muitas dessas opiniões generalizadas são ficções, pois não existe fundamentação concreta para tais teses. Mas é uma ficção *sui generis*, já que tenta a todo custo e o tempo todo se mostrar como verdade. Essa verdade, nota-se, é baseada em fatos reais (comumente provenientes de entrevistas diretas e histórias de vida) e em dados (geralmente oriundos de interpretações estatísticas). O fato das “teses” e opiniões buscarem essas sustentações não deve ser desprezado. Assim sendo, antes de analisar especificamente o movimento dos homicídios dolosos e suas condicionantes nos anos 2000, alguns esclarecimentos são necessários.

Seja na pesquisa qualitativa, seja no plano estatístico (com destaque às análises que empregam, por exemplo, dados coletados em pesquisas de opinião), os números criminais apresentam-se como problemas característicos. Eventos históricos e episódios de grande repercussão midiática, bem como mudanças políticas, sociais e culturais, podem influenciar as informações das pesquisas que

⁵⁹ O termo é utilizado entre aspas por Michel Misse devido à significação distinta da empregada em pesquisas científicas.

abordam assuntos delicados, como a criminalidade ou normas, atitudes, valores e comportamentos relacionados a ela. Do mesmo modo, o tipo de crime, o grau de confiança que a população tem na polícia, a forma como o levantamento dos dados é realizado e a distribuição desigual das delegacias podem subestimar ou superestimar o número de registros, gerando algumas distorções na análise (MASSENA, 1986).

Nesta tese, a partir de agora, empregam-se estatísticas descritivas, exploratórias e geoestatísticas em conjunto com análises e interpretações sociológicas para analisar o movimento dos homicídios⁶⁰. De tal modo, as informações e os dados desses crimes são empregados tanto de forma experimental e ilustrativa quanto como subsídios e fundamentos científicos.

A despeito dos problemas dos números criminais, não é incomum encontrarmos estudiosos e *policy makers* que adotem a taxa de homicídios como indicador singular de criminalidade, como mensuração da violência em uma cidade, região, país ou até mesmo como comparação entre países (BEATO, 2005). Múltiplos argumentos são levantados para justificar essa adoção. Em Waiselfisz (2010), por exemplo, duas são as justificativas. Em primeiro lugar porque a violência que conduz à morte é aquela levada a seu grau extremo e a intensidade nos diversos tipos de violência guarda relação com o número de mortes que origina. Em segundo, não existem muitas alternativas, uma vez que os registros policiais sobre distintas formas de violência têm uma notificação extremamente limitada.

A utilização dos registros de homicídios como indicador de violência também está vinculada ao fato destas ocorrências apresentarem menor subnotificação e menores problemas de classificação, bem como maior sensibilidade à variabilidade da mortalidade violenta, o que as torna um dos mais confiáveis registros criminais. Além disso, o uso desses registros, nesta tese, fundamenta-se em uma avaliação presente no *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2011), dado que o estado de São Paulo possui dados de boa qualidade no que diz respeito aos seus registros, pertencendo ao

⁶⁰ A análise é feita a partir de 2000 porque não existem dados anteriores com características adequadas para a análise da variabilidade dos homicídios na perspectiva intraurbana.

grupo de unidades da Federação que têm mantido estável essa condição, nos últimos anos.

Portanto, a correta avaliação das taxas de homicídios torna essas proporções um eficiente instrumento de medida, um termômetro para avaliação, ao longo do tempo, do nível de mortalidade por atos violentos e, conseqüentemente, um importante balizador para o julgamento de políticas públicas e ações sociais contra essas mortes. Os homicídios são um dos registros mais seguros, talvez o mais seguro, para a mensuração da mortalidade violenta e, em certos casos, podem até ser utilizados como *proxy*⁶¹ de violências física, econômica, moral e simbólica. Na prática, mesmo que essas violências tenham aumentado, e com elas a sensação de insegurança dos paulistanos, o fato é que a redução das mortes por homicídios dolosos na capital paulista ocorreu efetivamente.

⁶¹ Define-se *proxy* como uma mensuração aproximada que se presume guardar relação de pertinência com a variável real.

PARTE IV – O DECLÍNIO DOS HOMICÍDIOS

Em artigo de 1999, Yunes e Zubarew ressaltavam a gravidade dos homicídios diante do seu crescimento e de suas altas taxas, principalmente em capitais como São Paulo. A partir daquele ano, em contraposição ao crescimento das taxas de homicídios do país, os assassinatos decrescem sucessivamente e observamos sua inflexão na capital paulista. Uma queda singular que se destaca por seu ritmo acentuado, em um curto espaço de tempo, e se impõe para pesquisadores e gestores públicos como uma questão ainda em aberto (PERES et al., 2011a).

Diante dessa singularidade, este capítulo possui três objetivos fundamentais. Considerando especificamente os anos de 2000 a 2011, o primeiro deles é apresentar uma breve revisão bibliográfica de trabalhos atuais sobre homicídios, indicar as suas principais características e identificar os mais alinhados a esta tese. O segundo objetivo é demonstrar que as condicionantes dos homicídios dolosos estão associadas ao nível global das suas taxas, ou seja, que elas variam mediante patamares específicos dessas taxas. Diante disso, objetiva-se demonstrar a adequação de desenvolver as análises em períodos. Por fim, o propósito é demonstrar que, no início, a melhor forma de explicar a variabilidade das taxas de homicídio é empregando as do ano anterior – o que indica a importância de elementos como “fator inercial”, processos de difusão da interações sociais e círculos de vingança. Em seguida, essa variabilidade é melhor explicada pelas características sociodemográficas e pelos indícios da presença, ou não, de organizações criminosas – o que implica a redefinição da relevância dessas características, bem como do Primeiro Comando da Capital (PCC), no movimento dos homicídios.

O Referencial Teórico

No final da década de 1990 já era flagrante a riqueza da literatura especializada sobre o crime no Brasil. Essa riqueza que é nutrida pelas diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e pelos múltiplos enfoques e olhares. Ao analisar aproximadamente 300 estudos (livros e periódicos, nacionais e internacionais) publicados a partir de então, em especial no período 1999-2012⁶², foi possível confirmar igual diversidade de abordagens e pontos de vista especificamente na bibliografia sobre homicídios.

De forma geral, nota-se que os trabalhos que têm a análise dos homicídios como tema são sustentados por pesquisas qualitativas e/ou quantitativas, havendo uma inclinação no sentido de que os que são fundamentados em material qualitativo abordam as práticas microssociais ou interacionais, enquanto os estudos dedicados às análises quantitativas tendem para perspectivas macrossociológicas ou estruturais. Os mais qualitativos habitualmente utilizam dados primários, ou seja, aqueles coletados em pesquisa de campo, para buscar os princípios que organizam comportamentos. Os mais quantitativos costumam examinar indicadores sociais, ambientais e demográficos, bem como estatísticas oficiais – sobretudo de mortalidade e criminalidade – e resultados de pesquisas de opinião, para estabelecer relações entre essas mensurações.

No Brasil, se de um lado há críticas ao fato dessa bibliografia reunir muitos trabalhos parciais, devido ao seu caráter descritivo (WASELFISZ, ATHIAS, 2005; LIMA, R., 2009) ou exploratórios (NADANOVSKY, 2009), por outro podemos constatar que os estudos estão em pleno desenvolvimento. Entre eles estão aqueles que buscam investigar o desenvolvimento temporal e as condicionantes dos eventos violentos no Brasil (IBGE, 1999; CANO, SANTOS, 2001; SOARES, 2000; MACEDO et al., 2001; SAPORI, WANDERLEY, 2001;

⁶² O ano de 1999 foi escolhido por ser o seguinte à reformulação do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação do país pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que se considera um grande marco para os estudos acadêmicos nacionais recentes.

ADORNO, 2002b; PERES, SANTOS, 2005; PERES, CARDIA, SANTOS, 2006; PERES, 2007; SOARES, S., 2007; UNICEF, 2009; ARAÚJO et al., 2010; SILVEIRA et al. 2010; SANTOS, SANTOS FILHO, 2011). Eles abordam o movimento da criminalidade em âmbitos municipais e/ou estaduais, ressaltando suas características mais comuns e suas heterogeneidades, merecendo ser citados por suas recorrentes contribuições às tendências recentes das investigações sobre violências e mortalidade violenta.

Internacionalmente as críticas não são diferentes. No entanto, verificamos um especial interesse no sentido de desenvolver estudos acerca do desenvolvimento econômico e educacional, da desigualdade social (com destaque para as questões de gênero, idade, etnia e migrações) e dos chamados *risk factors* ("fatores de risco"), como álcool, drogas e armas de fogo (DREZE, KHERA, 2000; LEE, 2000; STEFFENSMEIER, HAYNIE, 2000; MESSNER, RAFFALOVICH, SHROCK, 2002; PARKER, JOHNS, 2002; WHALEY, MESSNER, 2002; LUNDMAN, 2003; PRIDEMORE, 2003, 2005, 2006; HARMS, SNYDER, 2004; KIM, PRIDEMORE, 2005; SHAW, TUNSTALL, DORLING, 2005; MATHERS, LONCAR, 2006; MURRAY et al., 2006; HAGEDORN, RAUCH, 2007; MILLER, HEMENWAY, AZRAEL, 2007; OUSEY, LEE, 2007, 2010; ROSENFELD, BAUMER, MESSNER, 2007; JOHNSON, 2008; ROCK, JUDD, HALLMAYER, 2008; WANG, ARNOLD, 2008; GRUENEWALD, PRIDEMORE, 2009; MINKOV, 2009; MISHRA, LALUMIÈRE, 2009; MONTOYA, PEDRAZA, 2009; VILLAMOR, CHAVARRO, CARO, 2009; WORRALL, 2009; CERDÁ et al., 2010; PRIDEMORE, TRENT, 2010; McCALL, LAND, PARKER, 2010). Não obstante a importância desses estudos e o seu peso na produção acadêmica atual, deve-se destacar a tendência de optarem por teorias universais, explicativa ou descritivas, extrapolando os seus resultados para cidades, estados ou até mesmo países.

Há ainda os estudos mais centrados na análise da variabilidade dos números criminais ou das mudanças sociais, econômicas e demográficas, sendo, portanto, de especial interesse para esta tese. Entre os quais destaca-se Akerman e Bousquat (1999), Beato e Reis (1999), Harries (1999), Lattimore et al. (1999), Messner et al. (1999), Paim et al. (1999), Santos (1999), Abreu e Rodrigues (2000),

Blumstein, Rivara e Rosenfeld (2000), Cubbin, Pickle e Fingerhut (2000), Kowarick (2000), Baller (2001), Beato et al. (2001), Eisner (2001), Hata et al. (2001), Lee, Martinez Jr e Rosenfeld (2001), Santos et al. (2001), Santos e Noronha (2001), Lima et al. (2002), Llorente et al. (2002), Martinez (2002), Ramos (2002), Waiselfisz (2002; 2004; 2008; 2010; 2011a; 2011b; 2013), Castro, Assunção e Durante (2003), Fox e Piquero (2003), Kubrin e Herting (2003), Kubrin e Weitzer (2003), Griffiths e Chavez (2004), Hirschfield e Bowers (2004), Messner e Anselin (2004), Messner, Baumer e Rosenfeld (2004), Mato Grosso do Sul (2004), Almeida, Haddad e Hewings (2005), Cardona et al. (2005), Chainey e Ratcliffe (2005), Freeman, Senn e Arendt (2005), Lee (2005), Lima, L. (2005), Lima et al. (2005), Sant'Anna, Aerts e Lopes (2005), Santos, Rodrigues e Lopes (2005), Bijleveld e Smit (2006), Eitle, D'Alessio e Stolzenberg (2006), Mcalister (2006), Phillips (2006), Santos (2006), Santos, Barcelos e Carvalho (2006), Spinelli et al. (2006), McCall e Nieuwbeerta (2007), Paes (2007), Van Patten e Delhauer (2007), Branas et al. (2008), Briceño-Léon, Villaveces e Concha-Eastman (2008), Jacobs e Richardson (2008), Jones-Webb e Wall (2008), Fonzar (2008), Loftin, Mcdowall e Xie (2008), Nieuwbeerta et al. (2008), Xu (2008), Asbridge e Weerasinghe (2009), Buonanno, Montolio e Vanin (2009), Cerdá et al. (2009), Graif e Sampson (2009), Hartung (2009), Hay et al. (2009), Keel, Jarvis e Muirhead (2009), Logan, Debra e Crosby (2009), Robinson et al. (2009), Sampson (2009), Stamatel (2009), Wilson, Brown e Schuster (2009), Mares (2010), Riedel (2010), Stults (2010), Andreuccetti et al. (2011), Elgar e Aitken (2011), Morris e Graycar (2011), Pridemore (2011), Tcherni (2011), Unodc (2011), Ye e Wu (2011), Chon (2012) e De Souza e Miller (2012)⁶³.

Em comum, essa longa lista de pesquisas aponta para a importância das análises intraurbanas, ou seja, no interior das manchas urbanas, e de avaliar e empregar estatísticas e geoestatísticas, ou ao menos variáveis geográficas, objetivando entender a distribuição espaço-temporal da mortalidade violenta ou dos crimes. A presente tese alinha-se a esses estudos, sobretudo aos que têm os

⁶³ Qualquer revisão bibliográfica apresenta limitações do ponto de vista de espaço e acesso às publicações. Diante disso, certamente houve a supressão de estudos tão importantes quanto os citados aqui. Outrossim, esse pequeno ensaio não busca estancar a discussão; pretende fomentá-la e, assim, dar continuidade ao processo que marca o trabalho de leitura dos estudos sobre um tema.

territórios brasileiros como objeto de análise, e busca dar coesão e continuidade a um conjunto específico de artigos já publicados.

Em Peres et al. (2011a) verifica-se que as taxas de homicídio possuem condicionantes que atuam em distintos níveis — macro/global e micro/local — e que a queda foi mais importante nos grupos considerados de maior risco para homicídio: os homens, os jovens de 15 a 24 anos e os moradores de áreas com maior grau de exclusão social. Em Nery et al. (2012) são identificados os padrões espaço-temporais dos homicídios dolosos, demonstrando o valor analítico de localizá-los e caracterizá-los, concluindo que existem padrões de agregação territoriais intraurbanos específicos. Portanto, apenas dados agregados frequentemente não permitem caracterizar a variabilidade dos homicídios dolosos ocorridos no território paulistano e, conseqüentemente, não possibilitam avaliar a real significância das condicionantes dessa variabilidade.

Em Nery et al. (2014)⁶⁴ ratifica-se a necessidade de analisar o comportamento dos homicídios em função da heterogeneidade espacial paulistana e de um período de tempo relativamente longo. O mesmo estudo revelou, ainda, que as taxas de homicídios dolosos não estão sempre ou necessariamente relacionadas com melhorias econômicas e de infraestrutura, tampouco com o perfil demográfico-social, entre outros. É possível que em alguns locais a melhora no acesso a direitos econômicos e sociais coexista com a manutenção ou até mesmo o avanço dos homicídios, pois cada um desses fatores não tem a mesma importância nem os mesmos padrões em todos os períodos e localidades. Conforme Miraglia (2010, p. 184),

[...] não há dúvida de que, além de uma relação objetiva entre causa e consequência, há uma dimensão política e até mesmo ideológica em torno das causas da violência, mas o caráter inconclusivo do estudo e as sobreposições de variáveis para sustentar a hipótese são úteis na medida em que explicitam a dificuldade em isolar, mesmo por meio de modelos matemáticos, uma única variável para explicar a redução ou o aumento de um

⁶⁴ Esse artigo tem como objetivo analisar a relação entre a variabilidade espaço-temporal dos homicídios doloso e as características locais, no que diz respeito aos fatores etário, educacional, econômico, de infraestrutura, renda e gênero, bem como os indícios de atividade criminosa organizada. Nesta tese, os seus resultados foram reproduzidos e complementados.

determinado tipo de violência. A afirmação da violência como um fenômeno multicausal, mais do que uma reivindicação já desgastada ou vaga, é um ponto de partida essencial.

Nesta tese, ademais, considera-se um ponto de partida que pode se tornar inadequado se não compreendemos igualmente que as múltiplas causas da violência tendem a mudar, em diferentes locais e momentos.

A Análise da Variabilidade: Variáveis e Procedimentos

Para os anos 2000 foi feito um estudo com vistas a identificar a relação das taxas bayesianas de homicídios dolosos com as taxas pretéritas destes crimes, um conjunto de variáveis sociodemográficas e um indicador de organizações criminosas, por setores censitários da cidade de São Paulo, além da relação das taxas de homicídios dolosos com taxas de armas apreendidas, ambas por 100 mil habitantes, por distritos policiais. Conforme Hartung (2009), considera-se que o número de armas apreendidas é uma boa medida do estoque de armas, dado que é influenciado tanto por esse estoque como pela eficiência da polícia.

Esta tese estende o trabalho de Nery et al. (2014) e, do mesmo modo, considera os dados populacionais dos censos de 1980 a 2010 (tomando-se como base a divisão territorial deste último), as informações pontuais do Infocrim de 2000 a 2008⁶⁵ (georreferenciadas pelo local de ocorrência do crime) e, ademais, o número de armas de fogo apreendidas da Resolução SSP-160 (2001), de 2001 a 2006.

Assim, em uma primeira etapa, esses censos foram compatibilizados com o uso de tabelas que descrevem a equivalência dos setores censitários em relação aos do recenseamento anterior, o que permitiu calcular o valor anualizado do total de residentes para cada setor (NERY et al., 2015) e as variáveis escolhidas como candidatas a explicar a variabilidade das taxas de homicídios (denominadas explicativas, independentes ou preditoras) de 2000 a 2010, conforme quadro a seguir⁶⁶.

⁶⁵ Os valores de 2009 foram estimados para os setores censitários considerando as taxas dos anos de 2000 a 2004 e de 2005 a 2008, bem como o número de ocorrências do distrito policial ao qual o setor pertence. Assim, se o número de homicídios do DP é zero, as taxas de homicídios de todos os setores que o compõem é zero. Se o número de homicídios de um DP é diferente de zero, essas ocorrências são distribuídas pelos setores desse DP, conforme o risco mensurado pelas taxas dos nove anos anteriores.

⁶⁶ Variáveis baseadas em Sposati (1996).

Quadro 2 - Variáveis sociodemográficas para o município de São Paulo⁶⁷.

Variável	Descrição
AGLO	Aglomerado subnormal
POPR	Número de residentes
DENS	Densidade demográfica
CONG	Congestionamento
CJV1	Concentração de jovens da faixa etária 1 (10 a 19 anos)
CJV1B	Concentração de jovens da faixa etária 1B (15 a 19 anos)
CJV2	Concentração de jovens da faixa etária 2 (20 a 24 anos)
CJV3	Concentração de jovens da faixa etária 3 (25 a 29 anos)
CJV4	Concentração de jovens da faixa etária 4 (20 a 29 anos)
CIDO	Concentração de idosos (60 anos ou mais)
CHJ1	Concentração de homens da faixa etária 1 (10 a 19 anos)
CHJ2	Concentração de homens da faixa etária 2 (20 a 24 anos)
CHJ3	Concentração de homens da faixa etária 3 (25 a 29 anos)
CPNA	Concentração de pessoas não alfabetizadas
CHNA	Concentração de homens não alfabetizados
CRMU	Concentração de responsáveis mulheres
CRNA	Concentração de responsáveis não alfabetizados
RHNA	Concentração de responsáveis homens não alfabetizados
CRSR	Concentração de responsáveis sem rendimento
RA2S	Concentração de responsáveis com renda de até dois salários mínimos
R20S	Concentração de responsáveis com renda superior a 20 salários mínimos

Fonte: Nery et al. (2015)

Essas variáveis foram projetadas para cada ano entre 2000 e 2010. Exemplificando, as variáveis “congestionamento” de 2000 e 2001 foram testadas como variáveis explicativas das taxas de homicídios de 2000 e 2001, respectivamente. A informação de “aglomerado subnormal”, sendo um dado binário, ou seja, se o setor é um aglomerado ou não, permitiu a elaboração de uma variável com três indicações: se o setor é aglomerado subnormal tanto em 2000 como em 2010; se deixou de ser aglomerado subnormal em 2010; ou se se tornou aglomerado subnormal em 2010.

Na segunda etapa contabilizamos o número de registros de homicídios dolosos por setor, a cada ano. Os números censitários de residentes e de homicídios permitiram o cálculo das taxas de homicídio doloso, utilizando o estimador bayesiano local⁶⁸ – calculado a partir do número de ocorrências,

⁶⁷ Ver ANEXO 2 e 4 (Fontes de dados).

⁶⁸ As taxas estimadas por esse método minimizaram o problema da instabilidade das taxas em pequenas áreas e o grande número de setores com taxa 0 (zero), dado que o registro de tráfico pode ser considerado um evento raro, na perspectiva intraurbana (nos setores censitários).

número de habitantes do setor e dos setores vizinhos⁶⁹. Também foram calculadas as taxas de homicídio por 100 mil habitantes, por distrito policial (ANEXO 1), e identificados os anos de criação dos DP. Com base nessas informações, foi constituída a variável de controle (covariável) denominada DPAT (Distrito Policial Ano Taxa), com quatro categorias distintas pelo ano em que o DP foi estabelecido, 1969 ou após, e por suas taxas, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Distritos policiais por ano de criação e taxas.

Taxa	Ano de criação	
	1969	Após 1969
Acima da média	Bom Retiro; Brás; Campo Limpo; Cidade Ademar; Itaquera; Pari; Santa Efigênia; Santo Amaro; São Miguel Paulista; Sé	Americanópolis; Belém; Capão Redondo; Ceagesp; Cidade Dutra; Cidade Tiradentes; Guaianazes; Heliópolis; Itaim Paulista; Jaçanã; Jaguaré; Jardim Arpoador; Jardim das Imbuías; Jardim Herculano; Jardim Miriam; Jardim Mirna; Jardim Noemia; Jardim Robru; Lajeado; Parada de Taipas; Parelheiros; Parque Bristol; Parque do Carmo; Parque Novo Mundo; Parque Santo Antônio; Parque São Rafael; Perus; São Mateus; Sapopemba; Socorro; Vila Brasilândia; Vila Jacuí; Vila Joaniza; Vila Penteado
Abaixo da média	Alto da Mooca; Bairro do Limão; Cambuci; Casa Verde; Consolação; Ermelino Matarazzo; Ibirapuera; Ipiranga; Jabaquara; Jardim Popular; Lapa; Liberdade; Morumbi; Nossa Sra. Do Ó; Parque São Lucas; Penha de França; Perdizes; Pinheiros; Pirituba; Sacomã; Tatuapé; Tucuruvi; Vila Alpina; Vila Carrão; Vila Clementino; Vila Guilherme; Vila Gustavo; Vila Maria; Vila Mariana; Vila Matilde; Vila Nova Cachoeirinha; Vila Rica	Artur Alvim; Butantã; Campo Grande; Cidade A E Carvalho; Cohab Itaquera; Jardim Aricanduva; Jardim Paulista; Jardim Taboão; Monções; Parque da Mooca; Parque São Jorge; Paulista; Santa Cecília; Teotônio Vilela; Vila Diva; Vila Formosa; Vila Pereira Barreto

Elaborado por Marcelo Batista Nery

Ao observar os gráficos a seguir, os 32 primeiros correspondem aos distritos policiais estabelecidos em 1969, com taxas médias de homicídio abaixo da taxa média da capital (Gráfico 3), e os 10 seguintes aos DP estabelecidos

⁶⁹ Baseado em contiguidade do tipo “Queen” de primeira ordem e distância euclidiana (ANSELIN, 2003).

antes daquele ano, com taxas acima da média (Gráfico 4). Os 17 consequentes (Gráfico 5) e os 34 finais (Gráfico 6) correspondem, respectivamente, aos DP estabelecidos após 1969, com taxas abaixo e acima da média⁷⁰. Também foram identificados os setores censitários que apresentavam altas taxas (superiores à média dos setores de todo o município) dentro de cada um dos quatro grupos de DP determinados pela covariável DPAT. Enfim, foram utilizados esses grupos, indicados por números de 0 a 3 (considerando os distritos policiais mais violentos, os dos grupos ímpares), e selecionados apenas os setores mais violentos de cada grupo, escolhidos por pertencerem aos já citados padrões de homicídios alto0, alto e alto-baixo (NERY et al., 2012), que formam o subgrupo aqui identificado apenas pela palavra “alto”.

O primeiro conjunto de gráficos reúne distritos policiais do grupo 0, formados por 6.208 setores censitários, dos quais 190 do subgrupo “alto”.

Gráfico 3 - Taxa de homicídios por distrito policial do município de São Paulo, grupo 0, 2000 a 2012.

Continua...

⁷⁰ Importante lembrar que no Decreto nº 42.862, de 12 de fevereiro de 1998, o 24º e o 62º DP passaram a ser denominados, respectivamente, “Ponte Rasa” (antes “Ermelino Matarazzo”) e “Ermelino Matarazzo” (antes “Jardim Popular”).

Gráfico 3 - Taxa de homicídios por distrito policial do município de São Paulo, grupo 0, 2000-2012.

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; População – Fundação Seade
Elaborado por Marcelo Batista Nery

O segundo conjunto de gráficos reúne distritos policiais do grupo 1, formados por 1.300 setores censitários, sendo 292 do subgrupo “alto”.

Gráfico 4 - Taxa de homicídios por distrito policial do município de São Paulo, grupo 1, 2000 a 2012.

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; População – Fundação Seade
Elaborado por Marcelo Batista Nery

O terceiro conjunto de gráficos reúne distritos policiais do grupo 2, formados por 2.976 setores censitários, 97 dos quais do subgrupo “alto”.

Gráfico 5 - Taxa de homicídios por distrito policial do município de São Paulo, grupo 2, 2000 a 2012.

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; População – Fundação Seade
Elaborado por Marcelo Batista Nery

O quarto conjunto de gráficos reúne distritos policiais do grupo 3, formados por 8.469 setores censitários, sendo 1.625 do subgrupo “alto”.

Gráfico 6 - Taxa de homicídios por distrito policial do município de São Paulo, grupo 3, 2000 a 2012.

Continua...

Gráfico 6 - Taxa de homicídios por distrito policial do município de São Paulo, grupo 3, 2000-2012.

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; População – Fundação Seade
Elaborado por Marcelo Batista Nery

Nota-se que a determinação dos grupos se deve a duas razões principais. A primeira, quantitativa, está relacionada à redução da variância do erro de predição com a utilização desses grupos. A segunda razão, qualitativa, está associada ao fato da delimitação dos distritos policiais, a partir do Decreto nº 52.213/1969 (Quadro 1), ocorrer em um momento constitutivo da expansão e consolidação das periferias paulistanas, o que interferiu na definição das áreas desses distritos e, conseqüentemente, na incorporação de distintas populações

em cada DP – tanto no sentido de serem diversas como expressão de uma importante dimensão daquele momento histórico e das condições sociais características de uma época.

Na última etapa foi introduzido o indicador de atividades de organizações criminosas (IOC), presente em Nery et al. (2014). Naquele trabalho foram elaboradas, a partir de dados criminais de 2007 e 2008, três variáveis: (1) prisão de pessoas no setor por operar uma central telefônica clandestina ou por formação de quadrilha; (2) ocorrência de mais de duas prisões por tráfico de entorpecentes, associadas ao menos a uma prisão por receptação, por porte ilegal de armas ou de preso procurado; (3) ocorrência destas três prisões em um mesmo setor. Essas variáveis compuseram um indicador binário que assinala haver, ou não, indício(s) da presença de atividades de organizações criminosas em cada setor censitário de São Paulo. Nesta tese é utilizado esse indicador e outro gerado do mesmo modo, mas elaborado com os dados criminais dos anos 2003 e 2004.

Os procedimentos estatísticos para identificar a relação entre homicídios e variáveis explicativas contemplaram regressões lineares múltiplas, que sustentam três análises: a) regressões não considerando a variável de controle; b) regressões considerando a variável grupos; c) regressões considerando os subgrupos. A utilização da técnica de regressões justifica-se por permitir analisar quais devem ser as variáveis selecionadas, determinando a contribuição de cada uma delas na obtenção de um quadro explicativo, ou, grosso modo, avaliar se, como e quanto as variáveis selecionadas estão relacionadas com as taxas de homicídios. No entanto, desde logo deve-se advertir que a regressão não expressa uma relação de causalidade entre variáveis. Pode-se afirmar que estão estatisticamente correlacionadas, ou seja, que uma mudança nos valores de uma variável é acompanhada por mudanças também em outra variável. Caso mudem na mesma direção, fala-se em correlação positiva; caso contrário, em correlação negativa. Porém, não se pode afirmar que existe uma relação de causa e efeito entre elas.

PARTE V – O MOVIMENTO DOS HOMICÍDIOS NOS ANOS 2000

Os dados do Censo de 2000 revelam a existência de graves déficits em serviços urbanos básicos, como saneamento, pavimentação e iluminação das ruas na cidade de São Paulo, sobretudo em áreas que concentram grande número de pessoas jovens, sem instrução ou de baixa renda. Nessas áreas, a sensação de vulnerabilidade tende a estar relacionada com as suas condições socioeconômicas e demográficas, que redundam em profundas desigualdades sociais e influem no entendimento da violência, principalmente quando se trata de mortes violentas. Mas, ao examinar a variação dos homicídios em função dessas condições constata-se que a relação entre eles pode ser pouco explicativa. A razão disso é que as taxas de homicídios dolosos não estão sempre e necessariamente relacionadas com fatores como infraestrutura e perfil demográfico-social, entre outros; porém, em locais e momentos específicos esses fatores podem ser condicionantes fundamentais.

Em Nery et al. (2014) observa-se a expressiva melhora da explicação da variância das taxas de homicídios por um conjunto de variáveis sociodemográficas nos anos 2000, quando os resultados são analisados separadamente nos períodos 2000-2004 e 2005-2008. Isso porque as condicionantes dos homicídios dolosos estão associadas com o nível das taxas, ou seja, as condicionantes variaram após a taxa alcançar um patamar específico. Na capital paulista, a mudança de patamar está relacionada a uma taxa de homicídios de aproximadamente 28 por 100 mil habitantes, alcançada entre os anos de 2004 e 2005 (Gráfico 1). Nesta tese, esse estudo é aprofundado e ratifica-se o fato de algumas variáveis significativas quando observados os mais altos níveis de homicídios terem a significância reduzida à medida que as taxas caíram, até o ponto em que são substituídas nos modelos estatísticos. Isso ocorreu quando as taxas alcançaram aquele patamar de 2004-2005, tornando adequado estabelecer, nos anos 2000, análises em dois períodos, de 2000 a 2004 e de 2005 a 2009 (este último que pode ser estendido até o ano de 2011, conforme avaliado no próximo bloco desta tese).

O Primeiro Período: 2000 a 2004

Nos primeiros anos do novo século múltiplos eventos reforçaram a sensação de insegurança dos mais de 10,4 milhões de paulistanos. No campo econômico, o primeiro ano século XXI foi marcado pelas altas taxas de desemprego – 17,8% da população economicamente ativa (IBGE, 2000) – e, no campo educacional, pelo elevado índice de abandono escolar, principalmente entre adolescentes (5,7% da 5ª a 8ª série)⁷¹. Outras importantes marcas daqueles anos foram oriundas do campo da segurança pública, como a manutenção dos elevados índices criminais que superariam 500 mil ocorrências⁷² e do grande número de assassinatos de policiais⁷³, vivificando a percepção de acirramento dos confrontos entre criminosos e policiais e de aumento das turbulências no sistema prisional, em todo o estado de São Paulo.

Com relação às citadas turbulências, 18 de fevereiro de 2001 é exemplar. Em um domingo, dia de visita na maior parte dos presídios no Brasil, ocorreu o episódio conhecido como “Megarrebelião”. Como descreve Salla (2007, p. 82),

[...] teve início por volta das 13h e, em poucas horas, se espalhou por 29 presídios do estado de São Paulo, envolvendo cerca de 28 mil presos, de delegacias de polícia, cadeias e principalmente penitenciárias. (...) O principal centro de articulação das rebeliões foi a Casa de Detenção de São Paulo, que possuía na época cerca de sete mil presos. O movimento foi liderado pela principal organização criminosa do sistema penitenciário do Estado: o Primeiro Comando da Capital (PCC). (...) Ocorreram 20 mortes, segundo a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), em sua maioria provocadas pelos próprios presos que aproveitaram a situação para garantir a hegemonia do PCC sobre outros grupos, bem como para fazer “acertos de contas” individuais.

⁷¹ Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

⁷² Secretaria da Segurança Pública. Delegacia Geral de Polícia. Departamento de Administração e Planejamento. Núcleo de Análise de Dados; Fundação Seade. Foram 507.140 e 500.152 ocorrências, respectivamente, em 1999 e 2000.

⁷³ Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo. Foram registrados 371 assassinatos em 1999 e 228 em 2000.

Naquele momento, a hegemonia do PCC não estava constituída, e não estaria imediatamente depois da “Megarrebolião”. Assim, parece plausível que a influência dessa organização criminosa do lado de fora das prisões não era significativa quando teve início a queda dos homicídios, em 2000. De fato, não foi possível encontrar associação entre as taxas de homicídios dolosos e a atividade criminosa organizada no período 2002-2003, como o foi no segundo período 2007-2008 (mostrado a seguir). Porém, nesse primeiro momento já é possível observar uma interessante associação entre as taxas de homicídios em diferentes anos e duas outras condicionantes específicas.

Para examinar essa associação, como definido anteriormente, foram feitas análises de regressão. Um modelo por ano, nos quais se considerou como variável dependente as taxas de homicídios dolosos de certo ano (TH), a partir de 2001, e como variáveis independentes as do ano anterior (THAA). Além disso, as variáveis socioeconômicas projetadas para o mesmo ano da variável dependente (Quadro 2), o indicador de atividade de organizações criminosas, no período 2002-2003 (IOC), e a variável de controle DPAT. Inicialmente as regressões consideraram 18.319 setores censitários paulistanos⁷⁴ e, depois, estes em grupos e subgrupos, conforme a covariável DPAT. A síntese dos resultados para os anos de 2001 a 2004 encontra-se na tabela a seguir⁷⁵.

⁷⁴ No total, a cidade possui dos 18.953 setores censitários. A diferença deve-se à impossibilidade de gerar variáveis para 634 setores. Assim sendo, nos 18.319 setores estudados não há *missing cases*, isto é, ausência de informação na unidade de análise em questão.

⁷⁵ Vale ressaltar que em todas as análises houve a investigação dos pressupostos de normalidade, homogeneidade de variância (heterocedasticidade) e linearidade. Ver ANEXO 4 (Regressão linear múltipla).

Tabela 1 - Resumo das regressões, de 2001 a 2004.

Anos	Variável de controle (DPAT / Regime)	Variáveis/coeficientes (β)			F	R ²
		THAA	CHJ3	R20S		
2001		0,6395***		-0,0399***	5167,9	0,415
	0	0,7898***			10086,4	0,624
	0 (alto)	0,9024***			762,8	0,814
	1	0,7780***			1954,9	0,605
	1 (alto)	0,8023***			514,8	0,644
	2	0,5509***			1278,8	0,303
	2 (alto)	0,6375***			65,1	0,406
	3	0,5762***	0,0316**		1950,5	0,331
2002	3 (alto)	0,6040***	0,0653*		403,7	0,364
		0,6567***		-0,0484***	5715,9	0,440
	0	0,5079***			2115,9	0,258
	0 (alto)	0,5575***			78,5	0,311
	1	0,8190***			2597,3	0,671
	1 (alto)	0,8407***			686,9	0,707
	2	0,7078***			2946,4	0,501
	2 (alto)	0,8676***			289,2	0,753
2003	3	0,6201***			5008,5	0,385
	3 (alto)	0,7342***		0,0855***	526,4	0,545
		0,7202***			19736,0	0,519
	0	0,5068***			2100,6	0,257
	0 (alto)	0,5391***			71,3	0,291
	1	0,9583***			14356,1	0,918
	1 (alto)	0,9678***			4209,8	0,937
	2	0,5898***			1565,6	0,348
2004	2 (alto)	0,7055***	0,2608***		64,2	0,583
	3	0,6382***	0,0302***		2721,3	0,408
	3 (alto)	0,7158***		-0,0641*	455,0	0,509
		0,6287***		-0,0396***	4899,9	0,403
	0	0,4389***			1451,5	0,193
	0 (alto)	0,4779***			51,5	0,228
	1	0,6448***		-0,0497*	404,6	0,422
	1 (alto)	0,6198***	0,2066***		118,5	0,458
2004	2	0,4041***			572,8	0,163
	2 (alto)	0,4913***			30,2	0,241
	3	0,6747***		-0,0256*	2093,4	0,457
	3 (alto)	0,7252***	0,0644*	-0,0325*	334,8	0,532

***, **, *Níveis de significância de 0,1%, 1% e 5%

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; Dados sociodemográficos (IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010) e Contagem populacional de 1996

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que o cenário esperado para os homicídios é que eles ocorram de forma aleatória no tempo e no espaço. Desse modo, se existe relação entre a intensidade das taxas de homicídios e as taxas de um ano distinto, e/ou a(s) característica(s) dos locais onde acontecem, pode existir uma condicionante que explique essa associação.

Ao analisar os resultados das análises de regressão, o esperado é encontrar baixos índices no coeficiente de determinação (R^2). Também porque um alto valor de R^2 indica que o movimento dos homicídios não é aleatório. Portanto, um R^2 superior a 0,4 deve ser considerado (COHEN, 1963). Na prática, se mais de dois quintos da variabilidade dos homicídios podem ser explicados por alguma variável, ou por um conjunto de variáveis, isso pode ser entendido como uma indicação de que um fator ou fatores podem estar associados à diminuição ou ao aumento das taxas de homicídio em determinadas localidades e momentos.

Quando a associação é avaliada de maneira quantitativa existem diversas interpretações para os resultados obtidos – eles podem ser até mesmo consequência de uma série de coincidências ou de uma relação estatística espúria. Entretanto, é difícil ignorar que os resultados alcançados corroboram, refutam e qualificam, mesmo que parcialmente, as explicações mais recorrentes sobre as taxas de homicídios: “políticas de segurança pública”, “ações de organizações criminosas” e “mudanças demográficas” (discutidas no quinto capítulo desta tese). Assim, além das críticas a essas explicações, os resultados se tornam uma ferramenta epistemológica que pode redimensionar a percepção dos referidos períodos e gerar novas teorias, que apontam direções para o raciocínio.

Ao adotar aquelas explicações como hipóteses a serem testadas e os resultados dos modelos como uma forma de avaliá-las, deve-se compreender a importância de um olhar sociológico, e não apenas matemático, para discutir o movimento dos homicídios na cidade.

Diante disso, deve-se destacar que para todos os modelos as variáveis sociodemográficas são significativas a 1%, evidenciando o sucessivo efeito das características locais sobre as taxas de homicídios. Entretanto, na presença da taxa de homicídios do ano anterior (THAA) essas variáveis contribuem muito pouco com o aumento do R^2 e, diante disso, não fazem parte das regressões

apresentadas (Tabela 1). Nessas regressões o valor da estatística F é significativo a 1% para todas as regressões e o R^2 é superior a 40% na maior parte dos casos, exceção feita aos modelos para os setores dos DP dos grupos 2 e 3 e do subgrupo 3 (alto), em 2001; dos grupos 0, a partir de 2002; e do grupo 2, em 2003. Observando a tabela acima, THAA está presente em todos os modelos e é sempre significativa a 0,1% e os β são sempre positivos, o que revela que esta taxa tende a ser maior quanto mais alta é a taxa do ano anterior. As únicas duas outras variáveis significativas, e que eventualmente contribuem com o poder explicativo dos modelos, são a concentração de homens jovens de 25 a 29 anos e a de responsáveis com renda de mais de 20 salários mínimos. Nota-se ainda que R^2 , nos modelos para toda a cidade, apresenta um contínuo aumento dos coeficientes, o que indica que as pretéritas taxas de homicídios, de forma global, elevaram o seu poder explicativo entre 2001 e 2003.

Três episódios chamam atenção. Inicialmente, a grande redução de R^2 dos grupos 0 de 2001 para 2002. Conforme esse resultado, a THAA que explicava 62,4% e 81,4% da variância de TH passou a explicar apenas 25,8% e 31,1%, respectivamente, para o grupo 0 e subgrupo 0 (alto). Em segundo lugar, o fato de R20S, em 2002, apresentar a inesperada relação positiva com as taxas de homicídios. Isso significa que naquele ano específico, para os distritos mais violentos criados após 1969 (Quadro 3), maior concentração de pessoas de alta renda tem como efeito o aumento das taxas de homicídios. Destaca-se ainda o comportamento do grupo 1. Nele, 60,5% da variabilidade da taxa de homicídios de 2001 é explicada pelas taxas de 2000 e 67,1% das de 2002 pela de 2001. Em 2003, o impressionante percentual de 91,8 é alcançado. Assim sendo, pode-se dizer que os assassinatos ocorridos naquele ano podem ser previstos apenas observando-se as taxas de 2002 ou, em outras palavras, que a quase totalidade dos homicídios ocorridos nos distritos policiais de Cidade Ademar, São Miguel Paulista, Itaquera, Santo Amaro, Bom Retiro, Campo Limpo, Brás, Pari, Santa Efigênia e Sé (ANEXO 1) aconteceram praticamente nos mesmos locais, com comparável intensidade, em dois anos seguidos.

Também se destaca o fato da expressiva redução de R^2 dos grupos 0 e a relação positiva entre concentração de pessoas de alta renda e as taxas de

homicídios no grupo 3 ocorrerem no mesmo ano, em 2002, exatamente quando observamos números que revelaram a elevação das prisões de pessoas envolvidas em assassinatos e da já alta letalidade policial e estudos que demonstraram a existência de relação entre poder econômico e mortes por extermínio.

No primeiro caso, verifica-se que o plano de combate aos homicídios, posto em prática pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), a partir de abril de 2001, começou a apresentar resultados mais expressivos. Segundo o DHPP, ocorreram 165 prisões de homicidas em 2000, 368 em 2001 e 583 em 2002. Ao mesmo tempo, de acordo com dados oficiais, foram registrados os maiores números de resistência seguida de lesão corporal e resistência seguida de morte⁷⁶, fora de serviço, tanto em ações da Polícia Civil como na Militar. Conforme os números da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, foram registrados 258 casos de resistência seguida de morte e resistência seguida de lesão corporal em ações policiais (Civil e Militar) em 2001 e 348 em 2002. Em 2000, os dados não permitem distinguir os casos em serviço e fora dele.

No segundo caso, apura-se uma grande expansão dos serviços privados segurança. Segundo Cubas (2005), em 2001 o setor de segurança privada havia crescido 9,74% em relação a 2000, enquanto o número de cancelamentos de registro diminuía (em 2000 foram 58 contra apenas 20 em 2001), o serviço de escolta armada se expandira (48 empresas atuantes em 2000 e 66 em 2001) e as empresas de segurança pessoal funcionavam de modo ampliado (passou de 21 empresas em 2000 para 29, em 2001). Além disso, distintos trabalhos assinalam a existência de policiais, ex-policiais, seguranças particulares e pequenos comerciantes, bem como grupos organizados e, muitas vezes, profissionalizados, entre outros, vendendo proteção e cometendo extermínios (de pequenos traficantes, assaltantes, mendigos e meninos de rua, por exemplo), servindo aos interesses de comerciantes e moradores locais (SUDBRACK, 2004; CUBAS, 2005; FERREIRA, 2006).

⁷⁶ A categoria “resistência seguida de morte”, que não encontra previsão legal, apesar de sua utilização sistemática nos inquéritos policiais da época, é empregada para descrever ações de confronto entre policiais e não policiais que resultaram em morte.

Diante do quadro que indica que as pessoas mortas pela polícia paulista, neste século, são basicamente do sexo masculino, de classe média baixa e baixa, com baixo nível de instrução, passagens pela polícia e registros criminais, e, sobretudo, jovens (SÃO PAULO, 2011), é importante lembrar, ainda, que a concentração de jovens se revela uma condicionante significativa e expressiva para o aumento das taxas de homicídios em dois anos.

O primeiro desses anos é 2003, quando houve no subgrupo 2 (alto) o maior número de pessoas mortas em confronto com policial militar em serviço, de toda a série de dados, com 756 ocorrências no Estado – sendo 434 ocorrências apenas na capital. Os dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, produzidos pela Corregedoria da Polícia Militar, indicam que em 2000 524 pessoas foram mortas em confronto com policiais militares em serviço no Estado e 311 na capital, em 2001 e 2002, respectivamente, 385 e 229 e 541 e 278. No período 2001-2004, segundo dados da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), os distritos policiais que mais concentraram incidentes letais em serviço foram Jaçanã (73º), Parque Novo Mundo (90º), Parque Santo Antônio (92º), São Miguel Paulista (22º), Capão Redondo (47º), Jardim Herculano (100º), Jardim das Imbuías (101º) e São Mateus (49º), respectivamente com 22, 17, 16, 16, 15, 15, 15 e 15 ocorrências. Esses DP são do grupo 3, exceção feita a São Miguel Paulista, do grupo 1.

Depois, em 2004, no subgrupo 1 (alto), quando houve um número elevado de relatos de vítimas de violência policial, com 1.489 casos narrados pela imprensa. Esses casos, registrados no banco de dados da Imprensa do NEV/USP-CEPID (FORD/FAPESP/CNPq), revelam que esse ano apresenta o segundo maior número de vítimas de violência policial da série de dados, superado apenas em 1989, com 1.770 vítimas. Para se ter uma melhor dimensão desses números, vale a pena registrar que o total de vítimas entre 2000 e 2004 foi de 861, 576, 344, 562 e 1.489, respectivamente.

De fato, não se pode desprezar essa sobreposição de fatos e suas possíveis relações com a variabilidade das taxas de homicídios apresentada nem desconsiderar que a relação entre as taxas de homicídios em anos distintos denota uma condição peculiar do movimento desse crime em São Paulo. Se nos primeiros quatro anos da década de 2000 a ocorrência de homicídios dolosos

estava associada, em grande medida, à recorrência de assassinatos, entende-se ser fundamental considerar os processos de difusão de crimes.

Esses processos são fundamentais para o entendimento da variabilidade das taxas de homicídios, pois indicam a existência de dependência espacial de crimes interpessoais, como os de natureza dolosa, por exemplo. De tal modo, revelam a possibilidade de assassinatos influenciarem, de algum modo, outros localizados em área próxima dos já ocorridos ou, ainda, que a quantidade de homicídios em um local tende a ser semelhante à dos vizinhos, possibilitando estimar a quantidade desses crimes para locais onde esse número não tenha sido medido.

A importância dos processos de difusão de crimes já foi identificada em trabalhos como os de Cohen e Tita (1999), Messner et al. (1999), Anselin et al. (2000), Messner e Anselin (2004) e Almeida, Haddad e Hewings (2005). Em Cohen e Tita (1999), por exemplo, verifica-se existirem duas formas de difusão. A primeira ocorre por contato direto entre indivíduos que criam redes e organizações e disseminam a criminalidade por meio de gangues, galeras, quadrilhas etc. A segunda forma advém da observação e da imitação, dado que os criminosos consideram os benefícios de cometerem crimes análogos ou conexos aos já praticados. De forma complementar, deve-se lembrar da importância da inércia criminal como um fator de entendimento do movimento dos homicídios. Andrade e Lisboa (2000) apresentam uma interessante explicação sobre essa questão. Em trabalho feito para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, entre 1981 e 1997, observaram indícios e questionaram se uma geração que dedicou a maior parcela da sua juventude a atividades ilegais tenderia a manter essa alta parcela ao longo de todo o ciclo de vida e, portanto, uma maior taxa de homicídio (tendência que chamam de inércia criminal).

Entrementes, diferentes autores têm abordado esse tema sob a perspectiva dos ciclos de violência, em contextos de impunidade. Caldeira (2000) pondera sobre a frequência dos crimes e considera que o ciclo de violência tem base em muitos elementos socioeconômicos; no entanto, apenas esses elementos e as explicações que geram são insuficientes para explicar o aumento da violência. A autora adverte sobre a necessidade de considerar, por exemplo, a maneira pela

qual os cidadãos apelam para a vingança privada à medida que as autoridades falham. Sah (1991) revela que a persistência da criminalidade decorre da probabilidade de punição por um ato criminoso, isto é, segundo Adorno (2002a), do sentimento coletivo de que os crimes não são punidos; ou, quando o são, não o são com o rigor que seria esperado diante da gravidade dos crimes que têm maior repercussão na opinião pública.

Outrossim, conforme avalia Manso (2012), em locais onde os homicídios são frequentes e tolerados, matar é a defesa mais “eficiente” frente a uma ameaça, quando o oponente pode ser um homicida em potencial. Assim, a decisão de matar estaria ligada à probabilidade de ser assassinado e, por consequência, os homicídios acabariam inevitavelmente gerando homicídios, já que a avaliação de quem é ou não um homicida em potencial está continuamente influenciada pelo contexto emocional carregado daqueles locais altamente violentos.

Acerca dessa ideia, se no limite podemos considerar que os homicídios dolosos ocorrem por decisões baseadas em uma racionalidade instrumental – de acordo com uma racionalidade estratégica de meios e fins, ou seja, quando a escolha de “matar”, entre as alternativas possíveis, se dá de forma pragmática em vista da obtenção de um resultado específico, “não morrer” –, o que é questionável, também, podemos interpretar a mesma ideia como uma forma de refletir sobre uma plausível realidade, em um dado tempo e em um dado local, portanto parcial. Essa perspectiva parece ser muito útil para analisar o movimento dos homicídios em um contexto peculiar.

Se nos primeiros anos do século XXI encontramos resultados que revelam a influência do que poderíamos chamar de inércia ou ciclo de violência sobre o movimento dos homicídios, a situação mudou em pouco tempo. O ano de 2004 pode ser considerado de transição entre a situação descrita acima e o novo contexto que viria a seguir. Na Tabela 1 verificamos que em 2004 os valores de R^2 decrescem, quando comparados aos dos anos anteriores. Os coeficientes de determinação que apresentam um índice superior a 0,4 são encontrados apenas nos distritos policiais mais violentos da capital, grupos e subgrupos 1 e 3, com destaque a este último.

Não foram obtidas informações suficientes para chegar a uma conclusão acerca do que pode gerar essa mudança. Entretanto, ao estudar as possíveis causas para a redução da capacidade preditiva das taxas de homicídios das referidas condicionantes, alguns aspectos se revelaram mais pertinentes aos resultados das análises. Ao considerar a literatura especializada, diferentes esforços de cunho descritivo e explicativo oferecem importantes indicações sobre o que pode estar influenciando nas taxas de homicídios, naquele momento. Para mencionar apenas as mais conexas às encontradas nesta tese, verifica-se a redução da proporção de jovens na população, a apreensão de armas e o encarceramento (MELLO, SCHNEIDER, 2007; NADANOVISKY, 2009; CERQUEIRA, MELLO, 2012; PERES et al., 2011b), bem como a adoção de medidas eficazes⁷⁷ no combate a esses crimes (GOERTZEL; KAHN, 2009), como possíveis explicações para a nova condição dos homicídios. Ademais, segundo essa proposição, deve-se ainda examinar o número de potenciais homicidas que “desaparecem” do contexto paulistano por questões geracionais, por estarem presos, por se evadirem para outras cidades ou por terem sido mortos.

Ao explorar a primeira possível influência é preciso advertir que os jovens são os principais autores e as vítimas preferenciais de homicídios, principalmente os do sexo masculino⁷⁸. De tal modo, a redução da proporção de jovens na população pode estar associada à mudança no movimento dos crimes. Não obstante, conforme Andrade e Lisboa (2000), deve ser avaliado também que a prática de atividades ilegais possa resultar em efeitos geracionais sobre a taxa de homicídios e que o efeito inercial para explicar a criminalidade tem impacto crescente com a idade, principalmente entre 20 e 30 anos. Portanto, além da questão demográfica, entende-se ser importante considerar que, nos anos 2000, a geração nascida a partir de meados da década de 1970 – ou, em outras palavras, a que nasceu e cresceu quando a violência urbana foi finalmente percebida como um grave problema social e relevante objeto de análise (como demonstrado anteriormente) – tornou-se parte destacada da população adulta.

⁷⁷ Eficazes no sentido de apresentarem resultados, o que não significa necessariamente que as medidas foram adequadas do ponto de vista democrático e dos direitos humanos, por exemplo.

⁷⁸ Sobre a questão, sugere-se examinar a revisão da literatura presente em SOARES (2008).

Com relação à apreensão de armas de fogo é interessante averiguar duas situações. Inicialmente deve-se lembrar que as ações para o desarmamento no município de São Paulo antecederam a aprovação do Estatuto do Desarmamento, uma vez que, a partir de 2001, o estado de São Paulo começou a ampliar os esforços para apreensão de armas (CERQUEIRA; MELLO, 2012). Em segundo lugar, deve-se observar que apenas no final de 2003 o Congresso Nacional aprovou o referido estatuto. Assim, a legislação, com 37 artigos, que prevê o controle rigoroso de todas as fases da circulação de armas e munições no Brasil (da produção até a destruição, passando pelos requisitos para posse e porte) passou a ser colocada em prática no ano de 2004. Se, de um lado, parece pouco provável que tal legislação seja a causa da modificação da tendência de crescimento das mortes por homicídio na capital paulista, por outro não é impossível supor que as ações para o desarmamento, a partir dos primeiros anos daquela década, tenham exercido um importante papel na manutenção da queda dessas mortes, ou até mesmo para a aceleração da queda. Mas, quando a discussão sobre a relação entre armas e homicídios é colocada nesses termos, é preciso cuidado para não perder de vista dois pressupostos desta tese: 1) a heterogeneidade da cidade São Paulo e 2) as distinções, no período 2000-2004, entre os distritos policiais – assinalados pela expansão urbana e pela variabilidade das taxas de homicídios que os compõem esses distritos.

Ao estudar a relação entre as taxas de homicídios dolosos (TH) e as de armas apreendidas (TAA), por DP e por esses distritos divididos em quatro grupos (determinados pela variável DPAT), foi possível novamente considerar a hipótese desta tese que, lembra-se, parte da ideia de que padrões sociodemográficos e contextos sócio-históricos condicionam o movimento das TH. Assim, empregando a correlação linear de Pearson e a análise de regressão linear para verificar o efeito que TH e TAA têm uma sobre a outra, entre 2001 e 2006, constatou-se que as correlações não são significativas e que os coeficientes das regressões, apesar de sempre significativos a 5%, não geram modelos explicativos, dado que o valor de R^2 é sempre inferior a 0,2 – o que era esperado em um modelo bivariado que busca explicar a TH sem considerar as variáveis já confirmadas significantes como THAA, CHJ3 e R20S (Tabela 1). Todavia, existem duas exceções: no grupo 1 de DP o modelo que usa a TAA do ano de 2002 como

preditora da TH de 2003 e o modelo que emprega a TAA do ano de 2004 como preditora da TH de 2004 (Tabela 2).

Tabela 2 - Resumo das regressões para taxas de homicídios e de apreensão de armas.

Anos	Variável de Controle	Variável/coeficientes (β) (ano)		F	R²
		TAA			
2003	1	0,6530* (2002)		5,9	0,426
2004	1	0,7328* (2004)		9,3	0,537

***, **, *Níveis de significância de 0,1%, 1% e 5%.

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; Armas apreendidas – Res. SSP/SP nº 160/01; População – Fundação Seade

Inicialmente, destaca-se o fato dos coeficientes serem positivos. Esse destaque é importante porque o efeito da apreensão de armas de fogo sobre os homicídios é comumente interpretado de duas maneiras discordantes, todavia simultaneamente verdadeiras em algum grau. A primeira defende que essa apreensão diminuiu a proporção de pessoas com armas e, assim, a possibilidade das potenciais vítimas armadas se defenderem em caso de tentativa de homicídio; essa possibilidade, ao ser reduzida, conformaria um cenário em que a ação dos homicidas não é inibida, portanto menos armas, mais crimes. A segunda interpretação considera que a apreensão diminui a proporção de pessoas portando armas, uma vez que elas (mesmo as criminosas) teriam receio de sair armadas e sofrer algum tipo de sanção, um cenário que diminui a chance de disputas e conflitos culminarem em um desfecho fatal; conseqüentemente menos armas, menos crimes.

Nota-se que a taxa de apreensão de armas é sensível tanto à eficiência da polícia quanto ao estoque delas. No primeiro caso, espera-se que as apreensões tenham tido um efeito negativo sobre a criminalidade; na segunda situação o sinal do coeficiente é indeterminado, pois depende do sinal do efeito causal de estoque de armas sobre a criminalidade (HARTUNG, 2009). Isto é, quando maior ou menor apreensão não se deve à eficiência da polícia, que pode manter igual eficiência e, neste caso, apreender uma fração semelhante do estoque total de armas em um período de tempo, e sim à elevação ou diminuição

do número de armas dentro de um grupo social⁷⁹. Logo, a ideia de que o modelo indica que mais apreensões podem ter causado mais homicídios deve ser contestada desde o início.

Efetivamente, após diversas tentativas, apenas os dois modelos de análise de regressão acima apresentados explicam um percentual significativo da variabilidade das taxas de homicídios, cerca de 43% e 54%. Nota-se que em 2003 e 2004 essas taxas mostraram-se correlacionadas, respectivamente, com as taxas de armas apreendidas de 2002 e 2004, este justamente o ano que sucede o estatuto do desarmamento (Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003) e que interrompe a tendência de queda no total de apreensões, observada antes, e que depois se acentua (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de armas apreendidas na cidade de São Paulo, 2000 a 2010.

Fonte: Res. SSP/SP nº 160/01

Existem diversas especulações sobre a referida queda das apreensões, duas das mais recorrentes defendem ideias opostas. Na primeira alega-se que ela é resultado das políticas de fiscalização, da força policial, que gerou um menor volume de armas em circulação. Na segunda especulação diz-se que a

⁷⁹ Hartung (2009) nota que em todas as metodologias utilizadas o efeito da variável armas sobre a criminalidade é positivo. Assim, não parece *a priori* que a variável apreensão de armas meça, principalmente, a eficiência policial.

queda no total de apreensões deu-se em função da redução da eficiência das ações de segurança pública, portanto, da produtividade policial. Infelizmente a insuficiência de dados só permite que sejam feitas ponderações sobre esse resultado. Entretanto, se existe qualquer fundamento para acreditar que apenas nos distritos mais violentos, criados antes dos anos 1970, houve relação estatisticamente significativa entre homicídios e apreensão de armas, deve-se refletir sobre a real eficácia desta apreensão como uma política de segurança para a cidade como um todo e de longo prazo, bem como sobre a sua efetividade em locais onde os homicídios são menos frequentes ou o processo de urbanização é mais recente e mais afastados do centro.

Diante disso, a questão da eficiência das medidas de segurança pública no combate aos homicídios se torna ainda mais crucial para entender o movimento da criminalidade naquele momento. Em São Paulo, entre as diversas medidas que podem ser citadas como pilares desse combate, o encarceramento e o policiamento ostensivo e repressivo certamente merecem destaque. No que diz respeito ao encarceramento, novamente a ausência de dados não permite que conclusões mais específicas sejam obtidas. É fundamental, por exemplo, examinar os dados de aprisionamento tendo por referência o local onde as prisões foram efetuadas e de residência dos presos, bem como o perfil das vítimas, das ocorrências e dos criminosos. Mas a ausência desses dados não descredita a reflexão que segue.

Em 2003, a população carcerária paulista se aproxima de 100 mil pessoas, cerca de 32% da população carcerária do país⁸⁰. Entretanto, tão importante quanto esse expressivo número de encarcerados é o número de prisões e de pessoas presas. Apenas na cidade de São Paulo, segundo os dados do Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar, 24.818 prisões foram efetuadas e 36.386 pessoas foram presas – sendo 1.234 prisões de homicidas. É relevante notar que naquele momento o sistema carcerário paulista estava em um período de “paz”. De acordo com a Secretaria da Administração

⁸⁰ Naquele ano a população carcerária reunia 99.026 pessoas, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Penitenciária, em 2002 ocorreram 8 rebeliões e 97 assassinatos de presos; em 2003 não houve rebelião e o número de homicídios caiu para 27.

Ao analisar os dados longitudinalmente, verifica-se que esse número de pessoas presas foi maior que em 2002⁸¹ e que só foi superado seis anos depois. Além disso, conforme os dados do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, aquele número de homicidas presos representou um aumento de 647% em relação a 2000, quando apenas 165 foram aprisionados. Esse aumento é atribuído pelo próprio DHPP ao Plano de Combate aos Homicídios, posto em prática a partir de abril de 2001.

Ainda em 2003, segundo dados oficiais da SSP-SP, os casos de resistência seguida de morte e as ocorrências de pessoas mortas em confronto com a Polícia Militar em serviço contabilizam 311 e 434, respectivamente – com uma taxa de letalidade altíssima, totalizando uma morte a cada 132 prisões e apreensões realizadas. Para mensurar o quanto essa taxa é alta, em 2009, quando era 50% menor, ela era cinco vezes maior que a taxa média de letalidade policial dos Estados Unidos, entre 2003 e 2009. Inclusive, cabe lembrar que o maior número de mortes envolvendo a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) também ocorreu naquele ano, com 124 letalidades⁸². Já em 2004 destacaram-se as 23.430 pessoas presas, sendo 1.437 homicidas, as 264 pessoas mortas em confronto com a PM em serviço, os 212 casos de resistência seguida de morte e os 89 mortos por policiais da Rota⁸³.

Diante disso, é admissível considerar que aquelas prisões e mortes, aliadas à questão geracional antes descrita, podem ter afetado o movimento dos homicídios e, conseqüentemente, alterado as suas condicionantes nos anos que seguiram? Uma resposta positiva parece plausível se se considerar, em 2003 e 2004, o número de prisões dos homicidas (2.671) – mesmo que sobrestimado –, e, apesar de não ser possível mensurar com precisão, a plausível parcela de homicidas assassinados no ciclo de violência (4.268 e os 3.368 homicídios dolosos registrados naqueles dois anos, e os muitos assassinatos ocorridos

⁸¹ Não foi possível obter dados para os anos anteriores.

⁸² Em 2001, 76 pessoas foram mortas pela Rota. Nos nove anos seguintes o número de mortos foi, respectivamente, 84, 124, 89, 15, 94, 46, 56, 61 e 75.

⁸³ A atuação da Rota em São Paulo está detalhada em Barcellos (1992).

antes), nos casos de resistência seguida de morte (523 vítimas oficiais), no confronto com a polícia (entre os 762 mortos) e com a Rota (entre os 213 mortos). Uma possibilidade que se mostra ainda mais factível quando avaliamos os anos seguintes.

O Segundo Período: 2005 a 2011

Se a associação entre taxas de homicídios de dois anos distintos e consecutivos apresentou-se como uma prova fundamental do ciclo de violência que se perpetuava e reproduzia no município de São Paulo, o enfraquecimento dessa associação revela que um novo contexto deve ser considerado para o entendimento do movimento dos homicídios. Nele existem três variáveis principais para explicar esse movimento. A primeira delas ainda é a taxa de homicídios do ano anterior, o que revela que a morte (por homicídio) deixou de ocupar o local central que ocupava como instrumento privilegiado de solução de conflitos, mas também que a difusão de crimes e o ciclo de violência não podem ser desconsiderados.

De fato, essa taxa nos modelos de regressão apresenta uma redução expressiva do coeficiente de determinação (R^2) em 2004, e um poder de explicação ainda menor a partir de 2005. Pela primeira vez é possível atestar que a pretérita taxa de homicídios, em alguns modelos, não apresenta nem mesmo coeficiente significativo. Apesar disso, ela é, na maior parte dos casos, explicativa para a variabilidade das taxas do município e do subgrupo 0 (alto), em 2009, e do subgrupo 3 (alto), em 2006, 2008 e 2009, sobretudo no último ano, quando THAA e CHJ3 são capazes de explicar 70% da diferença das taxas de homicídios de alguns dos setores censitários paulistanos mais violentos.

Tabela 3 - Resumo das regressões, de 2005 a 2009.

Anos	Variável de controle (DPAT / Regime)	Variáveis/coeficientes (β)			F	R ²
		THAA	CHJ3	R20S		
2005		0,5594***			8344,4	0,313
	0	0,2445***			386,9	0,060
	0 (alto)	0,2078			7,9	0,043
	1	0,3552***			184,1	0,125
	1 (alto)	0,3046***			29,1	0,093
	2	0,2174***			145,7	0,047
	2 (alto)	0,0596			0,4	0,004
	3	0,5870***			4214,8	0,345
2006		0,6066***			848,8	0,368
		0,6050***		-0,0504***	4284,0	0,371
	0	0,2207***			311,5	0,049
	0 (alto)	0,1648*			4,9	0,027
	1	0,3854***			222,5	0,149
	1 (alto)	0,3452***			38,6	0,119
	2	0,2017***			124,4	0,041
	2 (alto)	0,1574			2,4	0,025
2007		0,5922***			4330,3	0,351
	3	0,6329***			974,2	0,401
		0,2084***		-0,0328***	345,9	0,045
	0	0,3597***			904,3	0,129
	0 (alto)	0,5364***			70,3	0,288
	1	0,4236***		-0,0448*	124,0	0,182
	1 (alto)	0,3731***			46,1	0,139
	2	0,2361***		-0,0313*	80,0	0,057
2008		0,3676***		-0,0867	7,2	0,118
	3	0,0837***			56,6	0,007
	3 (alto)	0,1508***			33,9	0,023
		0,5506***	-0,0140*		3946,0	0,303
	0	0,2151***			295,1	0,046
	0 (alto)	0,2730***			14,0	0,069
	1	0,2542***	0,1167***		57,8	0,083
	1 (alto)	0,1723*	0,1677*		9,1	0,054
2009		0,2459***			1888,9	0,060
	2	0,4451***			23,5	0,190
	3	0,6055***	-0,0286**		2293,1	0,368
	3 (alto)	0,6861***			1296,5	0,470
		0,6905***	0,0328***		8281,1	0,477
	0	0,5874***			3206,9	0,345
	0 (alto)	0,6750***			145,6	0,453
	1	0,5039***	0,1142***		251,7	0,283
2009	1 (alto)	0,4050***	0,1124*		33,8	0,188
	2	0,1836***			102,4	0,033
	2 (alto)	0,1727			2,9	0,020
	3	0,7645***	0,0235**		5522,0	0,584
	3 (alto)	0,8390***	0,0424*		1647,1	0,700

***, **, * Níveis de significância de 0,1%, 1% e 5%

Fonte: Homicídios - Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; Dados sociodemográficos – IBGE (1980; 1991; 2000; 2010) e Contagem populacional de 1996

A segunda variável é na verdade um conjunto, ou melhor, vetores de variáveis. No período 2005-2009, CHJ3 e R20S destacaram-se em alguns dos modelos propostos nesta tese (para o município e para grupos e subgrupos de setores censitários). Entretanto, a maior parte das variáveis sociodemográficas analisadas (Quadro 2) possui significância de 0,1% em algum dos anos considerados, não estando nos modelos mesmo com alta significância por contribuírem pouco para o aumento do coeficiente de determinação (R^2). Diante disso, torna-se importante demonstrar que, para o período 2005-2010, vetores temporais baseados nos valores daquelas variáveis explicam um percentual expressivo da variabilidade das taxas de homicídios dolosos quando se emprega a análise de correlação canônica para verificar o impacto desses vetores independentes sobre o vetor das taxas de assassinatos⁸⁴.

Esse resultado deve ser levado em conta quando verificamos que as variáveis sociodemográficas POPR, CONG, CJV1, CJV3, CHJ1, CHJ3, CPNA, CRNA e RHNA⁸⁵ constituem vetores significativos e capazes de explicar mais de três quartos da diferença das taxas de homicídios dos setores censitários da cidade de São Paulo, sobretudo dos mais violentos, do regime “alto”, que apresentam a maior contribuição relativa (NERY et al., 2015). Assim sendo, deve-se considerar com cuidado a forte associação entre os homicídios e os aspectos demográficos, etários e educacionais, pois esta associação é comumente considerada evidente. Mas, na verdade, não tem o mesmo poder explicativo em diferentes momentos e pode nem mesmo existir em alguns locais, como ocorre quando o padrão é não haver registro de homicídios (baixo⁸⁶), conforme explicitado na tabela a seguir.

⁸⁴ Ver ANEXO 4 (Regressão canônica).

⁸⁵ Fatores relacionados à renda não se mostraram significativos, sobretudo devido à multicolinearidade entre as variáveis de renda e de alfabetização, sendo CPNA, CRNA e RHNA em conjunto mais explicativas.

⁸⁶ Ver Figura 2.

Tabela 4 - Funções canônicas e sua contribuição para o vetor das taxas de homicídios, de 2000 a 2004 e 2005 a 2010⁸⁷.

Variáveis		2000 a 2004		2005 a 2010	
		Correlação 0,70		Correlação 0,77	
		Pesos canônicos (Beta)	Contribuição relativa	Pesos canônicos (Beta)	Contribuição relativa
Setores do tipo aglomerado subnormal em 2010	AGLO10	-0,037	-0,633	-0,041	-0,344
	alto	0,324	5.478	0,283	2,392
	alto0			0,048	0,402
Regimes espaciais	baixo0	-0,048	-0,819		
	alto-baixo	0,059	1.002	0,042	0,356
	baixo-alto			0,046	0,391
	sp	0,082	1.382	0,095	0,801
Indicador de organizações criminosas em 2007-2008	IOC07-08	0,079	1.340	0,033	0,278
	vPOPR	-0,091	-1.547	-0,067	-0,566
	vCONG			0,047	0,397
Vetores	vCJV1			0,239	2,022
	vCJV3			-0,064	-0,544
	vCHJ1			-0,080	-0,675
	vCHJ3			0,102	0,864
	vCPNA			0,140	1,187
	vCRNA			-0,143	-1,212
	vCHNA	0,091	1.548	0,069	0,587

Todos os vetores possuem significância de 0,1%.

Fonte: Nery et al. (2015)⁸⁸

Assim sendo, os resultados mostram que o vetor temporal (combinações lineares dos valores anualizados) das taxas de homicídios dolosos sofria, no período 2005-2010, alto impacto dos vetores temporais dos responsáveis não alfabetizados (vCRNA) e do número de jovens de 10 a 19 anos (vCJV1). Ou seja, a contribuição relativa do vetor daqueles responsáveis é significativa e negativa para os homicídios, enquanto a contribuição do vetor desses jovens é ainda maior e positiva para esses crimes. Em outras palavras, por um lado, quando as taxas

⁸⁷ Ver ANEXO 3 e 4 (Regressão canônica).

⁸⁸ O modelo para o período 2000-2010 apresenta uma correlação de apenas 0,40.

de homicídios tendem a cair as concentrações de responsáveis não alfabetizados tendem a um comportamento contrário e aumentam (igualmente quando as taxas tendem a subir as concentrações tendem cair); por outro, quando as taxas de homicídios tendem a reduzir ou aumentar as concentrações de jovens tendem a seguir o mesmo comportamento.

Por fim, a última variável é a que não mostrou efeito significativo sobre as taxas de homicídios nos anos de 2002 e 2003. Mas, dado que agora se ratifica como uma variável proeminente para elucidar o movimento dos homicídios em locais específicos da cidade, essa variável é o indicador de organizações criminosas (IOC). Entrementes, quando esse indicador se revelou uma importante condicionante dos homicídios, dois eventos essenciais para a sua análise estavam em curso na capital paulista. O primeiro deles diz respeito à crise no sistema penitenciário e à atuação das organizações criminosas, em especial da facção conhecida pela sigla PCC, nas prisões.

Em 2005, assistimos o retorno das manifestações violentas nos presídios. Apenas nesse ano ocorreram 13 rebeliões, com 50 assassinatos, 14 suicídios e a exibição de cabeças decepadas e espetadas em mastros, nas unidades prisionais rebeladas. Essa situação se prolongou pelo ano de 2006, quando aconteceram mais 90 rebeliões, com 35 assassinatos e 26 suicídios. Tais números ilustram o processo de consolidação do domínio do PCC sobre a ampla maioria da população carcerária de São Paulo, o que foi feito à custa da eliminação dos seus inimigos e da promoção de uma ampla transformação nas relações e nas regras vigentes dentro dos estabelecimentos prisionais. Esses, segundo os dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), apresentavam um total de 130.814 encarcerados, distribuídos em 144 unidades prisionais, estando 72.912 no regime fechado, 15.805 no regime semiaberto, 41.047 na condição de presos provisórios e 1.050 cumprindo mandato de segurança. É digno de nota informar que as mulheres ocupavam 4,7% da totalidade – quantidade que pode parecer baixa, mas que na verdade representa um alarmante aumento, pois um ano antes o percentual era de 3,2% (de 3.903 presas, em 2005, passamos a ter 6.160, em 2006, um aumento de 57,8% em um espaço de tempo muito curto).

O segundo evento está conectado ao que ocorria fora dos muros dos presídios. Segundo Dias (2011), ainda em 2005 o PCC começou a reduzir a frequência de disputas internas violentas e a se consolidar externamente, sobretudo nas periferias. A partir daquele ano, tornou-se mais evidente a atuação das velhas e novas lideranças no comércio de drogas. Determinadas pelo PCC, essas lideranças passaram a atuar de forma empresarial, ou seja, organizadas segundo os princípios do mercado. Enfim, conforme Feltran (2010a), o mando dessa organização criminosa fora das prisões, na venda de drogas e como instância normativa para uma parcela minoritária, mas relevante dos moradores paulistanos, permitiu que ela tanto passasse a deliberar sobre a morte de uma pessoa como sobre o seu encerramento definitivo em uma contenda, não permitindo continuidade à vendeta.

Nesse ínterim, o agravamento da crise no sistema carcerário e a expansão e ampliação do poder do PCC contrastavam com a redução dos homicídios dolosos. Deve-se lembrar de que havia uma grande polêmica em torno da redução dos homicídios naquele momento, dada a grande quantidade de mortes registradas como “lesão corporal seguida de morte” (quando as circunstâncias revelam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo), “resistência seguida de morte” (se ocorrer durante confronto com a polícia), “morte a esclarecer” (se a intenção não puder ser determinada), “encontro de cadáver” e “averiguação de óbito” (NERY, 2012). Além da “tentativa de homicídio”, pois um número relevante das vítimas desse crime acabava morrendo em hospitais.

O ano de 2005 terminou com o secretário de Segurança Pública paulista, à época Saulo de Castro Abreu Filho (2002-2006), assumindo a responsabilidade por essa redução, o que teria ocorrido devido ao trabalho da polícia e ao investimento feito na compra de equipamentos e na contratação e formação de agentes, bem como ao apoio a projetos como o Disque-Denúncia (181). Por sua vez, o padre Jaime Crowe, responsável pela paróquia Santos Mártires, no Jardim Ângela (considerado pela ONU, em 1996, o local mais violento do mundo, com mais de 100 assassinatos por 100 mil habitantes), alegava que os homicídios só tinham diminuído após um longo trabalho com a população, no qual se destacava a criação de creches, centros para idosos e cursos profissionalizantes, bem como

as diversas atividades para adolescentes e os múltiplos projetos de organizações não governamentais, criados a partir de meados dos anos 1980. Também era recorrentemente citada a importância do desarmamento, do encarceramento, da maior escolarização e da melhora econômica, por exemplo⁸⁹. No âmbito acadêmico, a metade da década encerrou com a certeza de que os dados e as pesquisas disponíveis não permitiam, até aquele momento, desmentir ou corroborar essas argumentações, sendo consenso cada vez maior que a diminuição dos assassinatos não podia ser atribuída a um único fator.

Quando 2006 começou não foi a crise prisional ou a queda dos homicídios que recebeu o maior destaque nas crônicas criminais. Os escândalos envolvendo políticos, como o do deputado estadual do Ceará, José Nobre Guimarães, preso em flagrante quando transportava R\$ 440 mil na cueca, e o Mensalão⁹⁰, foram os assuntos mais veiculados pela mídia, sob a expectativa da realização das eleições para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Um panorama político-midiático que se manteve preponderante até meados de maio.

Sexta-feira, 12 de maio de 2006. Rebeliões nas penitenciárias, toques de recolher, ruas vazias, policiais e civis sendo executados.

Na véspera do Dia das Mães, dezenas de ataques armados e simultâneos foram dirigidos a postos e viaturas da Polícia Militar, delegacias da Polícia Civil, agentes e prédios públicos, por toda a metrópole. Policiais foram mortos mesmo à paisana. O sábado nasceu com um saldo inicial de mais de 20 policiais do Estado mortos, no que foi imediatamente lido pela imprensa como a maior ofensiva de uma organização criminosa – e já se sabia qual, o “Primeiro Comando da Capital” (FELTRAN, 2012, p. 244).

A resposta do Estado foi imediata e violenta: “A polícia militar havia matado uma única pessoa no dia 12, antes do início dos ataques; assassinou 18 no dia 13; mais 42 no dia 14; e mais 37 no dia 15 de maio” (FELTRAN, 2012, p. 245). As rebeliões foram encerradas e os ataques minimizados no dia 15.

⁸⁹ Conforme as declarações mais recorrentes em reportagens e notas da imprensa da revista *Veja* e dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, publicadas no último trimestre de 2005.

⁹⁰ Mensalão é o nome comumente utilizado para se referir ao esquema de compra de votos de parlamentares, deflagrado no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Segundo a International Human Rights Commission (IHRC, 2011), o fim das rebeliões e dos ataques foi atribuído a um encontro entre Iracema Vasciaveo, advogada e ex-delegada da Polícia Civil, e o líder do PCC Marcos Willians Herbas Camacho, mais conhecido como Marcola. Esse encontro teria sido articulado pela cúpula do governo paulista. No dia 16 de maio, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que as autoridades teriam feito um “acordo” com o PCC. Elas não desmentiram o encontro, mas o referido acordo foi veemente negado pelo governo.

Entre 12 e 20 de maio de 2006, 439 pessoas foram mortas por armas de fogo no estado de São Paulo, número que, comparado com os registrados em igual período, nos anos anteriores, alude ao cenário de excepcionalidade vivido pela maior cidade do país, que observou a paralisação temporária das suas atividades e a exacerbação dos sentimentos de medo e insegurança que há muito se encontravam nela disseminados (ADORNO; SALLA, 2007). No final da tarde do dia 23 de maio, em entrevista coletiva, o comandante geral da PM, à época o coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges (2004-2007), relatou que entre o dia 13 e aquele momento as forças públicas tinham efetuado 135 prisões (52 presos possuíam antecedentes que envolviam ações com o PCC) e matado 110 pessoas (79 teriam ligação direta com os ataques e as 31 restantes estariam envolvidas em ocorrências rotineiras de criminalidade, nas quais houve resistência à atuação policial), 62 mortes resultaram da reação imediata da polícia e outras 17 de ações preventivas – quando a polícia recebe uma denúncia e ao chegar ao local citado é recebida a tiros⁹¹.

Passado o ápice da crise, outras duas ondas de ataque foram atribuídas à organização, uma em julho e outra em agosto daquele ano. Como relata Ribeiro (2009, p. 64):

Entre os dias 11 e 14 de julho, o alvo preferencial foi o ataque aos ônibus em cidades maiores, mas prédios públicos e particulares também foram atacados, como bancos e agências do correio. Já em agosto, entre os dias 7 e 9 o ataque foi caracterizado pelo uso de bombas caseiras contra prédios públicos, preferencialmente os do Ministério Público e da Secretaria Estadual de Justiça.

⁹¹ Dados compilados de diversas reportagens e notas da imprensa dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, publicadas em maio de 2006.

Segundo Souza e Battibugli (2014), entre maio de 2006 (momento em ocorreu o pico de mortes no rastro da reação contra os ataques do PCC) até dezembro de 2007 a Ouvidoria de Polícia registrou 166 ações classificadas como execução sumária ou chacina (atentado no qual três ou mais pessoas são assassinadas) que vitimaram 355 pessoas em todo o Estado. A partir de então, desenhou-se um novo momento, em que, segundo Salla (2015), exibiu-se a hegemonia do PCC sobre a massa carcerária, o seu enraizamento e a sua capacidade de mobilização fora das prisões.

Nota-se que antes dos ataques de maio muitas especulações já eram feitas sobre a extensão do poder e da influência das organizações criminosas e sobre o quanto a consolidação da hegemonia do PCC sobre os vários outros grupos ligados ao tráfico de drogas – entre os quais o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), o Comando Democrático da Liberdade (CDL), a Seita Satânica (SS) e a Sociedade Anônima (SA), por exemplo – teria refreado a disputa por territórios, estabelecendo um padrão de regulação da ordem social em certas áreas da cidade e, conseqüentemente, contribuindo com a redução das taxas de homicídios. Mas não se especulava que essa facção seria capaz de parar uma metrópole como São Paulo.

Se antes de 2006 não era fácil sustentar que o PCC teria real capacidade de exercer influência sobre as mortes violentas, a ponto de influir nas taxas de homicídios, a partir daquele ano também se tornou difícil justificar o contrário. De fato, se se questionava a ingerência do PCC sobre muitos dos assassinatos ocorridos na capital paulista (já que a queda desses crimes havia se iniciado anos antes da afirmação de sua hegemonia), após a demonstração de força dentro e fora do sistema carcerário a possível relação entre organizações criminosas e homicídios dolosos se tornou notória, mas ainda questionada – principalmente pelos agentes de segurança pública. Assim, de forma análoga ao sucedido no debate sobre a apreensão de armas, se por um lado parece pouco provável que o PCC, especificamente, tenha sido a causa principal da mudança da tendência de crescimento das mortes por homicídio em 2000, por outro é imprescindível considerar que sete anos depois ele tenha assumido um importante papel na manutenção das taxas em patamares mais baixos.

Por certo, esse papel é complexo e de difícil aferição. Entretanto, em Adorno, Dias e Nery (2016) podemos qualificar um importante aspecto dos seus possíveis nexos causais. Em uma análise exploratória presente no estudo, ao aferir a associação entre o indicador de organizações criminosas (IOC) e os já apresentados padrões dos homicídios (NERY et al., 2012), encontramos o seguinte resultado (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Relação entre padrões dos homicídios dolosos e os indícios de atividade de organizações criminosas, em 2007-2008.

Fonte: Adorno, Dias e Nery (2016)

Empregando o teste do qui-quadrado⁹² podemos demonstrar que há associação significativa entre o perfil de distribuição de locais com indícios de organizações criminosas e locais sem indícios. Naqueles em que não há homicídios registrados, 32% dos setores censitários não apresentam indícios de organizações criminosas e 16,7% apresentam. Em locais em que as taxas de homicídios são baixas ou altas, 64,5% e 18,9% dos setores, respectivamente, apresentam indícios

⁹² O teste do qui-quadrado é utilizado para comprovar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os atributos de dois grupos, quando comparados. No estudo são comparados os grupos “não existem indícios de organizações criminosas” e “indícios de organizações criminosas” e considerados como nível de significância o valor de 5%, ou seja, foram avaliados como significativas as diferenças quando o valor encontrado no teste era menor ou igual a 0,05, o que ocorreu nos padrões “alto”, “baixo” e “baixo0”.

de organizações criminosas, enquanto, na devida ordem, 55,6% e 12,3% não. Nota-se que todas as diferenças entre esses percentuais são estatisticamente significativas e que a relação entre a existência de organizações criminosas e os padrões de homicídios é negativa no primeiro caso e positiva nos dois últimos.

Baseados nesse achado, podemos inferir que a ausência de registros de homicídios está associada com a inexistência de indícios de atividade criminosa organizada e que o fato das taxas serem frequentemente altas ou baixas em certo local apresenta associação com a identificação desses indícios⁹³. Grosso modo, em setores onde habitualmente não ocorre registro de homicídios a tendência é não existir indícios de atividade criminosa organizada. Complementarmente, onde há indícios de atividade criminosa organizada dois padrões são observados: a taxa de homicídios é recorrentemente alta ou recorrentemente baixa. Diante disso, constata-se que existe relação estatisticamente significativa entre organizações criminosas e homicídios dolosos. Entretanto, essa relação não se dá de uma maneira que nos leve a inferir que essas organizações “pacificam” o local onde atuam, ao menos não no sentido de impedir que qualquer assassinato seja cometido. Na verdade, elas condicionam ou, em outras palavras, “regulam” as taxas de homicídio de forma que tendam a ser diferentes de zero e relativamente estáveis, com valores em maior parte do tempo elevados ou reduzidos.

Essa conclusão é igualmente assinalada pelas análises estatísticas de regressão. Ao verificar os coeficientes de determinação (R^2) dos modelos que têm as taxas do ano anterior como principais variáveis explicativas e como variáveis de controle o grupo DPAT, o regime de homicídios “alto” e o IOC (2007-2008), observamos que a associação dessas taxas com as que as sucedem é considerável nos setores violentos do município (“alto”) e no subgrupo 3 (alto), em 2006; no subgrupo 0 (alto) com indício de organizações criminosas, em 2007; e, ainda, neste último grupo nos dois casos, nos quais existe e não existe indício, em 2009. Outrossim, os setores do regime “alto” no município e no subgrupo 3 de distritos policiais ganham destaque a partir de 2008 (Tabela 5).

⁹³ É importante lembrar que a mesma análise feita com dados de 2003 e 2004 não apresentou igual resultado.

Tabela 5 - Resumo das regressões de 2005 a 2009 em setores do padrão alto de homicídios, segundo IOC⁹⁴.

Ano	Variável de controle		Variáveis/coeficientes (β)			F	R ²
	DPAT / Regime	IOC	THAA	CHJ3	R20S		
2005	alto	0	0,6061***			903,9	0,367
		1	0,5197***			169,9	0,270
	0 (alto)	0	0,0255			0,0	0,001
		1	0,2293			2,6	0,053
	1 (alto)	0	0,2666***		0,3859***	16,5	0,174
		1	0,4096***			24,8	0,168
	3 (alto)	0	0,6230***			757,0	0,388
		1	0,5924***			142,2	0,351
2006	alto	0	0,6392***			1075,5	0,408
		1	0,5747***		0,2278***	124,9	0,402
	0 (alto)	0	0,1426			2,6	0,020
		1	0,1101			0,6	0,012
	1 (alto)	0	0,4332***		-0,2043*	14,9	0,171
		1	0,3016***		0,5271***	34,9	0,384
	3 (alto)	0	0,6522***			883,5	0,425
		1	0,6897***		0,1952***	105,2	0,526
2007	alto	0	0,1710***			46,9	0,029
		1	0,1373*			8,8	0,019
	0 (alto)	0	0,0834			0,9	0,006
		1	0,6377***			32,9	0,407
	1 (alto)	0	0,4705***			45,5	0,217
		1	0,2638*			9,2	0,062
	3 (alto)	0	0,1734***			36,9	0,029
		1	0,0856			1,9	0,004
2008	alto	0	0,7899***			2583,9	0,624
		1	0,0811			3,0	0,007
	0 (alto)	0	0,4707***		-0,0937	15,9	0,222
		1	0,3655			7,4	0,133
	1 (alto)	0	0,1086			1,9	0,012
		1	0,2699*			9,7	0,073
	3 (alto)	0	0,8389***			2835,1	0,704
		1	0,0223			0,1	0,001
2009	alto	0	0,8526***		-0,0491*	1385,9	0,730
		1	0,3108***			49,1	0,095
	0 (alto)	0	0,7332***			144,1	0,537
		1	0,6728***			39,7	0,453
	1 (alto)	0	0,3259***			19,0	0,106
		1	0,4276***			27,5	0,183
	3 (alto)	0	0,8810***	0,0352*		1944,2	0,772
		1	0,2609***			19,2	0,068

***, **, * Níveis de significância de 0,1%, 1% e 5%

Fonte: Homicídios – Departamento de Polícia Civil e da Polícia Militar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; Dados sociodemográficos (IBGE 1980; 1991; 2000; 2010) e Contagem populacional (IBGE, 1996)

⁹⁴ O subgrupo 2 (alto) não é apresentado na tabela porque o número de casos é muito pequeno, ou seja, o número de setores censitários nos DP estabelecidos em 1969 com baixas taxas de homicídios e indícios de atividade criminosa não é suficiente para as análises estatísticas. Apenas 20 setores reúnem todas essas características.

Como pode ser visto na tabela acima, o destaque dado aos setores recorrentemente violentos, dos DP mais violentos (“alto”) entre os estabelecidos após 1969 (Quadro 3), deve-se ao fato dos coeficientes de correlação serem muito próximos de 0 em locais com indício de atividade criminosa organizada, enquanto nos locais sem indício 70% e 77% da variabilidade das taxas de homicídios pode ser explicada, respectivamente, em 2008 e 2009. Assim sendo, é importante salientar a interpretação desses resultados como uma nova verificação de que o ciclo de violência ainda se mostra um fator importante para o movimento dos homicídios, mas principalmente em locais onde não se pode identificar a influência de organizações criminosas.

De fato, o modelo explicativo de 2008 para o subgrupo 3 (alto) e IOC 0 é o melhor modelo do período 2006-2009, dado que apresenta um dos valores de R^2 mais expressivos, os coeficientes betas têm alta significância e o maior valor da estatística F, bem como a maior normalidade dos resíduos. Mas, diante da melhor explicação, um fator essencial para o entendimento do movimento dos homicídios desponta. Um fator que sempre se mostrou associado às mortes violentas, que antes se revelou fundamental para entender a mudança das condicionantes das taxas de homicídios, e que a partir daquele ano ganhou importância estatística e sociológica distinta da verificada no passado, pois assinalou a condição espaço-temporal da conflitualidade. O referido fator são as chacinas.

Do ponto de vista estatístico, essa categoria é importante porque serve como um indicador de valores de picos, ou seja, de uma expressiva e rápida mudança na incidência do número de homicídios, tornando-o mais alto. Para um melhor entendimento da questão, deve-se perceber que à medida que as taxas de homicídios decrescem esses crimes, obviamente, tornam-se eventos cada vez mais raros. Ao mesmo tempo, a variabilidade dessas taxas cresce progressivamente (mesmo das taxas bayesianas locais que minimizam esse problema), assim também aumentando a possibilidade de não estar diretamente associada com a variabilidade do fenômeno estudado, mas sim dos dados. Portanto, um ou dois casos a mais ou a menos em uma localidade podem causar variações substanciais nas taxas; e se esses casos são gerados por um fator

específico e identificável, ele deve ser tratado com cuidado, analisado pelo tipo de informação que pode gerar ou, ainda, como um *outlier*, isto é, um evento atípico, extremo ou excepcional em sua combinação.

Na perspectiva sociológica, as chacinas são muito mais que o número de “mortes múltiplas” dos relatórios policiais; são execuções policiais, de grupos de extermínio, justiceiros, brigas de gangues locais, tudo misturado, e, além disso, são manifestações violentas sobre as quais pouco se sabe, além da abstração do próprio número (TELLES, 2010). Nessa perspectiva, são importantes porque possibilitam a construção de um objeto de estudo que permite observar como determinadas práticas sociais se materializam diante da violência promovida por grupos de extermínio e esquadrões da morte, em contextos e momentos específicos.

Diante disso, deve-se lembrar que os referidos grupos e esquadrões cresceram notadamente a partir dos anos 1980 e predominam nas grandes metrópoles brasileiras, em especial em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Telles (2010), naquela década chacinas e execuções sumárias foram mais do que frequentes e marcaram a história de diversos bairros e de muitas biografias de moradores comuns. Histórias de mortes encomendadas e do mercado de execuções, da guerra entre gangues de bairro, de disputa de territórios, de soluções violentas para desavenças locais, tudo isso permeado e também ritmado pela violência policial.

Nota-se que quatro diferentes coletivos eram os principais personagens daquelas histórias. O primeiro era formado por civis, cidadãos comuns, habitantes dos bairros populares, que agiam sob contrato, acordo ou cumplicidade de outros agentes sociais, notadamente policiais, comerciantes locais e moradores tradicionais, os quais não se envolviam diretamente nas ações. Suas vítimas compreendiam cidadãos, quase sempre originários da mesma localidade, considerados delinquentes ou portadores de antecedentes criminais (ADORNO; CARDIA, 1999). Suas ações pareciam impulsionadas por um senso de justiça privada frente a circunstâncias consideradas social e culturalmente insuportáveis do ponto de vista da moralidade pública popular, como tentativas ou atos consumados de estupro, sobretudo quando envolviam

crianças e adolescentes, bem como roubos e homicídios voluntários de pessoas benquistas na comunidade (ADORNO, 2002b).

O segundo coletivo era constituído por agentes das forças policiais e das empresas de segurança privada (rotineiramente policiais), que atuavam em nome de setores das elites políticas e econômicas. Suas vítimas incluíam preferencialmente delinquentes considerados descontrolados e maus por natureza e, portanto, irrecuperáveis, o que justificaria a sua execução sem julgamento (BICUDO, 1989). Suas ações eram fomentadas por um contexto de morosidade do sistema penal e de corrupção da polícia, em que a atuação extraoficial de forças policiais pretendia manter a “ordem pública”, personificar a lei e solucionar, pelas próprias mãos, crimes e conflitos, seguindo a filosofia do combate ao inimigo e da eliminação do suspeito e do bandido.

Além desses, havia mais dois coletivos que envolviam indistintamente membros dos supracitados. Os justiceiros (“pistoleiros” ou “matadores”)⁹⁵ que, em determinado momento da sua “carreira”, começavam a cobrar para executar serviços, transformando-se em matadores profissionais e, até mesmo, em assassinos uns dos outros. Enfim, havia os envolvidos em chacinas motivadas por brigas, vingança e rixas e comumente associadas ao tráfico de entorpecentes, fosse pela guerra entre facções criminosas rivais, fosse pela falta de pagamento de dívidas contraídas no comércio e consumo de drogas.

Tudo leva a crer que todos esses coletivos, com suas vítimas preferenciais e representações sociais, existam até hoje. Entretanto, o último é o que ampliou a atuação ao longo das décadas de 1980 e 1990 até meados dos anos 2000. Em todo esse tempo, parte relevante dos homicídios dolosos pode ser atribuída a disputas entre quadrilhas pelo controle do comércio ilegal, sobretudo de drogas, a eliminação de alvos determinados (como desafetos, pessoas endividadas, concorrentes no negócio-crime, informantes e suspeitos de delação) e a execução sumária de pessoas consideradas por um criminoso como uma ameaça real ou um oponente com potencial de se tornar o seu algoz.

⁹⁵ “Matadores” é uma expressão nativa, próxima, mas não idêntica, a “pistoleiros”. Para mais informações ver Telles (2010).

A partir de 2005, diante dos resultados encontrados nesta tese, o ciclo de violência perdeu força, até que em 2008 emergiu um contexto peculiar, que iria se consolidar um ano depois e se perpetuar sem grandes alterações até 2011. Esse contexto caracteriza-se por ter sido constituído a partir de uma referência espacial, ou seja, restrito localmente, e, em regra, tanto por baixas taxas de homicídios dolosos em locais com indícios de organizações criminosas como por eventuais assassinatos múltiplos.

Os eventos relatados a seguir servem como ilustração do referido contexto. Na primeira chacina de 2008, a maior em número de vítimas neste ano, sete pessoas foram executadas e outras duas ficaram feridas. Ela aconteceu no dia 17 de janeiro, na rua Pedro de Souza Lopes, esquina com Fábio Berardi, na Zona Norte da capital, a aproximadamente quatro quilômetros do 73º DP de Jaçanã⁹⁶ (ANEXO 1). Na noite de 19 de novembro foi registrada a oitava chacina na capital, a segunda naquele distrito policial. Essa execução ocorreu no Jardim Cabuçu, a poucos quilômetros da primeira, quando quatro homens, com idades entre 20 e 30 anos, foram baleados e três morreram.

É interessante observar que a chacina de janeiro ocorreu 17 horas após a execução do comandante do policiamento militar da Zona Norte, coronel José Hermínio Rodrigues, que investigava a possível participação de policiais militares sob seu comando em grupos de extermínio e caça-níqueis. Além disso, atentar para o fato de que a arma utilizada para matar o coronel foi a mesma usada em três outras chacinas e que em pelo menos três delas os autores foram identificados como policiais militares, um dos quais indiciado por suspeita de matar 17 pessoas⁹⁷. Também é importante notar que as quatro chacinas se sucederam em um setor censitário do grupo 3 de distritos policiais, do regime espacial “baixo” e com indícios de atividades de organizações criminosas.

⁹⁶ CHACINA – TREMEMBÉ-SP. TV UOL, [S.l.], 17 jan. 2008. Disponível em: <<http://tvuol.uol.com.br/video/chacina--tremembe--sp-0402356CE0815346/>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

⁹⁷ GODOY, Marcelo; MANSO, Zona Sul zera chacinas. *Rede Nossa SP* [S.l.], 18 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/zona-sul-zera-chacinas-jornal-da-tarde>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

Terminado o ano de 2008, a taxa de homicídios se aproximou de 11 por 100 mil habitantes (Gráfico 1) e as ações policiais totalizam 397 mortes (FBSP, 2010), um número 12% menor do que no ano anterior e um dos menores índices de mortes da década de 2000. Na Zona Sul da capital paulista, local que concentrava o maior número de chacinas quando as elevadas taxas de homicídio ainda estavam no auge, o número de chacinas caiu drasticamente. A última daquele ano foi verificada no dia 24 de setembro, no Capão Redondo, deixando três vítimas fatais. O caso foi esclarecido pelo DHPP e três policiais militares foram identificados, indiciados e acusados pelo crime, que teve como motivo o tráfico de entorpecentes.

Entrementes, em 2009, ocorreram dois importantes fatos para o estudo do movimento dos homicídios em São Paulo. No âmbito federal, a realização da primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg), convocada pelo Ministério da Justiça, em agosto. Em âmbito estadual, o recrudescimento da política de segurança pública de enfrentamento e aprisionamento, com as posses do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Antônio Ferreira Pinto (2009-2012), em março, e do comandante da Rota, coronel Paulo Adriano Lopes Telhada (2009-2011), em maio.

A 1ª Conseg ocorreu no segundo mandato do presidente Lula (2007-2011). Ela foi desenvolvida na esfera do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o qual tinha como objetivo principal diminuir os índices de homicídios nas regiões metropolitanas brasileiras. Dentre os principais eixos do Pronasci destacavam-se a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Esses eixos foram debatidos na conferência nacional e, ao final, sobressaíram-se as diretrizes de priorização da prevenção em relação à repressão, da unificação das polícias militar e civil e da desmilitarização da polícia⁹⁸, diretriz que contou com uma surpreendente adesão dos praças da PM (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) presentes à conferência. Diante

⁹⁸ Propostas extraídas do eixo 3 – “Valorização profissional e otimização das condições de trabalho” – da 1ª Conseg.

disso, em pouco tempo o mal-estar dos policiais das mais altas patentes (tenentes, capitães, maiores e coronéis) tornou-se evidente. Esses então começaram a defender a ideia de que havia aspectos mais importantes a serem tratados e que o questionamento do caráter militar das instituições de segurança pública só serviria para enfraquecer a hierarquia das corporações, algo fundamental para as atividades de policiamento, segundo esses policiais.

O outro fato está diretamente associado ao anterior, à vista de que os debates e as indicações da 1ª Conseg influenciaram e foram influenciados pela conjuntura da segurança pública paulista à época. Essa conjuntura envolveu uma greve da Polícia Civil que culminou no enfrentamento dos seus agentes com a Polícia Militar nas imediações do Palácio do Governo, em outubro de 2008; as denúncias incidiam sobre o secretário de Segurança anterior, Ronaldo Augusto Bretas Marzagão (2007-2009), que pediu demissão do cargo devido ao acúmulo de acusações de corrupção envolvendo seus comandados, e pela postura do recém- empossado secretário Antônio Ferreira Pinto, que havia criado a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) a pedido do governador Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1995), em 1992, dias depois do massacre do Carandiru, e que comandou essa mesma secretaria durante a gestão do governador Cláudio Lembo (2006-2007), em meio às rebeliões e aos ataques promovidos pelo PCC, em 2006.

As referidas posses ocorreram em uma ocasião conturbada, em que as pressões corriqueiras sobre a Secretaria de Segurança foram ampliadas e intensificadas por discussões que precederam e acompanharam a 1ª Conseg. Diante disso, a secretaria elegeu sobretudo o policiamento ostensivo, o confronto e o encarceramento como fundamentos de suas ações. Durante a posse do coronel Telhada, o secretário Ferreira Pinto denotou em sua fala a política de segurança pretendida⁹⁹: “É notório que ela [referindo-se à Rota] não estava sendo empregada com toda a sua força. (...) Em matéria de segurança pública, o politicamente correto beira a hipocrisia”. Em seu discurso, o secretário ainda assegurou que a Rota

⁹⁹ GODOY, Marcelo. Secretário quer fortalecer a Rota. *O Estado de S. Paulo*, 26 maio 2009. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,secretario-quer-fortalecer-a-rota,376932>>. Acesso em: 24/03/2016.

deveria “[...] voltar ao local que ocupava com destaque e eficiência no combate aos criminosos violentos e covardes”¹⁰⁰.

Além disso, foi atribuída à Rota a função de realizar investigações relacionadas ao crime organizado – o que gerou grande desconforto na Polícia Civil, antes a responsável por estas ações.

Assim sendo, apesar de Ferreira Pinto também expor que “[...] agir com rigor no combate ao crime violento não significa incursionar para o abuso, descambar para o mau combate, implantar a barbárie”¹⁰¹, a política de enfrentamento foi colocada em curso e prontamente o número casos de resistência seguida de morte aumentou significativamente. Então, oficialmente, 524 pessoas foram mortas pela PM paulista sob tal justificativa¹⁰² e 75 pela Rota, representando um aumento de 32% e 23%, respectivamente, em comparação com o ano anterior.

É interessante registrar que, além do avanço dos casos de “resistência”, o primeiro ano de Ferreira Pinto foi marcado por outras quatro situações relevantes para o estudo do movimento dos homicídios. A primeira delas foi constatada no fim de 2009, quando se averiguou a expressiva redução do número de chacinas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, destacaram-se as duas execuções registradas no DP de Jaçanã¹⁰³, em locais próximos às ocorridas em 2008 (supracitadas), e a ausência de registro de homicídios múltiplos em toda a Zona Sul de São Paulo, justamente a região que liderara nas últimas duas décadas as estatísticas de mortes violentas na cidade. Distritos que recorrentemente registravam elevadas taxas de homicídios, como Parque Santo Antônio, Parelheiros e Campo Limpo, ficaram ilesos às chacinas, e o Jardim Ângela (ainda

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Dados da Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo divulgados pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud).

¹⁰³ TRÊS SÃO MORTOS EM CHACINA NA ZONA NORTE DE SÃO PAULO. *UOL Notícias*, [S.l.], 10 nov. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2008/11/20/ult4469u33474.jhtm>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

hoje um dos distritos mais violentos da capital paulista), contabilizaram 64 dias sem nenhum assassinato¹⁰⁴.

A segunda situação foi verificada em junho de 2010, quando se apurou o expressivo aumento da população carcerária do Estado. Naquela data, precisamente dois meses após a posse do mencionado secretário de Segurança Pública, a SAP divulgou que havia 149.097 encarcerados em São Paulo. Treze meses depois, o Depen divulgou que essa população totalizava 173.060 presos. Ou seja, um aumento de 24 mil presos e, portanto, mais de 61 pessoas presas por dia.

As outras duas situações foram percebidas em 2010, ao se examinar a alta exposição da população às drogas e o grande número de casos de agressão policial. Em pesquisa de opinião do NEV-USP, aplicada naquele ano – *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de Estado* (CARDIA, 2012) – foi possível constatar que na cidade de São Paulo o percentual de pessoas que declararam que alguém lhe oferecera drogas nos últimos 12 meses era de 6,2%, em 2010, apenas 10% menor que o coletado em 1999 (o ano de pico das taxas de homicídios dolosos), portanto dentro da margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos. Da mesma maneira, o percentual de respondentes paulistanos que revelaram ter sido questionados sobre onde obter drogas era de 6,2%, 82% maior que no final da década de 1990. Na mesma pesquisa constatou-se ainda que aproximadamente 3 em cada 100 pessoas questionadas afirmaram ter sofrido agressão ou maus-tratos de policiais, o mesmo número de 1999.

Em 2011, o contexto se manteve inalterado. Os homicídios e as chacinas continuaram em queda e o aprisionamento e a violência policial, em alta. Na capital paulista a taxa de homicídios era inferior a 10 por 100 mil habitantes, tendo sido registradas apenas três chacinas, e as polícias Civil e Militar mataram oficialmente, juntas, 242 pessoas, tornando-se assim

¹⁰⁴ SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. *Indicadores da criminalidade do Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.seguranca.sp.gov.br/novaestatistica/default.aspx>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

responsáveis por cerca de 20% dos assassinatos ocorridos na cidade de São Paulo. Para uma real dimensão desses números deve-se lembrar que no mesmo ano 404 pessoas foram mortas em confrontos com a polícia em todos os Estados Unidos (FBSP, 2013). Mas, a partir desse contexto surgiu um evento que se mostrou importante para explicar o atual movimento dos homicídios. Isso porque, em pouco tempo, a violência policial autorizada pelo Estado desencadearia uma contrapartida por parte de algumas de suas vítimas mais recorrentes, os envolvidos com organizações criminosas, dando proeminência aos conflitos entre agentes do Estado e do crime, tornando o registro desses conflitos uma relevante condicionante das taxas de homicídios.

PARTE VI – UM “NOVO” MOMENTO

Determinadas as principais condicionantes intraurbanas da variabilidade dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo, entre 2005 e 2011, constata-se que elas congregam a concentração de pessoas de alta renda e de jovens, assim como a combinação dos aspectos demográficos, etários e educacionais, em um dado período de tempo. Também se comprova que devem ser analisados o distrito policial, a possível existência de organizações criminosas em um dado local e as taxas dos anos anteriores, estas servindo como *proxy* da inércia dos assassinatos que ainda atinge locais específicos da capital paulista.

Em 2012, observamos o rompimento do armistício entre governo e crime, a intensificação dos conflitos entre estes dois atores e, na contramão da tendência de redução observada desde os anos 2000, o aumento da taxa de homicídios. Com efeito, esses conflitos adquiriram uma dimensão ampla o suficiente para tornar a sua análise essencial ao estudo do movimento desses crimes. À vista disso, o objetivo deste capítulo é contextualizar os embates entre as forças de segurança, sobretudo da Polícia Militar, e os criminosos, principalmente os ligados ao Primeiro Comando da Capital, indicar seu impacto no mencionado movimento e expor os principais fatores para a estabilidade, o crescimento ou a retração das taxas de homicídios no município de São Paulo, em 2012 e a partir de então.

O Conflito

Em 2005, quando as pretéritas taxas deixaram de ser a principal condicionante dos homicídios, atesta-se o arrefecimento do ciclo de vinganças que marcava o cotidiano da capital paulista até aquele momento. Essa constatação indica uma mudança significativa na variabilidade espaço-temporal dos assassinatos e a emergência de uma condicionante que em pouco tempo mostrou-se indispensável para o entendimento dessa variabilidade, isto é, a averiguação de atividades de organizações criminosas em um dado local.

Não muito tempo depois a importância dessas facções sobre a ocorrência de homicídios foi atestada empiricamente. A partir dos ataques de maio de 2006, da demonstração de força do crime, da reação violenta do Estado e da repercussão midiática, social e política diante destas ações, houve uma espécie de trégua entre criminosos e governo. Os atores envolvidos, dos dois lados, fortemente armados e coordenados entre si, compreenderam o risco que corriam e a necessidade de estabelecer um rearranjo de suas relações, a fim de possibilitar alguma previsibilidade e segurança às suas vidas. Conforme Feltran (2012), esse rearranjo funcionou nas tensões entre eles, administrou grande parte dos homicídios em São Paulo e condicionou as estatísticas paulistas a respeito destes crimes. Entretanto, em menos de três anos esse quadro começou a mudar.

A partir de 2009, e ao longo dos anos que se sucederam à posse de Antônio Ferreira Pinto como secretário, a política de segurança pública foi colocada em primeiro plano na administração do Estado, conduzindo as ações policiais fundamentalmente ao policiamento reativo-repressivo de enfrentamento à criminalidade. Esse movimento, inicialmente, provocou uma expressiva redução do número de chacinas e elevação de aprisionados (encarceramento em massa), política que gradativamente intensificou o conflito entre o governo e as organizações criminosas, com claras implicações para a ambos os lados.

Em 2011, quando o estado de São Paulo reunia 85.056 policiais militares e 34.480 civis, com valores executados pela PM de R\$ 8.453.452.575,90

(aproximadamente 28% dos totais executados nacionalmente)¹⁰⁵, a população carcerária paulista alcançou um contingente de 174.070 presos (FBSP, 2012), 6,3% maior do que o volume registrado no ano anterior. Esse movimento ocorreu a despeito da Lei de Medidas Cautelares (12.403), sancionada em maio de 2011, relativa à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares, prevendo ações alternativas para pessoas que respondiam a processos criminais, moderando seu ingresso na prisão.

Naquele mesmo ano as ações policiais implicaram em respostas das organizações criminosas. Essas se manifestaram em diversas circunstâncias, ganharam projeção e proporção, tornando-se fundamentais para o entendimento do movimento dos homicídios. Antes do final de 2011 o PCC difundiu um novo estatuto, que, entre outras coisas, determinou a postura que seus integrantes deveriam adotar diante da força de segurança pública. Como se pode ver a seguir, a facção explicitou que eles estavam autorizados a matar os agentes da força pública estadual.

Todo integrante tem o dever de agir com serenidade em cima de opressões, assassinatos e covardias realizadas por agentes penitenciários, policiais civis e militares. Quando algum ato de covardia, extermínio de vida, extorsões que foram comprovadas estiverem ocorrendo na rua ou nas cadeias, daremos uma resposta à altura. Se alguma vida for tirada com estes mecanismos, os integrantes cadastrados na quebrada do ocorrido deverão se unir e dar o mesmo tratamento. Vida se paga com vida e sangue se paga com sangue (18º artigo do estatuto do PCC, 2011).¹⁰⁶

Também não foi a casualidade que levou o secretário de Segurança Pública a utilizar, de forma sistemática, interceptações telefônicas realizadas por uma central de escutas montada dentro do Comando de Policiamento do Interior, ao qual nem mesmo o comando da região tinha acesso. De acordo com

¹⁰⁵ Conforme a “Pesquisa perfil das instituições de segurança pública”, de 2013, realizada pelo Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública. Nota: Alagoas não informou os valores executados naquele ano.

¹⁰⁶ NOVO ESTATUTO DO PCC. *O Vale*, [S.l.], 20 set. 2011. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/novo-estatuto-do-pcc-1.159706?localLinksEnabled=false>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

as informações amplamente veiculadas pela imprensa, a central de escutas seria gerenciada por um *software* de alta tecnologia (Sistema Guardião), com capacidade para monitorar centenas de linhas telefônicas simultaneamente. Ainda que colocada em funcionamento antes das posses de Antônio Ferreira Pinto, como titular da secretaria, e do coronel Paulo Adriano Lopes Telhada, como comandante da Rota, o uso dessa central ganhou projeção em 2009, quando foi transferida da Polícia Civil para a Polícia Militar, contribuindo de forma decisiva para as atividades policiais, em 2010, tornando-se, em pouco tempo, vital para as ações de segurança pública em São Paulo¹⁰⁷. Deve-se ressaltar que, efetivamente, a utilização desse aparato simbolizou a urgência de monitorar as ações dos integrantes das organizações criminosas e de orientar as da PM, sobretudo as operadas pela Rota, no referido contexto de conflito.

Do mesmo modo, em 21 de outubro de 2011, o mesmo secretário resolveu publicar a Resolução SSP-175. Homologada em caráter experimental, essa resolução tratava da reengenharia da Polícia Civil paulista e representou a sua premente necessidade de compartilhar circunscrições territoriais, agrupar as delegacias e os respectivos efetivos policiais, melhorar a atividade investigativa e unificar registros de ocorrências e estatísticas. Como relata Feltran (2012, p. 202),

[...] desde 2011 interlocutores de vários pontos da periferia da cidade, acostumados ao ordenamento do crime nos territórios, além de etnógrafos que também atuam com os temas, reclamavam que a quebrada estava largada, que havia mais mortes, que talvez houvesse cisão interna ao PCC (...) [porém] o governo, infenso a essas transformações, manteve suas mesmas políticas.

A cada dia os relatos de confrontos armados, chacinas e mortes violentas com características de execução tornavam-se mais frequentes e o clima de tensão na segurança pública se intensificava, como narrou padre Jaime Crowe, presidente da ONG Sociedade Santos Mártires¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Importante lembrar que a existência da central telefônica foi admitida publicamente apenas em 2013, quando Ferreira Pinto não era mais secretário de Segurança Pública.

¹⁰⁸ Fundada em 1988, a Sociedade Santos Mártires é uma associação civil sem fins lucrativos, localizada no distrito do Jardim Ângela.

Nos últimos tempos, a gente pode dizer, de modo especial, este ano de 2012 e 2011... o medo da polícia tem aumentado sensivelmente, e, inclusive, a gente percebe no Fórum em Defesa da Vida¹⁰⁹, aonde sempre tínhamos um diálogo aberto com os policiais, está cada vez mais difícil a presença dos policiais e cada vez mais retirados em si (29/09/2012)¹¹⁰.

O que se pode notar é que ambos, a polícia e o crime organizado, se preparavam para uma guerra não declarada. Como era de se esperar, ela teve como estopim um caso de “resistência seguida de morte”¹¹¹. No dia 28 de maio de 2012 policiais da Rota, supostamente, receberam um telefonema anônimo no quartel comunicando que integrantes do PCC encontravam-se em um lava-rápido próximo à favela Tiquatira, na região da Penha, Zona Leste de São Paulo – em um setor censitário do grupo 0 de distritos policiais, do regime espacial “baixo”, com indícios de atividades de organizações criminosas.

Segundo Dias et al. (2015), na versão da polícia, divulgada pelos meios de comunicação, os suspeitos participavam de uma reunião para organizar o resgate de um preso no Centro de Detenção Provisória do Belém. Quando chegaram ao local, 24 policiais da Rota, em 6 viaturas, teriam sido recebidos a tiros pelos membros do PCC. Mas, nenhum policial e nenhuma viatura foram atingidos pelos tiros. O resultado dessa ação foi a morte de 6 homens, a prisão de 3 e a fuga de outros 5.

Após esse caso, uma sequência de episódios redundou na morte de dezenas de policiais centenas de civis em confrontos com a polícia. Em 2012, um amplo conflito se estabeleceu entre as forças de segurança, sobretudo a PM, e o PCC. No terceiro trimestre, quando a violência na capital atingiu o ápice do ano, 92 pessoas foram mortas em confrontos policiais, mais que dobrando o

¹⁰⁹ Criado em 1996, o Fórum em Defesa da Vida (FDV) é uma rede suprapartidária, inter-religiosa e democrática, cujo o objetivo é estimular a participação popular, buscando desenvolver, monitorar e avaliar as políticas públicas da região dos distritos do Jardim Ângela, São Luiz e Capão Redondo.

¹¹⁰ Entrevista realizada por pesquisadores do NEV-USP no âmbito do projeto Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Violência, Democracia e Segurança Cidadã – Fapesp.

¹¹¹ Apenas em 7 de janeiro de 2013 a Resolução SSP-05, corroborando a Resolução 8/2012, do Conselho da Defesa Humana, colocou fim aos autos de resistência seguida de morte, desde então registrada como morte decorrente de intervenção policial.

número de mortos registrado nos mesmos meses de 2011. Eram constantes, então, as notícias acerca da existência de ordens por parte do PCC para assassinatos de integrantes das polícias, toques de recolher e atos de violência, como queima de ônibus. Por vários dias consecutivos, civis e policiais foram mortos (SINHORETTO, 2012; SILVESTRE, 2014).

Até aquele momento a SSP-SP negava que agentes das forças de segurança pública estivessem deliberadamente sendo atacados em horário de folga a mando do PCC, embora houvesse relatos de que policiais civis e militares recebiam, extraoficialmente, orientações de precaução contra possíveis ataques. Todavia, mantida a tendência de avanço dos confrontos, no dia 22 de junho o porta-voz da PM paulista confirmou a existência de um comunicado que colocava em estado de alerta os integrantes da corporação. Diante disso, os quase 100 mil policiais militares do estado de São Paulo receberam a orientação de conduta de segurança especial, que determinava cautela redobrada no atendimento de ocorrências, que passou a ser realizado por pares de viaturas, e na aproximação de veículos, motos e pessoas suspeitas.

O impacto dessa conjuntura pode ser claramente percebido nos registros policiais. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, em 2012, 82 policiais militares foram mortos fora de serviço no Estado, mais do que o dobro do que fora registrado no ano anterior, e 14 em serviço, 9 deles na capital paulista. O número de pessoas mortas em confronto com a PM aumentou 40,4%, entre 2011 e 2012, passando de 230 para 323 ocorrências. Ao comparar os primeiros trimestres desses dois anos, a alta foi de 10,3%. Na comparação entre os segundos trimestres de 2012, a elevação foi mais amena: 8,6%.

Ao mesmo tempo, conforme dados publicados no *Diário Oficial do Estado*, a Polícia Militar paulista matou 547 pessoas em casos de resistência seguida de morte. A esse número de mortos em confronto com a PM somam-se outros 17 contabilizados pela Polícia Civil, em serviço, perfazendo 564 ocorrências. Desse modo, se considerarmos os 4.836 homicídios dolosos que ocorreram no Estado, 1 a cada 10 mortes intencionais causadas por terceiros foi provocada por policiais. No ano anterior, 460 pessoas foram mortas em confrontos com a polícia, portanto, um aumento de 22,6% em apenas um ano.

Também o número de homicídios dolosos cresceu significativamente na cidade de São Paulo. Assim, os assassinatos apresentaram um aumento de 34,2%, passando de 1.019 assassinatos, em 2011, para 1.368, em 2012.

O crescimento do número de policiais mortos, de civis mortos em confronto com a polícia e dos homicídios resultou na exoneração de Antônio Ferreira Pinto, no dia 19 de novembro de 2012. Essa medida foi seguida por uma mudança na orientação da atuação das polícias, e em pouco tempo os confrontos entre Estado e crime foram reduzidos, sendo a tendência de queda das taxas de homicídios reestabelecida.

Mas esse novo cenário não evitou que 2012 tenha sido nomeado por alguns especialistas como o ano do “cenário de guerra” ou da “crise na segurança pública”. E de fato, não suprimiu os confrontos nem as mortes condicionadas por eles.

O Movimento Atual e Seus Contextos

Em 2012 as políticas do crime e do Estado mostraram-se preparadas para interferir diretamente na ordem urbana como um todo e, ao mesmo tempo, capazes de interromper a tendência de redução dos homicídios e consolidar as chacinas como uma das manifestações de violência urbana mais recorrentes. Desse modo, pode-se afirmar que as execuções sumárias ocorridas após a morte de policiais ou de integrantes de grupos criminosos constituem fator essencial para as análises dos homicídios em São Paulo.

Deve-se notar, entretanto, que a referida demonstração é muito pouco provável fora de um contexto em que são identificadas atividades de uma facção criminosa forte o suficiente para afetar as decisões e ações políticas de segurança pública. Além disso, detentora de um controle e de uma autoridade que a permitem distribuir justiça, proteção e punição entre os moradores de um território, capaz de exigir que seus integrantes cometam assassinatos de policiais. Consequentemente, também é necessário perceber que esse é apenas um dos muitos contextos indicados nesta tese.

Nas análises feitas foi possível encontrar diferentes contextos para o movimento dos homicídios, em determinados locais e períodos. Esses contextos podem ser caracterizados pelas condicionantes que melhor explicam a variabilidade das taxas de homicídios. Por outro lado, não foi possível comprovar que qualquer um desses contextos tenha desaparecido por completo. Na verdade, tudo leva a crer que eles, de algum modo, coexistam ainda hoje. E, ao coexistir, afetam continuamente uns aos outros.

A variabilidade das taxas de homicídios só pode ser entendida quando analisamos simultaneamente cada um dos contextos em separado e em interações. Nesse ponto, os primeiros a serem analisados estão diretamente relacionados ao supracitado, isto é, os que envolvem indícios de organizações criminosas.

Nessa perspectiva, dois aspetos tornam-se fundamentais. O primeiro revela que esses indícios não são encontrados em toda a cidade, assim como

não são encontrados apenas em locais comumente definidos como periferias. Avaliando o indicador de organizações criminosas (NERY et al., 2014) e considerando o quadro de 2007-2008, período em que elas se mostraram uma importante condicionante das taxas de homicídios, observa-se que em 16% dos setores censitários existiam indícios de atividade destas facções. Esse quadro pode ter se agravado nos últimos anos, todavia, ilustra o fato do crime organizado estar localizados em espaços específicos da capital paulista.

Ainda examinando o referido indicador, apura-se que as atividades das organizações criminosas estavam distribuídas por todos os distritos policiais da cidade, sem exceção. Além disso, naquele período, confirmou-se que os DP que percentualmente mais reuniam setores censitários com indícios dessas atividades são do grupo 1, boa parte desses setores em locais como Bom Retiro, Santa Efigênia e Sé, identificados simbólica e geograficamente como áreas da região central da cidade de São Paulo (Tabela 6).

Tabela 6 - Setores censitários totais e com indícios de organizações criminosas, segundo DPAT.

Período	DPAT	Setores censitários		
		Total	Com indícios de organizações criminosas	
			Número absoluto	Percentual
2007-2008	Total	18.953	3.006	15,9%
	0	6.208	916	14,8%
	1	1.300	328	25,2%
	2	2.976	380	12,8%
	3	8.469	1.382	16,3%

Fonte: Ocorrências criminais selecionadas – Infocrim/SSP-SP

O segundo aspecto mostra que nos setores que apresentam aqueles indícios três condições são as mais recorrentes:

- as taxas de homicídios são regularmente altas ou baixas;
- as taxas apresentam tendência de elevação; e
- as taxas são baixas, porém esporadicamente apresentam picos.

Consequentemente, existem três contextos associados aos indícios de atividade criminosa organizada. No primeiro, o crime “regula” as taxas de homicídio, mantendo-as com valores diferentes de zero e relativamente estáveis. Estudos com uma perspectiva mais qualitativa também apontam para a mesma tendência.

De acordo com Feltran (2010b), Telles e Hirata (2010) e Dias (2013), nos territórios onde o PCC exerce influência em São Paulo, ele se constitui como instância de mediação e regulação do comércio de drogas ilícitas. Todavia, essa instância não compreende apenas as dimensões comercial (relativa à produção, venda e distribuição de drogas) e política (que diz respeito às relações de poder direta ou indiretamente relacionadas a essa atividade). Ela alcança os conflitos da vida cotidiana, como brigas entre casais, entre pais e filhos, entre vizinhos, e as desordens locais, tais como som elevado e algazarras de rua promovidas por crianças, adolescentes e jovens adultos. Esses conflitos e essas desordens estão sob uma rígida regulação das condutas públicas e privadas, que prevê punições aos seus transgressores. Desse modo, os membros do PCC assumem para si o direito de arbitrar sobre quem mata, quem vive e quem morre.

No segundo contexto as taxas tendem a ser altas e conexas a periódicas mortes de civis em confronto com a polícia e de policiais, sobretudo em casos com características de latrocínio e execução. Nesse caso, os estudos têm demonstrado a existência de relação entre homicídios, chacinas e a dinâmica de violência e de vingança que sucedem às intervenções violentas da polícia e às mortes de policiais (BUENO, LIMA, 2012; OLIVEIRA, 2012; FELTRAN, 2012; SILVESTRE, 2014; DIAS et al., 2015). Assim, o confronto passa a fazer parte do repertório das ações do governo e do crime não como exceção, mas como referencial ético, político e ideológico que baliza a administração da violência e a conduta de todos os atores envolvidos.

No terceiro contexto as taxas de homicídio são baixas, mas eventualmente ocorre o assassinato de um conjunto de pessoas, em determinados momentos e locais, o que as elevam significativamente. Nos anos 2000 eram mais comuns os trabalhos que tratavam de chacinas motivadas por interesses de moradores e comerciantes que buscavam “limpar” a

sua área de delinquentes e criminosos (ou supostos criminosos), pela atuação extraoficial de forças policiais que pretendiam manter a “ordem pública” e pela execução de punições por ordem do tráfico, que demonstrava seu poder eliminando possíveis delatores, rivais e aqueles que contraíam dívidas no comércio e consumo de drogas (PERALVA, 2001; CARDIA ADORNO, POLETO, 2003; MANSO, 2005; TELLES, 2010). Esses trabalhos são hoje menos numerosos dentro da literatura especializada nas ciências sociais, o que parece justificável diante do menor número de chacinas, da dificuldade de estabelecer suas motivações e de demonstrar sua associação com fatores econômicos, por exemplo.

De fato, nesta tese essa associação só foi estatisticamente confirmada em 2002, no grupo 3 (alto) – conforme Tabela 1. Quando e onde constata-se uma relação significativa e positiva entre renda e homicídios. Entretanto, as ocorrências de chacinas (não geradas necessariamente pelo confronto entre policiais e criminosos, como explicado acima) não parecem restritas a 2002 e aos distritos policiais (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009; MALVASI, 2012), sendo ainda, portanto, uma importante manifestação de violência no meio urbano paulistano.

O quarto contexto a ser considerado é o caracterizado pela falta de indícios de organizações criminosas e pela associação das pretéritas taxas de homicídios com as que as sucedem. Nele, essas taxas são condicionantes significativas e explicativas da variabilidade das taxas de assassinatos que as sucedem, o que leva a crer que os ciclos de vingança se perpetuam e se constituem como um aspecto fundamental do movimento dos homicídios locais. Existem diversos estudos atuais acerca dessa questão (TELLES, HIRATA, 2010; HIRATA, 2010; MANSO, 2012), sobre os quais cabe salientar a importância de examinarem esses ciclos em situações caracterizadas pela disseminação de homicídios e vinganças, em que assassinatos provocam retaliações e novos assassinatos, criando círculos viciosos de reprodução da violência.

É possível constatar, ainda hoje, que as vinganças atuam como fator explicativo dos homicídios em diversos pontos da cidade de São Paulo. Isso porque as brigas de bar e os desentendimentos entre vizinhos, colegas e casais,

pautados no reconhecimento público e na respeitabilidade social (OLIVEIRA, 2016) ou na afirmação de um *ethos* de masculinidade e em valores como agressividade e virilidade (ZALUAR, 1985; BARCELLOS, ZALUAR, 2014), por exemplo, ainda são suficientes para gerar discórdias, discussões, conflitos, mortes, rixas e mais mortes, mesmo em conjunturas de baixas taxas de homicídios.

O quinto contexto é aquele no qual o registro de homicídios dolosos é raro¹¹². No período 2000-2008, 30% dos setores censitários da capital tinham como padrão a não ocorrência de assassinatos (padrão baixo0; Figura 2). Nota-se que é muito provável que o número de setores com esse predicado tenha aumentado devido à queda dos homicídios na cidade como um todo e por uma interessante condição. Esta revela a excepcionalidade de setores censitários que mantêm altas taxas de homicídios dolosos quando as suas vizinhanças possuem baixas taxas (alto-baixo); apenas 0,2% dos setores apresentaram esse padrão no período, e uma tendência de assumirem uma condição em que não há registro de homicídios (baixo0).

Com os mesmos dados presentes em Nery et al. (2012), foi possível confirmar nesta tese a tendência de um local violento circundado por outros não violentos não mais registrar homicídios de um ano para outro – sendo interessante observar que essas localidades apenas eventualmente adquirem o regime “baixo” antes de mudar para “baixo0”. Desse modo, a estabilidade das taxas em valores mínimos é uma situação que atinge parte relevante da cidade. Essa parcela da capital paulista se distingue, sobretudo, pela alta concentração de responsáveis com renda superior a vinte salários mínimos (R20S) – 2,8% das pessoas que nela residem possuem essa renda, percentual, ressalte-se, 166,9% maior do que o do conjunto de setores com baixas taxas de homicídios (baixo), o padrão que mais se aproxima do baixo0, cuja concentração desses responsáveis é de apenas 1,0%, segundo dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010).

O sexto contexto é o mais abrangente. Ele é característico porque a variabilidade das taxas de homicídios está significativa e fortemente associada

¹¹² Deve-se ressaltar que durante o processo de elaboração desta tese não foram encontrados trabalhos que tivessem como objetivo de estudo a não ocorrência de homicídios.

ao perfil sociodemográfico dos locais e, principalmente, ao modo como esse perfil se desenvolveu no tempo. Nota-se que Beato (1998), por exemplo, já há algum tempo constatou que os estudos realizados têm demonstrado que existem fatores (econômicos, infraestruturais, demográficos e sociais, entre outros) invariavelmente associados com as taxas de criminalidade, ao passo que outros fatores apresentam comportamento mais volátil, algumas vezes sendo estatisticamente significantes, outras vezes não. Essa constatação foi corroborada por trabalhos mais atuais (HARTUNG, 2009; BIDERMAN, MELLO, SCHNEIDER, 2010; MIRAGLIA, 2011; PERES et al., 2011a; CERQUEIRA, MELLO, 2012; NERY, 2012; NERY et al., 2012; TEIXEIRA, 2012) e ratifica a relevância do estudo acerca do efeito das variáveis sociodemográficas sobre as taxas de homicídios.

Portanto, se por um lado a pressuposição de que a maior ou a menor conjugação de vulnerabilidades estruturais e carências sociais elucida o fato de que a variabilidade das taxas de homicídios não é verdadeira em todos os locais e momentos, por outro ela é hoje a principal explicação para o movimento dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo.

PARTE VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é necessário puxar muito pela memória para lembrar que os diversos capítulos desta tese apresentam reiteradamente o mesmo entendimento da cidade de São Paulo: ela é heterogênea e dinâmica. Uma cidade em que as várias fases de seu processo de urbanização, por tantas vezes supostas extintas, persistem, coexistem e interferem no cotidiano de muitos paulistanos. Na prática, essas persistências são visíveis hoje e oferecem um prisma para a interpretação do seu passado e do seu presente. Elas estão nas condições sociodemográficas, nas políticas do Estado e nas manifestações sociais.

Entretanto, a correta interpretação da capital paulista só se efetiva quando percebemos que, além das continuidades, o que a distingue da maior parte das cidades brasileiras são as céleres mudanças que transformam a paisagem e a morfologia urbana, atuando em todas as esferas da vida de seus moradores, em suas memórias e nas suas destinações possíveis. Portanto, como em Marx e Engels (1994, p. 12), também é verdade que “[...] tudo que era sólido e estável se esfuma”; ou, como em Berman (2012): tudo que é sólido desmancha no ar.

Toda mudança rápida tende a acarretar desorganização social, sendo poucas as esferas da vida que se mantêm equilibradas ou integradas nesta condição. Os serviços públicos não acompanham o crescimento da cidade; há crise de habitações, apesar do ritmo acelerado das construções; o sistema de transporte urbano é ineficiente e encarece onerosamente a qualidade de vida; a polícia e as políticas de segurança pública não atendem às demandas da população por proteção coletiva contra os ataques que colocam em risco, entre outros, o direito à vida. Não obstante, a avaliação dessa tendência geral, assim como as explicações genéricas provenientes dela, não nos ajuda a entender os fenômenos sociais mais complexos e dinâmicos.

Nota-se que, na metrópole paulista, a prestação de serviços, as moradias, o transporte público e o policiamento, por exemplo, possuem níveis de acessibilidade e qualidade consideravelmente diferenciados e estão em constante transformação.

Tal como ocorre com as taxas de homicídios, que são substancialmente distintas nas diferentes áreas da cidade e que variam regularmente, resultado das transformações estruturais (urbana, econômica, tecnológica, política etc.) e das relações sociais, que tanto se consolidam enquanto continuidades históricas como se atomizam, se deslocam e se rearranjam.

Em suma, por trás de todo esse cenário existe uma sociedade em constante mudança, em permanente (re)construção, que se realiza nos variados espaços por onde os indivíduos circulam e interagem uns com os outros, durante certo período de tempo. Examinar criticamente os estudos que abordam essa mudança, à luz dos resultados obtidos nesta tese, é, certamente, o maior e o mais importante desafio da reflexão a ser desenvolvida neste último capítulo. Uma reflexão que discute e problematiza e as dificuldades vinculadas à elaboração desses estudos e que justifica a relevância deles hoje para o entendimento do movimento do crime urbano, em geral, e dos homicídios dolosos, em particular.

Um Estudo Sobre Mudança Social

Na cidade de São Paulo verificou-se que as análises das mudanças sociais revelam o seu passado e o seu presente: o padrão de crescimento urbano, a expansão dos bairros periféricos, a tardia ação do Estado, a segregação e a mobilidade socioespacial, os diferentes graus de inclusão-exclusão no acesso aos benefícios urbanos, os problemas ambientais, a vulnerabilidade civil e socioeconômica, as relações de sociabilidade, as manifestações de violência etc. Assim sendo, fornecem os elementos estruturadores para estudos sobre desigualdade e crime, a proposição de uma visão integrada das condições de vida na metrópole, a construção de indicadores territoriais intraurbanos e a formulação de políticas públicas.

As pesquisas sobre a capital paulista aqui citadas, desde os clássicos estudos dos anos 1970 até os mais recentes, demonstram que a investigação da mudança social continua sendo, sob vários aspectos, uma importante fonte de conhecimento, notadamente diante de uma sociedade complexa, com seus dilemas, suas contradições e possíveis formas de superação. Esta tese buscou demonstrar o mesmo. A reflexão que promove acerca do processo de urbanização e as análises sobre o movimento dos homicídios precisam ser consideradas em seu conjunto e tomadas não como um “foco de referência”, mas como o ponto de partida para uma discussão sociológica realmente explicativa do movimento da criminalidade e para a elaboração de políticas públicas de segurança verdadeiramente eficazes e democráticas.

Ainda com relação à reflexão aqui proposta, obviamente o processo de urbanização considerado, os modelos explicativos e os padrões intraurbanos adotados refletem as características de um contexto específico, o paulistano, não sendo diretamente universalizáveis. Todavia, de forma mais genérica, é possível traçar paralelos entre o desenvolvimento da cidade de São Paulo e a configuração espacial de outras urbes. Outrossim, sem deixar de fazer ressalvas quanto à existência de diferenças entre a capital paulista e qualquer outra cidade do mundo, esses paralelos podem ser úteis na avaliação da variabilidade das taxas de homicídios e suas condicionantes.

Há muitas razões – empíricas, teóricas e práticas – a serem consideradas, isoladamente ou em conjunto, para que o sociólogo se interesse pelo estudo dos processos de urbanização, quando ele está envolvido em pesquisas que buscam explicar manifestações sociais conexas a estes processos, como os crimes. Duas dessas razões merecem destaque. A primeira está relacionada ao fato das sociedades humanas modernas sempre se encontrarem em permanente transformação, por mais “estáveis” ou “estáticas” que elas pareçam ser. Essa transformação, quando redundando em mudanças sociais, tende a ser mais visível nas análises microsociológicas do que nas macrosociológicas, de conjuntura. Em vista disso, a importância de estudos em escala intraurbana.

A segunda razão está ligada à tendência dos ritmos de mudança variar de uma sociedade para outra. Assim sendo, da mesma forma que hoje existem várias “São Paulos” na capital paulista, não se pode negligenciar a heterogeneidade espaço-temporal citadina e a chance de ela interferir gravemente nas análises de qualquer área de estudo urbana. Ou seja, se sabemos que existem alguns locais caracterizados pelo acelerado processo de verticalização e outros pela simultaneidade de atividades rurais e urbanas, respectivamente, como o demonstram os setores censitários do agrupamento “habitação irregular concentrada em áreas de urbanização atual” e “habitação em áreas periurbanas” (Figura 4), a pressuposição de que esses setores podem ser reunidos em uma análise, sem qualquer controle, não parece ser adequada. O motivo disso é que as mudanças e manifestações sociais, como as que envolvem o movimento dos homicídios, por exemplo, tendem a não ser interpretadas quantitativamente e qualitativamente com clareza, quando aglomeradas em contextos com dinâmicas diferentes e assistemáticas.

A análise do movimento dos homicídios constituiu uma tentativa de refinamento científico e de complementação das pesquisas que buscaram explicar a variabilidade das taxas de homicídios em São Paulo, cidade ou Estado, de forma monista ou dualista, em um período de tempo longo. Não como uma forma de refutá-las, mas de qualificar o debate sobre a questão e de substituir os resultados

estatísticos e as descrições empíricas por interpretações sociológicas e explicações adequadas a cada contexto identificado.

Diante da importância das condições sociodemográficas revelada nesta tese, deve-se admitir de antemão, partindo de uma proposição científica, que são poucos os dados acessíveis, entre os considerados fundamentais para o conhecimento dos fenômenos demográficos, particularmente na perspectiva intraurbana. Na verdade, esses dados são basicamente os dos levantamentos censitários, realizados a cada dez anos. Em Nery (2006) foram encontradas fortes evidências que consolidam a malha censitária digital como unidade cartográfica adequada à análise dos homicídios, um resultado que auxilia na construção, em bases sólidas e experimentais, do debate sobre que unidade de análise é necessária para os sistemas de produção de dados e indicadores socioespaciais no país. Neste trabalho, a importância dos dados censitários é reiterada e a premente necessidade de dados qualificados e coletados regularmente é posta em primeiro plano. Esses dados, ao olhar o passado, permitiram verificar, por exemplo, que os jovens e a alta renda influenciaram o movimento dos homicídios e que, no futuro, poderão confirmar se e onde esta influência se mantém significativa.

Interessante perceber que em uma cidade dinâmica como São Paulo também existe espaço para permanências, afirmação e repetição. Um fato confirmado pela importância dos distritos policiais para as análises da variabilidade dos homicídios, uma vez que as características destes se mostraram associadas ao período no qual as suas áreas foram definidas e, portanto, a um momento histórico e das condições sociais de uma época. Nota-se ainda que os jovens continuam sendo as principais vítimas de violência policial e a renda segue proporcionando um tipo de “efeito protetor” contra as mortes violentas intencionais. E, o que mais chama a atenção, uma relevante parcela da cidade se conserva livre de registros de homicídios dolosos. Uma continuidade que só pode ser entendida quando observamos como os mecanismos de mudança que reajustam as partes do sistema social – estrutural, organizatória e moralmente – mantêm essa condição social. Isso porque é ingênuo imaginar que somente uma maior presença de pessoas com mais de 20

salários de renda (característica que marca os setores censitários que têm como padrão o não registro de homicídios – padrão baixo, conforme Figura 2) – seria suficiente para sustentar uma condição como aquela.

Do mesmo modo, o entendimento dos ciclos de vingança não se dá de forma simples. Os achados descritos nesta tese evidenciam que se deve levar em conta as dinâmicas do comportamento coletivo. Assim, quando esses ciclos se perpetuam e se constituem como um aspecto fundamental do movimento dos homicídios, o que conta decisivamente são as atitudes e as motivações que orientam os indivíduos, em face de suas consequências reconhecíveis – as quais estão associadas aos mecanismos coletivos de percepção, de explicação e de intervenção na realidade. A propósito, cabe lembrar que as características sociodemográficas dos locais onde os ciclos de vingança foram detectados revelaram-se pouco significativas para explicar as razões que levam estes espaços a apresentar altas ou baixas taxas de homicídios.

Tais atitudes e motivações são altamente instáveis e móveis. Assim, exemplificando, ainda que em São Paulo a estrutura urbana não tivesse sofrido grandes transformações no decorrer anos 2000 (o que na verdade não ocorreu), os ciclos de vingança poderiam ter sido atenuados não pela influência de uma condicionante específica (atuação policial, melhoria da infraestrutura urbana, controle territorial do crime organizado etc.), mas pela alteração da conjuntura histórico-social, o que reforça a ideia de efeitos geracionais sobre as taxas de homicídios. Essa questão é complexa e não pode ser abordada profundamente nos limites deste trabalho. Entretanto, torna-se fundamental que ela não seja esquecida pelas ciências sociais.

A teoria que aqui se pretende esboçar gira em torno da questão da mudança social. Proposta que enfatiza o caráter espaço-temporal dessas mudanças e que, portanto, está centrada na identificação das permanências e transformações que se sucedem em lugares e períodos característicos. O entendimento das manifestações sociais, como os crimes, pressupõe essa identificação, dado que elas tendem a apresentar dependência espacial e temporal. Nesta perspectiva, a verificação dessas dependências, e da sua força, é um dos aspectos fundamentais para compreendê-las.

Observa-se que esta verificação abrange diversos âmbitos da vida social, isto é, demográfica, econômica, criminal etc., bem como o desenvolvimento desses âmbitos ao longo do tempo. Outrossim, defende-se a efetividade do caráter analítico e multidimensional da Sociologia e da Geoinformação. Essa defesa tem como norte a compreensão de que a sociedade, sobretudo no contexto urbano, aparece como uma massa heterogênea marcada por equilíbrios e desequilíbrios, estabilizações e desestabilizações. Mas, também, organizada do ponto de vista de sua infraestrutura física e social.

Parte dessa infraestrutura pode ser mensurada, assim é possível elaborar variáveis sensíveis à sua dimensão e variação. Portanto, adequado às análises estatísticas. Quando o reconhecimento de padrões recebe destaque. Basicamente, o reconhecimento de padrões é a área de pesquisa que tem por objetivo a classificação de objetos ou eventos em um número de categorias ou classes homogêneas. Nesta tese, a proposta é que se parta da classificação dos lugares pelo padrão das taxas de homicídios dolosos e das características sociodemográficas, em uma perspectiva longitudinal.

Parte da referida infraestrutura não pode ser mensurada. No entanto, a busca por padrões ainda se mostra fundamental. Diante disso, as reflexões sobre a multiplicidade de elementos de mudança da vida social ganham relevo. Aqui, a visão sobre mudança a coloca em um quadro de reconhecimento de multiperspectiva. Ela pode ser interpretada sob diversas escalas temporais (curta, média e longa duração) e espaciais (cidades, bairros, grupos sociais e protagonistas individuais) e ritmos (permanência e ruptura). Se qual for a interpretação selecionada o que se defende é que a análise das escalas e dos ritmos não podem ser negligenciados pelos autores do trabalho científico e devem contemplar os aspectos teóricos e metodológicos empregados por esses autores. Portanto, conforme evidenciado nesta pesquisa, as mudanças da urbe não é um tema transversal e sua abordagem é essencial para toda a análise. Mesmo quando estatisticamente as características e o desenvolvimento delas não são os fatores mais explicativos da manifestação social em estudo.

Diante disso, no que concerne às atuações dos agentes de Estado no combate ao crime e às políticas de segurança pública, deve-se dizer que elas não são provenientes de um processo automático de ação e reação. Dadas as condições de organização da sociedade, o Estado pauta muitas das suas ações, se não a maior parte delas, no querer coletivo dos grupos sociais e opera tendo em vista os seus interesses e valores, graduados pela importância desses grupos, isto é, o papel atribuído a eles em virtude de poder e hierarquias sociais. Essa graduação tem impacto direto na diferenciação estrutural e funcional do Estado, considerada em condições particulares de tempo e de espaço. O fato da violência policial atingir primordialmente grupos sociais específicos, em locais característicos, por exemplo, está relacionado à forma como estes são vistos, assim como à estrutura e aos mecanismos de controle social que, na verdade, revelam o poder político e econômico e as inquietações dos grupos dominantes.

Quanto à atividade das organizações criminosas e sua capacidade de interferir na ordem urbana, entende-se que estes assuntos não podem ser explicados mediante a simples verificação desta atividade e interpretação dos efeitos de sua presença em um determinado local. Mas as explicações também não podem desconsiderar esse aspecto. O investigador deve partir dessa verificação, dos efeitos mensuráveis ou observáveis, mas, além disso, considerar que estes efeitos complexos são ainda mal conhecidos e explicados pela sociologia, tanto empírica quanto teoricamente. O problema é, pois, o ponto de partida. Aqui, defende-se a ideia de que a consideração da análise daquelas organizações sob o ângulo da sociologia descritiva confere um viés profícuo às pesquisas, pois foca os seus esforços na determinação do significado dinâmico das alterações que elas provocam no âmbito do sistema social concreto. Uma perspectiva que muitas vezes serviu de referência para o desenvolvimento da tese.

Em São Paulo, o desenvolvimento de uma análise nessa perspectiva certamente envolveria o estudo do local de residência e de ocorrência do crime cometido pelas pessoas que estão ou passaram pelo sistema prisional e da ação do Primeiro Comando da Capital nestes locais e dentro das prisões. Em estudos futuros é fundamental observar espaços e frações de tempo restritos, em que se

deem determinadas interações entre indivíduos ou grupos de indivíduos e, assim, buscar explicações para a qualidade das relações sociais, as vinculações entre os tipos de contato, o caráter e o grau de estabilidade da interação social, os influxos sociais construtivos da competição, da cooperação e do conflito, entre outros.

Além da questão sociológica, ainda se considera que esta tese pode contribuir com as políticas de segurança pública. Nesse aspecto, promovendo uma ampla revisão de críticas prematuras ou infundadas que apontam a sociologia, a psicologia social, a antropologia etc. como fonte de estudos com pouco pragmatismo, quer dizer, de precário uso objetivo pelos agentes do Estado.

Nota-se a importância dada às ações de segurança pública nesta tese. Aqui foram encontrados resultados que evidenciam a associação dessas ações na queda dos homicídios e no fortalecimento do PCC, como resultado de uma política de segurança baseada em enfrentamento e aprisionamento, assim como na redução do número de chacinas e no aumento do número de mortes relacionadas aos conflitos entre o poder público e as organizações criminosas, diante das altas taxas de letalidade policial e da guerra contra o crime. Cada uma dessas associações se mostrou mais ou menos significativa em momentos e locais específicos. Igualmente, percebe-se a gravidade das políticas públicas em âmbito municipal e federal, quando se comprova o efeito do desenvolvimento da infraestrutura urbana, das condições demográficas e da renda familiar no movimento dos homicídios.

A questão que aqui se coloca é que as mudanças que interferem nesse movimento, assim como o ritmo dele, e os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento e transformação não podem ser entendidos por uma teoria universal e atemporal. Mas, no lugar de apenas esboçar uma crítica, deve-se sublinhar que as explicações propostas, ou até mesmo as “teses”, podem ser em parte verdadeiras. Assim sendo, reaviva-se o valor de avaliar os contextos existentes no local onde se deseja intervir, bem como a maneira como esses contextos se desenvolveram no tempo, para se estabelecer um entendimento fecundo sobre este local.

Enfim, existem razões teóricas e práticas para justificar o estudo das mudanças sociais. Esta investigação justifica-se plenamente, o que reafirma a importância da ecologia urbana, do estudo das estruturas sociais e das representações, assim como das pesquisas psicossociológicas, por exemplo. Mas, existem dificuldades que são inerentes a todos esses estudos. Do ponto de vista sociológico, existe a premente dificuldade de definir a área e o período da pesquisa, o que requer recursos metodológicos que permitam identificar e explicar os processos sociais a partir desta definição. Nesta tese o método escolhido foi o quantitativo e descritivo, com o emprego de técnicas estatísticas e geoestatísticas, cujo resultado atendeu satisfatoriamente às necessidades da pesquisa. Além disso, destacam-se a dificuldade de expor as teorias científicas que fundamentam as explicações, a influência de atitudes e avaliações extracientíficas que derivam de opções político-ideológicas e as formas como as mudanças locais se ligam aos fenômenos mais gerais (macro/global) e históricos.

Na perspectiva dos agentes públicos, ou melhor, da segurança pública, tendo como ponto de partida o movimento dos homicídios dolosos, as dificuldades estão relacionadas a uma visão não condizente com a complexidade da questão. Essa visão está habitualmente baseada nas já citadas “teses” (conforme MISSE, 1995) e é guiada pelos interesses e necessidades dos já referidos grupos sociais dominantes ou, como diria Gramsci (1999), hegemônicos.

Para novas políticas de segurança públicas, eficientes, democráticas e capazes de interferir nas taxas de assassinatos, o entendimento da variabilidade e das condicionantes dessas taxas é fundamental. Todavia, não só se precisa de conhecimentos prévios mais sólidos e profundos sobre os diversos contextos dos homicídios, como se torna indispensável saber, de antemão, quais são as mudanças que se pretende provocar, como e em que medida as desencadear. De fato, mudanças sociais podem ser produzidas. Mas elas somente se tornam efetivas quando se tem em vista tanto os diagnósticos que apresentem as condições favoráveis ou desfavoráveis para o desenvolvimento das políticas de segurança como os influxos na reintegração do sistema social diante das mudanças que essas políticas buscam impetrar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Daisy Maria Xavier de; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. Diferenciais de mortalidade entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, 1985-1995. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 514-521, 2000.
- ADORNO, Sérgio. A síntese criminológica: diagnóstico e prognóstico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. *Anais...* São Paulo: IMESP, 1980.
- _____. A gestão filantrópica da pobreza urbana. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 8-17, 1990a.
- _____. *Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime*. São Paulo: NEV-USP, 1990b. Mimeo.
- _____. O sistema de administração da justiça criminal (fragmentação e conflito no caso paulista). *São Paulo. Caderno de Pesquisas*. São Paulo: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 1991a. v. 2, p. 80-82.
- _____. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991b.
- _____. Sistema penitenciário no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 65-78, 1991c.
- _____. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 299-342, 1993.
- _____. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*, São Paulo, n. 21, p. 133-151, 1994.
- _____. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, Mauro Wilton (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995a.
- _____. Violência e civilização. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: Ed. Universidade Católica de Pelotas. p. 77-106, 1999.
- _____. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 299-342, 1995b.
- _____. Discriminação racial e justiça criminal. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 45-63, 1995c.

_____. Crise no sistema de justiça criminal. *Ciência e Cultura*, Campinas (SP), v. 54, n. 1, p. 50-51, 2002a.

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, 2002b.

_____. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social, - revista de sociologia da USP*, São Paulo v. 15, n. 2, p. 103-140, 2003.

_____. O direito na política moderna. *Revista CULT*, Rio de Janeiro, v. 81, 2004.

_____. Análise de pesquisa – segurança. In: FOLHA DE S.PAULO. *DNA Paulistano*. São Paulo: Publifolha, 2009. p. 359-362.

_____. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2015.

_____; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 62-74, 1999.

_____; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 66-90.

_____; DIAS, Camila Caldeira Nunes; NERY, Marcelo Batista. A cidade e a dinâmica da violência. In: KOWARICK, Lúcio; FRUGOLI Jr, Heitor (Org.). *Pluralidade urbana em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____; PASINATO, Wania. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 51-84, 2010.

_____; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

AKERMAN, Marco; BOUSQUAT, Aylene. Mapas de risco de violência. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 112-120, 1999.

ALMEIDA, Eduardo S.; HADDAD, Eduardo A.; HEWINGS, Geoffrey J. D. The spatial pattern of crime in Minas Gerais: an exploratory analysis. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto (SP), v. 9, n. 1, p. 39-55, 2005.

ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas". *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, n. 82: 109-130, 2008.

ANDRADE, Mônica Viegas; LISBOA, Marcos de Barros. *Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997*. [S.l.]: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ANDREUCCETTI, Gabriel et al. Reducing the legal blood alcohol concentration limit for driving in developing countries: a time for change? Results and implications derived from a time-series analysis (2001–10) conducted in Brazil. *Addiction*, [S.l.], v. 106, n. 12, p. 2124-2131, 2011.

_____ et al. Alcohol consumption in homicide victims in the city of São Paulo. *Addiction*, [S.l.], v. 104, n. 10, p. 1998-2006, 2009.

ANSELIN, Luc. *GeoDa™ 0.9 user's guide*. Urbana, Illinois: Spatial Analysis Laboratory, Department of Agricultural and Consumer Economics, University of Illinois, 2003.

_____ et al. Spatial analyses of crime. In: DUFFEE, David (Ed.). *Criminal justice 2000*. Washington, DC: National Institute of Justice, 2000. v. 4, p. 213-262.

ARAÚJO, Edna Maria de et al. Spatial distribution of mortality by homicide and social inequalities according to race/skin color in an intra-urban Brazilian space". *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 549-560, 2010.

ARZABE, Patrícia Helena Massa; GRACIANO, Potyguara Gildoassu. A declaração universal dos direitos humanos-50 anos. *Direitos humanos, obra coletiva*. São Paulo: Centro de Estudos da PGE, 1998.

ASBRIDGE, Mark; WEERASINGHE, Swarna. Homicide in Chicago from 1890 to 1930: prohibition and its impact on alcohol- and non-alcohol-related homicides. *Addiction*, [S.l.], v. 104, n. 3, p. 355-364, 2009.

ASSUNÇÃO, Renato Martins et al. Mapas de taxas epidemiológicas: uma abordagem Bayesiana. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 713-723, 1998.

BAILEY, Trevor; GATRELL, Anthony. *Interactive spatial data analysis*. Essex, England: Longman Scientific & Technical, 1995.

BALLER, Robert et al. Structural covariates of us county homicide rates: incorporating spatial effects. *Criminology*, [S.l.] v. 139, n. 3, p. 561-588, 2001.

BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida. Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996. *Revista Panamericana de Salud Publica*, Washington, DC, n. 2, p. 118-124, 2000.

_____; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida; MORAES, José Cássio de. Desigualdades sociais e homicídios em adolescentes e adultos jovens na cidade de São Paulo em 1995. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 2, n. 1-2, p. 50-59, 1999a.

_____; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida; MORAES, José Cássio de. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 711-718, 1999b.

_____. et al. Intra-urban differentials in death rates from homicide in the city of São Paulo, Brazil, 1988–1994. *Social Science & Medicine*, [S.l.], v. 47, n. 1, p. 19-23, 1998.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1992.

BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista de Saude Pública*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 94-102, 2014.

BEATO, Claudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-89, 1998.

_____. Crime and violence diagnostics and information. *World Bank Working papers*, Washington DC, 1(35135), p. 1-45, 2005.

_____. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1163-1171, 2001.

_____; REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: DE BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 385-404.

_____; ASSUNÇÃO, Renato; SANTOS, Marcos Cunha. *Análise da evolução temporal da criminalidade violenta em Minas Gerais (1986-1997)*. São Paulo, 1997. Mimeo.

BELLUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 8-19, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Violência, povo e polícia (violência urbana no noticiário da imprensa)*. São Paulo: Brasiliense/Cedec, 1983.

_____. A violência policial pode conviver com a democracia? *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 25-26, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o “esquadrão da morte”*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz-SP, 1974.

_____. *O direito e a justiça no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____. A “mão armada” da classe dominante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, v. II, n. 4, p. 5-12, 1989.

BIDERMAN, Ciro; MELLO, João; SCHNEIDER, Alexandre. Dry laws and homicides: evidence from the São Paulo metropolitan area. *The Economic Journal*, [S.l.], v. 120, n. 543, p. 157-182, 2010.

BIJLEVELD, Catrien; SMIT, Paul. Homicide in the Netherlands: on the structuring of homicide typologies. *Homicide Studies*, [S.l.], v.10, n. 3, p. 195-219, 2006.

BLUMSTEIN, Alfred; RIVARA, Frederick P; ROSENFELD, Richard. The rise and decline of homicide-and why. *Annual review of public health*, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 505-541, 2000.

BRANAS, Charles C. et al. Novel linkage of individual and geographic data to study firearm violence. *Homicide Studies*, [S.l.], n. 12, p. 298-321, 2008.

BRANT, Vinícius Caldeira. *O trabalhador preso no estado de São Paulo (passado, presente e expectativas)*. São Paulo: Cebrap, 1986.

_____. *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Senado Federa, 5 out. 1988.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-61, 1992.

_____. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto; VILLAVECES, Andrés; CONCHA-EASTMAN, Alberto. Understanding the uneven distribution of the incidence of homicide in Latin America. *International Journal of Epidemiology*, [S.l.], v. 37, n. 4, p. 751-757, 2008.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. A opaca estética da indiferença: letalidade policial e políticas públicas de segurança. In: NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP. *5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil*, São Paulo, 2012. p. 104-111.

BUONANNO, Paolo; MONTOLIO, Daniel; VANIN, Paolo. Does social capital reduce crime? *Journal of Law and Economics*, [S.l.], v. 52, n. 1, p. 145-170, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Ter medo em São Paulo. In: BRANT, Vinicius Caldeira. *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 151-167.

_____. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, n. 30, p. 162-174, 1991.

_____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 155-176, 1997.

CÂMARA, Gilberto et al. *Análise espacial da distribuição e dinâmica da violência na cidade de São Paulo entre os anos de 1996 e 1999*. São José dos Campos: INPE, 2000.

CAMARGO, Eduardo Celso Gerbi et al. Mapeamento do risco de homicídio com base na co-krigeagem binomial e simulação: um estudo de caso para São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 1493-1508, 2008.

CAMARGO, Procópio Ferreira de et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2000.

_____; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (Org.). *São Paulo: Metrópole em trânsito - percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Senac, 2004.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 5, n. 3, p.137-155, 2006.

_____; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

_____; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CARDIA, Nancy. A violência urbana e a escola. *Contemporaneidade e educação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 26-69, 1997.

_____. Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de Estado. *Relatório de pesquisa*. São Paulo: NEV-USP, 2012.

_____; ADORNO, Sergio; POLETO, Frederico. Homicide rates and human rights violations in São Paulo, Brazil: 1990 to 2000. *Health and Human Rights*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 15-33, 2003.

CARDONA, Marleny et al. Homicides in Medellín, Colombia, from 1990 to 2002: victims, motives and circumstances. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 840-851, 2005.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A violência dos outros. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 4-6, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Determinantes do crime na América Latina: Rio de Janeiro e São Paulo. *Relatório de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP, 1999.

CARRARA, Sérgio. Singularidade, igualdade e transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 80-88, 1991.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

_____. *Cidade escassa e violência urbana*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1995 (Série Estudos, 91, p. 259-269).

CARVALHO, Marília Sá; CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Mortalidade por causas externas: análise exploratória espacial da região Sudeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu (MG). *Anais...* Belo Horizonte: Abep, 1998.

CASTRO, Mônica S. Monteiro de; ASSUNÇÃO, Renato M; DURANTE, Marcelo Ottoni. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 168-176, 2003.

CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese. Assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 36, p. 81-102, 1993.

CAVALCANTE, Berenice. A polícia e a nação: a necessidade de segurança interna e tranquilidade pública. *Revista OAB/RJ*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 61-72, 1985.

CECCATO, Vânia. Homicide in São Paulo, Brazil: assessing spatial-temporal and weather variations. *Journal of Environmental Psychology*, [S.l.], n. 25, p. 307-321, 2005.

_____; HAINING, Robert; KAHN, Tulio. The geography of homicide in São Paulo, Brazil. *Environment and Planning A*, [S.l.], v. 39, n. 7, p. 1632-1653, 2007.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO - CEBRAP. *A criança, o adolescente e a cidade*. São Paulo: Cebrap, 1973.

CERDÁ, Magdalena et al. Investigating the effect of social changes on age-specific gun-related homicide rates in New York City during the 1990's. *American Journal of Public Health*, Washington, DC, v. 100, n. 6, p. 1107-1115, 2010.

_____. et al. Misdemeanor policing, physical disorder, and gun-related homicide: a spatial analytic test of "broken-windows" theory. *Epidemiology*, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 533-541, 2009.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; MELLO, João Manoel Pinho de. *Menos armas, menos crimes*. Brasília: IPEA, 2012. 55p. (TD 1721).

CHANEY, Spencer; RATCLIFFE, Jerry. *GIS and crime mapping*. London: John Wiley & Sons, 2005.

CHON, Don Soo. The impact of population heterogeneity and income inequality on homicide rates a cross-national assessment. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, [S.l.], v. 56, n. 5), p. 730-748, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 139-161, 1978.

_____. Sobre sociólogos, pobreza e crime. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 377-383, 1980.

_____. A criminalidade urbana violenta. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 145-183, 1988.

COHEN, Paul Joseph. The independence of the continuum hypothesis. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [S.l.], v. 50, n. 6, p. 1143-1148, 1963.

COHEN, Jacqueline; TITA, George. Diffusion in homicide: exploring a general method for detecting spatial diffusion processes. *Journal of Quantitative Criminology*, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 451-493, 1999.

CORDEIRO, Ricardo; DONALISIO, Maria Rita Camargo. Homicídios masculinos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1979 e 1998: uma abordagem pictórica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 669-677, 2001.

CORREA, Mariza. Antropologia & medicina legal: variações em torno de um mito. In: EULÁLIO, Alexandre et al. *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CUBAS, Viviane de Oliveira. *Segurança privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

CUBBIN, Catherine; PICKLE, Linda Williams; FINGERHUT, Lois. Social context and geographic patterns of homicide among US black and white males. *American Journal of Public Health*, [S.l.], v. 90, n. 4, p. 579-587, 2000.

DE SOUZA, Elenice; MILLER, Joel. Homicide in the Brazilian Favela. Does Opportunity Make the Killer? *British Journal of Criminology*, [S.l.], v. 52, n. 4, p. 786-807, 2012.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. 2011. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____ et al. A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 160-179, 2015.

DIAS et al. Problemas de escala e a relação área indivíduo em análise espacial de dados censitários. *Informática Pública*, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 89-104, 2002.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, 2002, I Série, X/XI, 1994/5, p. 5-18, 1994.

DONNICI, Virgílio L. *A criminologia na administração da justiça criminal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

_____. Criminalidade e Estado de Direito. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 201-35, 1978.

_____. *A criminalidade no Brasil: meio século de repressão*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

DREZE, Jean; KHERA, Reetika. Crime, gender, and society in India: insights from homicide data. *Population and Development Review*, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 335-352, 2000.

DUARTE, Elisabeth Carmen et al. Expectativa de vida ao nascer e mortalidade no Brasil em 1999: análise exploratória dos diferenciais regionais. *Revista Panamericana de Salud Publica*, Washington, DC, v. 12, n. 6, p. 436-444, 2002.

EISNER, Manuel. Modernization, self-control and lethal violence. The long-term dynamics of European homicide rates in theoretical perspective. *British Journal of Criminology*, [S.l.], v. 41, n. 4, p. 618-638, 2001.

EITLE, David; D'ALESSIO, Stewart J.; STOLZENBERG, Lisa. Economic segregation, race, and homicide. *Social Science Quarterly*, [S.l.], v. 87, n. 3, p. 638-657, 2006.

ELGAR, Frank J; AITKEN, Nicole. Income inequality, trust and homicide in 33 countries". *The European Journal of Public Health*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 241-246, 2011.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S.A – EMPLASA. *Expansão da área urbanizada sobreposta às UITs: 1991-2002*. São Paulo: Emplasa, 2009.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.

FARR, Kathryn. Extreme war rape in today's civil-war-torn states: A contextual and comparative analysis. *Gender Issues*, [S.l.], v. 26, n.1, p. 1-41, 2009.

FELDMAN, Sarah. *Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. *Planejamento e zoneamento: São Paulo, 1947-1972*. São Paulo: Edusp, 2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010a.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010b.

_____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1973.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. Digital. São Paulo, Global Editora, 2013.

_____. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. I, n. 2, p. 121-34, 1989.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, Bauru, SP, 2005. *Anais...Bauru* (SP): UNESP Bauru/SESC Bauru, 2005.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. *Violência na solidariedade*: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos de rua*: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: Comissão Justiça e Paz/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1979.

FIGUEIRA, Josefina. *Menores infratores da Guanabara*: 1964-1971. Rio de Janeiro: Conjunto Universitário Cândido Mendes/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1973.

FISCHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança*: cidadania e violência urbana. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1985.

FONSECA, Guido. *Crimes, criminosos e criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo: Resenha Tributária, 1988.

FONZAR, Udelysses Janete Veltrini. Análise espacial da mortalidade por causas externas no município de Maringá, Estado do Paraná, 1999 a 2001. *Acta Scientiarum Health Sciences*, Maringá, v. 30, n. 2, p. 145-154, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. *Anuário brasileiro de segurança pública*. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2010.

_____. *Anuário brasileiro de segurança pública*. 5. ed. São Paulo: FBSP, 2011.

_____. *Anuário brasileiro de segurança pública*. 6. ed. São Paulo: FBSP, 2012.

_____. *Anuário brasileiro de segurança pública*. 7. ed. São Paulo: FBSP, 2013.

_____. *Anuário brasileiro de segurança pública*. 9. ed. São Paulo: FBSP, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOX, James Alan; PIQUERO, Alex R. Deadly demographics: population characteristics and forecasting homicide trends. *Crime & Delinquency*, [S.l.], v. 49, n. 3, p. 339-359, 2003.

FRAGOSO, Heleno Cláudio; SUSSEKIND, Elisabeth; CATÃO, Yolanda. *Direitos dos presos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FREEMAN, Adam J.; SENN, David R.; ARENDT, Douglas M. Seven hundred seventy eight bite marks: analysis by anatomic location, victim and biter demographics, type of crime, and legal disposition. *Journal of Forensic Sciences*, [S.l.], v. 50, n. 6, p. 1436-1443, 2005.

FRUGOLI Jr, Heitor. *Centralidade em São Paulo*: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Cortez/Edusp, 2000.

_____. *São Paulo*: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO - FUNDAP. *Infância e adolescência carentes*. (Documentos de trabalho DT/QS 7, 143). São Paulo: Fundap, 1991a.

_____. *Assistência social*. Sistema carcerário. (Documentos de Trabalho DT/QS 4, 92). São Paulo: Fundap, 1991b.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – FUNDAÇÃO SEADE. *Índice de vulnerabilidade juvenil*. São Paulo: Fundação SEADE, 2003. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ivj>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

_____. *Mortes por atos violentos em São Paulo*: a importância de informações complementares. *SPDemográfico*, [S.l.], v. 1, n. 5, p. 1-15, 2005.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. *Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)*: análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Brasília: UNICEF, 2009.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro. Uma proposta para a vigilância epidemiológica dos homicídios em São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, n. 4, Rio de Janeiro, 1998. *Anais...* Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

_____. *Homicídios no município de São Paulo*: perfil e subsídios para um sistema de vigilância epidemiológica. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____; COSTA, Luciana Scarlazzari. Homicídios e desigualdades sociais no Município de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 191-197, 2005.

_____; KAHN, Túlio; MELLO JORGE, Maria Helena Prado de. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 627-633, 2005.

_____; MELLO JORGE, Maria Helena Prado de. Mortalidade violenta no município de São Paulo nos últimos 40 anos. *Revista de Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 3, n. 1-3, p. 50-69, 2000.

GOERTZEL, Ted; KAHN, Tulio. The great São Paulo homicide drugs. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 398-410, 2009.

GONZALEZ, H. Tratamento para eles? Formas de relato de violência urbana. *Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 25-37, 1984.

GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz Caccia. *Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas: aplicação da abordagem da Geomorfologia Antropogênica na Bacia Hidrográfica do Rio Tamanduateí, na Região Metropolitana de São Paulo*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GRAIF, Corina; SAMPSON, Robert J. Spatial heterogeneity in the effects of immigration and diversity on neighborhood homicide rates. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 242-260, 2009.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRIFFITHS, Elizabeth; CHAVEZ, Jorge M. Communities, street guns and homicide trajectories in Chicago, 1980-1995: merging methods for examining homicide trends across space and time. *Criminology*, [S.l.], v. 42, n. 4, p. 941-978, 2004.

GRUENEWALD, Jeff A; PRIDEMORE, William Alex. Stability and change in homicide victim, offender, and event characteristics in Chicago, 1900 and 2000. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 355-384, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GUIRADO, Marlene. *A criança e a Febem*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

HAGEDORN, John; RAUCH, Brigid. Housing, gangs, and homicide what we can learn from Chicago. *Urban Affairs Review*, [S.l.], v. 42, n. 4, p. 435-456, 2007.

HARMS, Paul Davis; SNYDER, Howard N. Trends in the murder of juveniles: 1980-2000. *Juvenile Justice Bulletin*, Washington, DC, Sept. 2004.

HARRIES, Keith. *Mapping crime: principle and practice*. Washington, DC, US: Department of Justice/Office of Justice Programs, 1999.

HARTUNG, Gabriel Chequer. *Ensaio em demografia e criminalidade*. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

HATA, Nobuhide et al. Regional differences in homicide patterns in five areas of Japan. *Legal Medicine*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 44-55, 2001.

HAY, Geoff et al. Potential biases due to geocoding error in spatial analyses of official data. *Health & Place*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 562-567, 2009.

HIRATA, Daniel V. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HIRSCHFIELD, Alex; BOWERS, Kate. Mapping and analysing crime data: lessons from research and practice. *URISA Journal*, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 47-50, 2004.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 93-102, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Lethal force: police violence and public security in Rio de Janeiro and São Paulo*. New York: Human Rights Watch, 2009.

IGLECIAS, Wagner. Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica: o vetor sudoeste de São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 6, p. 9-41, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Mortes violentas*. Um panorama dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Síntese de indicadores sociais 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS COMMISSION – IHRC. São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. *Justiça Global – Brasil*, [S.l.], maio 2011. Disponível em: <<http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

JACOBS, David; RICHARDSON, Amber M. Economic inequality and homicide in the developed nations from 1975 to 1995. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 28-45, 2008.

JOHNSON, David T. The homicide drop in postwar Japan. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 146-160, 2008.

JONES-WEBB, Rhonda; WALL, Melanie. Neighborhood racial/ethnic concentration, social disadvantage, and homicide risk: an ecological analysis of 10 US cities. *Journal of Urban Health*, [S.l.], v. 85, n. 5, p. 662-676, 2008.

KAHN, Tulio. Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 42-48, 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. A cultura jurídica e as práticas policiais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 65-84, 1989.

_____. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-183, 1997.

KEEL, Timothy G; JARVIS, John P; MUIRHEAD, Yvonne E. An exploratory analysis of factors affecting homicide investigations examining the dynamics of murder clearance rates. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 50-68, 2009.

KIM, Sang-Weon; PRIDEMORE, William Alex. Social support and homicide in transitional Russia. *Journal of Criminal Justice*, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 561-572, 2005.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Os judeus no bairro do Bom Retiro (São Paulo: 1925-1955). *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 13, p. 47-71, 2012.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975]1983.

_____. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (Coleção Estudos Latino-Americanos, 3)

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____; ANT, Clara. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

KUBRIN, Charis E; HERTING, Jerald R. Neighborhood correlates of homicide trends". *The Sociological Quarterly*, [S.l.], v. 44, n. 3, p. 329-355, 2003.

_____; WEITZER, Ronald. Retaliatory homicide: concentrated disadvantage and neighborhood culture. *Social Problems*, [S.l.], v. 50, n. 2, p. 157-180, 2003.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. 26 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LARANJEIRA, Ronaldo; HINKLY, David. Avaliação da densidade de pontos de vendas de álcool e sua relação com a violência. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 455-461, 2002.

LATTIMORE, Pamela K. et al. *Homicide in eight US cities: trends, context and policy implications*. Washington, DC: Diane Publishing, 1999.

LEE, Catherine. The value of life in death: multiple regression and history analyses of homicide clearance in Los Angeles County. *Journal of Criminal Justice*, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 527-534, 2005.

LEE, Matthew R. Concentrated poverty, race, and homicide. *The Sociological Quarterly*, [S.l.], v. 41, n. 2, p. 189-206, 2000.

LEE, Matthew T.; MARTINEZ JR, Ramiro; ROSENFELD, Richard. Does immigration increase homicide? *The Sociological Quarterly*, [S.l.], v. 42, n. 4, p. 559-580, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Difel, 1969.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

_____. A face oculta da ação policial. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 24-26, 1987.

LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, 80, p. 43-62, 2008.

LIMA, João Marcelo Maciel de. *Democracia e accountability: violência policial e práticas de controle sobre a Polícia Militar do estado de São Paulo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2011.

LIMA, Liliam Pereira de. *Avaliação da violência urbana utilizando dados da morbimortalidade hospitalar: uma abordagem temporal e espacial*. 2005. Tese (Doutorado em Fisiopatologia Experimental) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LIMA, Maria Luiza C. et al. Evolução dos homicídios por área geográfica em Pernambuco entre 1980 e 1998. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 462-469, 2002.

_____. et al. Spatial analysis of socioeconomic determinants of homicide in Brazil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 176-182, 2005.

LIMA, Renato Sergio. *Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes*. In: SEMINÁRIO CRIME, VIOLÊNCIA E CIDADE, São Paulo, 2009. *Paper...* São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia-USP e NEV, 2009.

_____; RATTON, José Luiz. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

LIMA, Roberto K. de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 65-84, 1989.

LLORENTE, Maria Victoria et al. Violencia homicida y estructuras criminales en Bogotá. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 172-205, 2002.

LOFTIN, Colin; McDOWALL, David; XIE, Min. Likely errors when linking supplementary homicide report records for large US cities. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 234-248, 2008.

LOGAN, Joseph E; DEBRA, Karch; CROSBY, Alexander E. Reducing “unknown” data in violent death surveillance: a study of death certificates, coroner/medical examiner and police reports from the National Violent Death Reporting System, 2003-2004. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 385-397, 2009.

LUNDMAN, Richard J. The newsworthiness and selection bias in news about murder: Comparative and relative effects of novelty and race and gender typifications on newspaper coverage of homicide. *Sociological Forum*, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 357-386, 2003.

MACEDO, Adriana C et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, Elimar; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Ed.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

_____. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, Elimar; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Ed.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

MAIA, Paulo Borlina. Vinte anos de homicídios no estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 121-129, 1999.

MALVASI, Paulo Artur. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MANSO, Bruno Paes. *O homem X: uma reportagem sobre a alma de um assassino em São Paulo*. São Paulo: Record, 2005.

_____. *Crescimento e queda dos homicídios em São Paulo entre 1960 e 2010: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARES, Dennis. Social disorganization and gang homicides in Chicago: a neighborhood level comparison of disaggregated homicides. *Youth violence and juvenile justice*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 38-57, 2010.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

_____. O setor imobiliário ou a expulsão dos pobres do Centro de São Paulo. *Carta Maior*, São Paulo, 26 jan. 2012.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. *Marginalização: menor e criminalidade*. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: CHED, 1984.

MARTINEZ JR, Ramiro. *Latino homicide: immigration, violence, and community*. New York: Routledge, 2002.

MASSENA, Rosa Maria Ramalho. A distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 285-331, 1986.

MATHERS, Colin D; LONCAR, Dejan. Projections of global mortality and burden of disease from 2002 to 2030. *PLoS medicine*, [S.l.], v. 3, n. 11, e442, p. 2011-2030, 2006.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Evolução da mortalidade no Brasil*. Campo Grande: Secretaria de Vigilância, 2004.

McALISTER, Alfred L. Acceptance of killing and homicide rates in nineteen nations". *The European Journal of Public Health*, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 259-265, 2006.

McCALL, Patricia L; LAND, Kenneth C; PARKER, Karen F. An empirical assessment of what we know about structural covariates of homicide rates: a return to a classic 20 years later. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 219-243, 2010.

_____.; NIEUWBEERTA, Paul. Structural covariates of homicide rates: a European city cross-national comparative analysis". *Homicide Studies*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 167-188, 2007.

MELLO JORGE, Maria Helena Prado de. *Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo*. 1979. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

_____. Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo. Mortes intencionais. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 165-193, 1981.

_____. Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo. A situação em 1980. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 19-41, 1982.

MELLO, João Manoel Pinho de; SCHNEIDER, Alexandre. Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 19-30, 2007.

MELLO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 129-140.

MESQUITA NETO, Paulo de. Segurança, justiça e direitos humanos no Brasil. In: _____ (Org.). *Ensaio sobre segurança cidadã*. São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.

MESSNER, Steven F; ANSELIN, Luc. Spatial analyses of homicide with areal data. In: GOODCHILD, Michael F.; JANELLE, Donald G. (Ed.). *Spatially integrated social science*. 5 ed. New York: Oxford University Press, 2004.

MESSNER, Steven F et al. The spatial patterning of county homicide rates: an application of exploratory spatial data analysis. *Journal of Quantitative Criminology*, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 423-450, 1999.

MESSNER, Steven F.; BAUMER, Eric P.; ROSENFELD, Richard. Dimensions of social capital and rates of criminal homicide. *American Sociological Review*, [S.l.], v. 69, n. 6, p. 882-903, 2004.

_____; RAFFALOVICH, Lawrence E.; SHROCK, Peter. Reassessing the Cross-National Relationship between Income Inequality and Homicide Rates: Implications of Data Quality Control in the Measurement of Income Distribution. *Journal of Quantitative Criminology*, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 377-395, 2002.

MEYER, Regina Prosperi. A construção da metrópole e a erosão do seu Centro. *Revista Urbs*, [S.l.], v. 2, n. 14, p. 28-36, 1999.

_____; GROSTEIN, Marta Dora. *A leste do centro: territórios do urbanismo*. São Paulo: Imesp, 2010.

MILLER, Matthew; HEMENWAY, David; AZRAEL, Deborah. State-level homicide victimization rates in the US in relation to survey measures of household firearm ownership, 2001–2003. *Social Science & Medicine*, [S.l.], v. 64, n. 3, p. 656-664, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz/SDE, 1990.

_____. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

_____; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999.

MINGARDI, Guaracy. Cotidiano e reforma na polícia civil. In: _____. *Tiras, gansos e trutas*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007.

MINKOV, Michael. Risk-taking reproductive competition explains national murder rates better than socioeconomic inequality. *Cross-Cultural Research*, [S.l.], v. 43, n. 1, p. 3-29, 2009.

MIRAGLIA, Paula Renata. *Cosmologias da violência: entre a regra e a exceção-uma etnografia da desigualdade em São Paulo*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Homicídios: guias para a interpretação da violência na cidade. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (Org.). *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34, 2011.

MISHRA, Sandeep; LALUMIERE, Martin. Is the crime drop of the 1990s in Canada and the USA associated with a general decline in risky and health-related behavior? *Social Science & Medicine*, [S.l.], v. 68, n. 1, p. 39-48, 2009.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. In: SEMINÁRIO "VIOLÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO". Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995a. (Série Estudos, 91, p. 23-39).

_____. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS BOAS, Glauca; GONÇALVES, Marco Antônio (Org.). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995b.

_____. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e educação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 93-116, 1997.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

_____; MOTTA, Dilson. *Crime: o social pela culatra*. Rio de Janeiro: Achiamé-Socii, 1979.

MONTOYA, José Moreno; PEDRAZA, Ricardo Sánchez. Muertes por causas violentas y ciclo económico en Bogotá, Colombia: un estudio de series de tiempo, 1997-2006. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, DC, v. 26, n. 1, p. 23-30, 2009.

MORRIS, Patrice K; GRAYCAR, Adam. Homicide through a different lens. *British Journal of Criminology*, [S.l.], v. 51, n. 5, p. 823-838, 2011.

MURRAY, Christopher J. L. et al. Eight Americas: investigating mortality disparities across races, counties, and race-counties in the United States. *PLoS Medicine*, [S.l.], v. 3, n. 9, e260, p. 1513-1524, 2006.

NADANOVSKY, Paulo. O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 1859-1864, 2009.

NERY, Marcelo Batista. *Gestão urbana: sistemas de informação geográfica e o estudo da criminalidade no município de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério da Ciência e Tecnologia, São José dos Campos, SP, 2006. Disponível em: < <http://mtc-m16b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/MTC-m13@80/2006/05.15.13.59/doc/publicacao.pdf> >. Acesso em: 9 jan. 2014.

_____. Mortalidade por atos violentos em São Paulo: ponderações necessárias. In: RELATÓRIO NACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, 5, 2012, São Paulo. São Paulo: NEV-USP, 2012. p. 66-71.

_____; ADORNO, Sérgio. O movimento da criminalidade em São Paulo: um recorte temático e bibliográfico. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 76, p. 5-32, 2015.

_____. et al. Homicídios dolosos na cidade de São Paulo: fatores associados à queda entre 2000 e 2010. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 32-47, 2014.

_____. et al. Regimes espaciais: dinâmica dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2008. *Revista de Panamericana de Salud Publica*, Washington, DC, v. 32, n. 6, p. 405-412, 2012.

_____; MONTEIRO, Antônio Miguel. Análise intraurbana dos homicídios dolosos no município de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2006, Caxambu, MG. *Anais...* Belo Horizonte: Abep, 2006.

_____. et al. *A delimitação de áreas-chave para estudos longitudinais em São Paulo (SP): relatório interno*. São Paulo: NEV-USP, 2015. (Versão 2).

NIEUWBEERTA, Paul et al. Neighborhood characteristics and individual homicide risks effects of social cohesion, confidence in the police, and socioeconomic disadvantage. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 90-116, 2008.

OLIVEIRA, Emanuel Nunes de. Políticas públicas e estratégias de controle da ação letal das instituições policiais no Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 28-47, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Renan Theodoro de. *Banalidades e brigas de bar*: estudo sobre conflitos interpessoais com desfechos fatais (São Paulo: 1991-1997). 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEN, Ruben George. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 371-376, 1980.

_____. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Violência e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

_____. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

OUSEY, Graham C.; LEE, Matthew R. Homicide trends and illicit drug markets: exploring differences across time. *Justice Quarterly*, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 48-79, 2007.

_____; LEE, Matthew R. To know the unknown: the decline in homicide clearance rates, 1980-2000. *Criminal Justice Review*, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 141-158, 2010.

OPENSHAW, Stan; OPENSHAW, Christine. *Artificial intelligence in geography*. Chichester, UK: John Wiley & Sons Inc., 1997.

PAES, Neir Antunes. Qualidade das estatísticas de óbitos por causas desconhecidas dos Estados brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 436-445, 2007.

PAIM, Jairnilson Silva et al. Distribuição espacial de violência: mortalidade por causas externas em Salvador (Bahia), Brasil. *Revista Panamericana de Salud Publica*, Washington, DC, n. 6, p. 321-332, 1999.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.

_____. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sergio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Crime, controle social e consolidação da cidadania”. In: REIS, Fabio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. A violência urbana e a sociedade: sobre crenças e fatos, mitos e teorias. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 68-81, 1990.

_____; BEATO, Cláudio Chaves. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 233-248, 1997.

PAOLI, Maria Celia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, 1989.

PARKER, Karen F.; JOHNS, Tracy. Urban disadvantage and types of race-specific homicide: Assessing the diversity in family structures in the urban context. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, [S.l.], v. 39, n. 3, p. 277-303, 2002.

PASTORE, José; ROCCA, Denise Franco; PEZZIN, Liliana. *Crime e violência urbana*. São Paulo: IPE-USP/FIPE, 1991.

PERALVA, Angelina. Violência brasileira: entre crescimento de igualdade e fragilidade institucional. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”*. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. In: DA CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Org.). *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia Carla dos. *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002*. São Paulo: NEV-USP, 2006.

_____; SANTOS, Patrícia Carla dos. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 58-66, 2005.

_____ et al. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. *Revista de Panamericana de Salud Publica*, Washington, DC, v. 29, n. 1, p. 17-26, 2011a.

_____ et al. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 709-721, 2011b.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEZZIN, Liliana E; MACEDO, Roberto Brás Matos. *Criminalidade urbana e crise econômica: o caso de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1987.

PHILLIPS, Julie A. The relationship between age structure and homicide rates in the United States, 1970 to 1999. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, [S.l.], v. 43, n. 3, p. 230-260, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e classes populares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 5-24, 1979.

_____. Violência e cultura. In: LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victória (Org.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: TA Queiroz, 1981.

_____. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 8-12, 1983.

_____. *Continuidade autoritária e construção da democracia: relatório de pesquisa*. São Paulo: NEV-USP, 1999. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down000.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____; IZUMINO, Eduard; JAKIMIAK, Maria Cristina Fernandes. Violência fatal. Conflitos policiais em São Paulo (81-89). *Revista USP*, São Paulo, v. 9, p. 95-112, 1991.

_____; SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática. *Temas IMESC - Sociedade, Direito e Saúde*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 77-95, 1985.

PRIDEMORE, William Alex. Measuring homicide in Russia: a comparison of estimates from the crime and vital statistics reporting systems. *Social Science & Medicine*, [S.l.], v. 57, n. 8, p. 1343-1354, 2003.

_____. Social structure and homicide in post-Soviet Russia. *Social Science Research*, [S.l.], v. 35, n. 4, p. 732-756, 2005.

_____. Change and stability in the characteristics of homicide victims, offenders and incidents during rapid social change". *British Journal of Criminology*, [S.l.], v. 47, n. 5, p. 331-345, 2006.

_____. Poverty matters: A reassessment of the inequality-homicide relationship in cross-national studies. *British Journal of Criminology*, [S.l.], v. 51, n. 5, p. 739-772, 2011.

_____; TRENT, Carol. Do the invariant findings of Land, McCall, and Cohen generalize to cross-national studies of social structure and homicide? *Homicide Studies*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 296-335, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e socialdemocracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

RAMOS, Frederico Roman. *Análise espacial de estruturas intraurbanas: o caso de São Paulo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério da Ciência e Tecnologia, São José dos Campos, 2002.

RIBEIRO, André Elias Morelli. Crime, ordem e violência em São Paulo: a percepção do nível de violência urbana no município de Assis. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

RIEDEL, Marc. Homicide-suicides in the United States: a review of the literature. *Sociology Compass*, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 430-441, 2010.

ROBINSON, Paul L. et al. The effect of urban street gang densities on small area homicide incidence in a large metropolitan county, 1994–2002. *Journal of Urban Health*, [S.l.], v. 86, n. 4, p. 511-523, 2009.

ROCK, Daniel J.; JUDD, Kevin; HALLMAYER, Joachim F. The seasonal relationship between assault and homicide in England and Wales. *Injury*, [S.l.], v. 39, n. 9, p. 1047-1053, 2008.

ROLNIK, Raquel. Territorial exclusion and violence: the case of the state of São Paulo, Brazil. *Geoforum*, [S.l.], v. 32, n. 4, p. 471-482, 2001.

_____.; SOMEKH, Nádia; KOWARICK, Lúcio (Org.). *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROSA, Felipe A. de Miranda. *Patologia social: uma introdução ao estudo da desorganização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

ROSENFELD, Richard; BAUMER, Eric; MESSNER, Steven F. Social trust, firearm prevalence, and homicide. *Annals of Epidemiology*, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 119-125, 2007.

SAH, Raaj Kumar. Social osmosis and patterns of crime: A dynamic economic analysis. *Journal of political Economy*, [S.l.], v. 99, n. 6, 1991.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 72-90, 2007.

_____. Decifrando as dinâmicas do crime. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 174-179, 2015.

SAMPSON, Robert J. Disparity and diversity in the contemporary city: social (dis)order revisited. *The British Journal of Sociology*, [S.l.], v. 60, n. 1, p. 1-31, 2009.

SANT'ANNA, Ana; AERTS, Denise; LOPES, Marta Júlia. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares Adolescent homicide victims in Southern Brazil: situations of vulnerability as reported by families. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 120-129, 2005.

SANTOS, Alexandre E.; RODRIGUES, Alexandre L.; LOPES, Danilo L. Aplicações de estimadores bayesianos empíricos para análise espacial de taxas de mortalidade. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOINFORMÁTICA - GEOINFO, 7., 2005, Campos Do Jordão, SP. *Anais...* São José dos Campos, SP: DPI/INPE, 2005. p. 300-309.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, p. 1, p. 3-12, 2004.

SANTOS, Marcelo Justus dos; SANTOS Filho, Jonas Irineu dos. Convergência das taxas de crimes no território brasileiro. *Revista Economia*, Niterói, v. 12, n. 1, p. 131-147, 2011.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. *Análise da espacialização dos homicídios na cidade de Uberlândia/MG*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SANTOS, Simone M. *Homicídios em Porto Alegre, 1996: análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

_____; BARCELLOS, Christovam; CARVALHO, Marília Sá. Ecological analysis of the distribution and socio-spatial context of homicides in Porto Alegre, Brazil. *Health Place*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 38-47, 2006.

_____ et al. Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1141-1151, 2001.

_____; NORONHA, Claudio. Padrões espaciais de mortalidade e diferenciais socioeconômicos na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1099-1110, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SÃO PAULO (município). *Olhar São Paulo: violência e criminalidade*. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento, Departamento de Estatística e Produção de Informação, 2008.

SÃO PAULO (Estado). *Ouvidoria de Polícia do estado de São Paulo: 15 anos da Ouvidoria de Polícia, 1995-2010*. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2011. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpouvidoria-policia/Cartilha%2015%20anos.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

_____. Coordenadoria de Análise e Planejamento. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. *Estudos criminológicos*. São Paulo: SSP-SP, 2004.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento. Subdivisão do município de São Paulo em áreas homogêneas. *Estudos e Pesquisas*, São Paulo, n. 13, 1977.

SAPORI, Luis Francisco; WANDERLEY, Cláudio Burian. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. In: MESQUITA NETO, Paulo de. *A violência do cotidiano*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SENTO-SÉ, João Trajano. A construção de um discurso sobre segurança. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 501-521, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. Da violência dos nossos dias. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 365-369, 1980.

SCRIPILLITI, Estevão Augusto Oller. *Crimes nos municípios paulistas: um estudo acerca das condicionantes socioeconômicas e demográficas que contribuem para maior criminalidade e quais os efeitos das diferentes políticas municipais de segurança para o combate à criminalidade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SERRA, Antônio. *O desvio nosso de cada dia*. A representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SHAW, Clifford Robe; McKay, Henry Donald. *Juvenile delinquency and urban areas*. Chicago, Ill, 1942.

SHAW, Mary; TUNSTALL, Helena; DORLING, Danny. Increasing inequalities in risk of murder in Britain: trends in the demographic and spatial distribution of murder, 1981-2000. *Health & Place*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 45-54, 2005.

SILVEIRA, Andréa Maria et al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010.

SILVESTRE, Giane. Polícias e Ministério Público: tensões no campo da investigação e do controle do crime em São Paulo. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Niterói, v. 16, n. 3, p. 106-124, 2014.

SINGER, Helena. Direitos humanos e volúpia punitiva. *Revista USP*, São Paulo, n. 37, p. 10-19, 1998.

SINHORETTO, Jacqueline. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 167-196, 2012.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Homicídios no Brasil: vários factoides em busca de uma teoria*. Relatório parcial do Projeto Covariatas Macroestruturais do Homicídio no Brasil. Miami: Latin American Studies Association, 2000.

_____. *Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo (Org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

_____. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Educação: um escudo contra o homicídio?* Brasília: IPEA, 2007.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 45-60, 1994.

_____. Mortalidade por homicídios na década de 80: Brasil e capitais de regiões metropolitanas. In: BARRETO, Maurício Lima (Org.). *Epidemiologia, serviços e tecnologias em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Abrasco, 1998. (Série Epidemiológica 3).

_____; MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise das tendências da produção acadêmica sobre violência e acidentes*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde/Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

_____; LIMA, Maria Luiza Carvalho. The panorama of urban violence in Brazil and its capitals. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 363-373, 2006.

SOUZA, Percival de. *A maior violência do mundo: Baixada Fluminense*. São Paulo: Traço, 1980a.

_____. *A revolução dos loucos*. São Paulo: Global, 1980b.

_____; FAGMAN, Marcos; PORTELA, Fernando. *Violência e repressão*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; BATTIBUGLI, Thaís. Os desafios da reforma da polícia no Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, Curitiba, v. 35, n. 126, p. 49-60, 2014.

SPINELLI, Hugo et al. Mortes e crimes cometidos com armas de fogo na cidade autônoma de Buenos Aires, 2002. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 327-338, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. *Mapa da exclusão/inclusão da Cidade de São Paulo*. São Paulo: PUCSP, 1996.

STAMATEL, Janet. Correlates of national-level homicide variation in post-communist East-Central Europe. *Social Forces*, [S.l.], v. 87, n. 3, p. 1423-1448, 2009.

STEFFENSMEIER, Darrell; HAYNIE, Dana L. The structural sources of urban female violence in the United States a macrosocial gender-disaggregated analysis of adult and juvenile homicide offending rates. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 4, n 2, p. 107-134, 2000.

STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven: Yale University Press, 1973.

_____. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

STULTS, Brian J. Determinants of Chicago neighborhood homicide trajectories: 1965-1995. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 244-267, 2010.

SUDBRACK, Umberto Guaspari. O extermínio de meninos de rua no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n; 1, p. 22-30, 2004.

TCHERNI, Maria. Structural determinants of homicide: the big three. *Journal of Quantitative Criminology*, [S.l.], v. 27, n. 4, p. 475-496, 2011.

TEIXEIRA, Alessandra. *Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

_____; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo". *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

TORRES, Haroldo da Gama et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

TRUZZI, O. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 143-166, 2001.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. *2011 global study on homicide: trends, context, data*. New York: UNODC, 2011.

VAN PATTEN, Isaac T.; DELHAUER, Paul Q. Sexual homicide: a spatial analysis of 25 years of deaths in Los Angeles. *Journal of Forensic Sciences*, [S.l.], v. 52, n. 5, p. 1129-1141, 2007.

VARGAS, João Helion Costa. *A espera do passado: as transformações recentes de São Paulo vistas de seu epicentro*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A sociologia da violência em São Paulo: a formação de um campo em meio à fragmentação de uma intelligentsia na transição democrática". *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, n. 1, p. 147-178, 2011.

VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

_____. Favelas cariocas: o problema da marginalidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 76, p. 321-324, 1977.

_____. Uma perspectiva antropológica do uso de droga. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 355-358, 1980a.

_____. Violência e cidadania. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 361-364, 1980b.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia A. de et al. *Metrópole e globalização*. São Paulo: Cedesp, 1999.

VILLAMOR, Eduardo; CHAVARRO, Jorge E.; CARO, Luis E. Growing up under generalized violence: an ecological study of homicide rates and secular trends in age at menarche in Colombia, 1940s–1980s. *Economics & Human Biology*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 238-245, 2009.

_____. *Mapa da violência III - Os jovens no Brasil*. Brasília: Unesco, 2002.

_____. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco/ Instituto Ayrton Senna, 2004.

_____. Mapa das mortes por violência. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 119-138, 2007.

_____. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. São Paulo: Instituto Sangari, 2008.

_____. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011a.

_____. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011b.

_____. *Mapa da violência 2013: mortes matadas por arma de fogo*. Rio de Janeiro: Cebela/Flacso, 2013.

_____; ATHIAS, Gabriela. *Mapa da Violência de São Paulo*. Brasília: Unesco, 2005.

WANG, Fahui; ARNOLD, Martin T. Localized income inequality, concentrated disadvantage and homicide. *Applied Geography*, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 259-270, 2008.

WHALEY, Rachel Bridges; MESSNER, Steven F. Gender equality and gendered homicides. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 188-210, 2002.

WIEVIORKA, Michel. The new paradigm of violence. *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

WILSON, Ronald E.; BROWN, Timothy H.; SCHUSTER, Beth. Preventing neighborhood crime: geography matters. *NIJ Journal*, [S.l.], n. 263, p. 30-35, 2009.

WORRALL, John L. Social support and homicide. *Homicide Studies*, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 124-143, 2009.

XU, Yili. Characteristics of homicide events and the decline in homicide clearance: A longitudinal approach to the dynamic relationship, Chicago 1966-1995". *Criminal Justice Review*, [S.l.], v. 33, n. 4, p. 453-479, 2008.

YE, Xinyue; WU, Ling. Analyzing the dynamics of homicide patterns in Chicago: ESDA and spatial panel approaches. *Applied Geography*, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 800-807, 2011.

YUNES, João; ZUBAREW, Tamara. Mortalidad por causas violentas en adolescentes y jóvenes: un desafío para la región de las Américas. *Revista de Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 102-171, 1999.

ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. In: PINHEIRO, Paulo Sergio (Ed.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O Rio contra o crime, imagens da justiça e do crime: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Mimeo, 1989.

_____. Brasil na transição: cidadãos não vão ao paraíso. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 19-25, 1991a.

_____. Gênero, justiça e violência. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 191-218, 1991b.

_____. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

_____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. Violência e crime. In: MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo, Sumaré, 1999a.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999b.

ANEXO 1

Distritos policiais do município de São Paulo.

ANEXO 2

Descritivo de dados dos modelos de regressão lineares

Variável	Fonte	Período	Descrição	Assumida no modelo
THAA	A	2000-2008	Taxa bayesiana anualizada de homicídios dolosos	Sim
THAA	B	2009-2010	Taxa bayesiana anualizada de homicídios dolosos, projetada considerando os dados do período 2000-2008	Sim
AGLO	C	2000/2010	Setor censitário é um aglomerado subnormal no ano de 2000 ou de 2010: Sim/Não	Não
POPR	C	2001-2009	População residente anualizada, projetada mediante os dados dos Censos de 1980 a 2010	Não
DENS	C	2001-2009	População residente por área do setor	Não
CONG	C	2001-2009	População residente por número de domicílios	Não
CJV1	C	2001-2009	População residente com 10 a 19 anos de idade pelo total de residentes	Não
CJV1B	C	2001-2009	População residente com 15 a 19 anos de idade pelo total de residentes	Não
CJV2	C	2001-2009	População residente com 20 a 24 anos de idade pelo total de residentes	Não
CJV3	C	2001-2009	População residente com 25 a 29 anos de idade pelo total de residentes	Não
CJV4	C	2001-2009	População residente com 30 a 34 anos de idade pelo total de residentes	Não
CIDO	C	2001-2009	População residente com 60 ou mais anos de idade pelo total de residentes pelo total de residentes	Não
CHJ1	C	2001-2009	População residente masculina com 10 a 19 anos de idade pelo total de residentes	Não
CHJ2	C	2001-2009	População residente masculina com 20 a 24 anos de idade pelo total de residentes	Não
CHJ3	C	2001-2009	População residente masculina com 25 a 29 anos de idade pelo total de residentes	Sim
CPNA	C	2001-2009	População residente não alfabetizada pelo total de residentes	Não
CHNA	C	2001-2009	População masculina não alfabetizada pelo total de residentesdo sexo masculino	Não
CRMU	C	2001-2009	Responsáveis pelo domicílio particular permanente do sexo feminino pelo total de responsáveis	Não
CRNA	C	2001-2009	Responsáveis pelo domicílio particular permanente não alfabetizados pelo total de responsáveis	Não

Continua...

Descritivo de dados dos modelos de regressão lineares

Variável	Fonte	Período	Descrição	Assumida no modelo
RHNA	C	2001-2009	Responsáveis pelo domicílio particular permanente do sexo masculino não alfabetizados pelo total de responsáveis	Não
CRSR	C	2001-2009	Responsáveis pelo domicílio particular permanente sem renda pelo total de responsáveis	Não
RA2S	C	2001-2009	Responsáveis pelo domicílio particular permanente com renda igual ou inferior a 2 salários mínimos pelo total de responsáveis	Não
R20S	C	2001-2009	Responsáveis pelo domicílio particular permanente com renda igual ou superior a 20 salários mínimos pelo total de responsáveis	Sim
IOC	B	2002-2003	Indicador de atividades de organizações criminosas	Não
IOC	B	2007-2008	Indicador de atividades de organizações criminosas	Sim
DPAT	B	2010	Distrito Policial foi estabelecido em 1969 ou após, com taxa superior ou inferior a média do município	Sim
Grupo	B	2010	Setor censitário classificado em um dos seguintes grupos, pertencente a: distritos policiais estabelecidos em 1969, com taxas de homicídios dolosos abaixo da média do município (0); distritos policiais estabelecidos em 1969, com taxas de homicídios dolosos acima da média do município (1); distritos policiais estabelecidos após 1969, com taxas de homicídios dolosos abaixo da média do município (2); distritos policiais estabelecidos após 1969, com taxas de homicídios dolosos acima da média do município (3)	Sim
Subgrupo	B	2010	Setor censitário classificado pela variável "Grupo" que apresenta a seguinte condição: altas taxas de homicídios em vizinhança com altas taxas, mas sem ocorrência registrada, altas taxas de homicídios em uma vizinhança com altas taxas ou altas taxas de homicídios em uma vizinhança com baixas taxas ("alto")	Sim

Fontes: As variáveis foram constituídas tendo por base dados de: **A** (Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo - INFOCRIM), **B** (Elaborado pelo autor), **C** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

ANEXO 3

Descritivo de dados dos modelos de regressão canônicos

Variável	Fonte	Período	Descrição	Assumida no modelo
Regime espacial	A	2000-2008	Setor censitário classificado em um dos seguintes padrões: não registram ocorrência de homicídio doloso (baixo0), altas taxas de homicídios em vizinhança com altas taxas, mas sem ocorrência registrada (alto0); altas taxas de homicídios em uma vizinhança com altas taxas (alto); baixas taxas de homicídios em uma vizinhança com baixas taxas (baixo); baixas taxas de homicídios em uma vizinhança com altas taxas (baixo-alto); altas taxas de homicídios em uma vizinhança com baixas taxas (alto-baixo); não apresentaram um padrão constante (sp)	Sim
AGLO	C	2010	Setor censitário é um aglomerado em 2010: Sim/Não	Sim
vPOPR	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada	Sim
vDENS	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada por área do setor	Não
vCONG	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada por número de domicílios	Sim
vCJV1	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada com 10 a 19 anos de idade pelo total de residentes	Sim
vCJV1B	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada com 15 a 19 anos de idade pelo total de residentes	Não
vCJV2	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada com 20 a 24 anos de idade pelo total de residentes	Não
vCJV3	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada com 25 a 29 anos de idade pelo total de residentes	Sim
vCJV4	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada com 20 a 29 anos de idade pelo total de residentes	Não
vCIDO	C	2000-2010	Vetor da população residente anualizada com 60 ou mais anos de idade pelo total de residentes pelo total de residentes	Não
vCHJ1	C	2000-2010	Vetor da população residente masculina anualizada com 10 a 19 anos de idade pelo total de residentes	Sim
vCHJ2	C	2000-2010	Vetor da população residente masculina anualizada com 20 a 24 anos de idade pelo total de residentes	Não
vCHJ3	C	2000-2010	Vetor da população residente masculina anualizada com 25 a 29 anos de idade pelo total de residentes	Sim

Continua...

Descritivo de dados dos modelos de regressão canônicos

Variável	Fonte	Período	Descrição	Assumida no modelo
vCPNA	C	2000-2010	Vetor da população residente não alfabetizada anualizada pelo total de residentes	Sim
vCRMU	C	2000-2010	Vetor do número de responsáveis pelo domicílio particular permanente do sexo feminino anualizado pelo total de responsáveis	Não
vCRNA	C	2000-2010	Vetor do número de responsáveis pelo domicílio particular permanente não alfabetizados anualizado pelo total de responsáveis	Sim
vCHNA	C	2000-2010	Vetor da população masculina não alfabetizada anualizada pelo total de residentes do sexo masculino	Sim
IOC	B	2007-2008	Indicador de atividades de organizações criminosas	Sim

Fontes: As variáveis foram constituídas tendo por base dados de: **A** (Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo - INFOCRIM), **B** (Elaborado pelo autor), **C** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

ANEXO 4¹¹³

Construção da base de dados e métodos de análise

Fontes de Dados

Para o desenvolvimento desta tese, foram definidas como as principais fontes de informação o Sistema de Informações Criminais (Infocrim) implementado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo, a Contagem da População de 1996 e o Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Infocrim é um banco de dados informatizado que oferece dados como local, data, horário, modo de agir e natureza da ocorrência localizadas em um mapa digital do Município de São Paulo. Nesta tese, foram utilizados especificamente os registros de homicídios dolosos já georreferenciados. A Contagem da População e os Censos mensuram as características do domicílio, ou seja, da pessoa responsável por ele ou do morador individual em domicílio coletivo e de cada um dos demais membros do domicílio. Com esses números, criaram-se indicadores que buscam captar a dimensão e a variação temporal das mortes intencionais provocadas por terceiros, da infraestrutura (serviços públicos, como saneamento básico e tratamento de lixo, habitação, congestionamento e ambiência) e dos fatores socioeconômicos (renda, instrução, longevidade e segregação espacial) característicos de cada lugar.

¹¹³ Consonante com Nery (2006).

Base de Dados

O procedimento adotado na formação do banco de dados redundou na integração da base cartográfica disponível e de informações previamente selecionadas e manipuladas para torná-las compatíveis com esses sistemas informatizados. Esta integração foi feita por intermédio de SIG denominados MapInfo Professional 10.0 e TerraView-4.2.2. Deste modo, possibilitou-se o armazenamento e a recuperação de informações, organizadas sob a forma de um banco de dados geográficos. Também se tornou possível a realização de funções de consulta e de análise espacial, a geração de mapas, a visualização de representações temáticas e a extração de informações que forneçam uma medida da associação espacial dos eventos aferidos.

Estimador de Densidade

No intuito de analisar os padrões espaço-temporais dos homicídios no Município de São Paulo, foram gerados mapas temáticos utilizando o estimador de densidade conhecido como kernel (Figuras 1 e 2). Sinteticamente, com esse estimador calcula-se a intensidade pontual do evento homicídio, situado em um raio de influência predeterminado.

Representação do funcionamento do estimador de intensidade de distribuição de pontos.

Autocorrelação Espacial

Para a criação dos regimes espaciais (Figura 3) foi empregado o índice global de Moran, uma medida geral de associação espacial existente no conjunto dos dados. Os indicadores globais de autocorrelação espacial, como o Moran, fornecem um único valor como medida da associação espacial para todo o conjunto de dados, útil como caracterização de toda a região de estudo. Entretanto, muitas vezes é desejável examinar padrões em maior detalhe para averiguar se a hipótese de estacionariedade do processo (isto é, se as propriedades estatísticas da variável independem de sua posição) é corroborada localmente. Para tanto, é preciso utilizar indicadores de associação espacial que possam ser associados às diferentes localizações de uma variável distribuída espacialmente.

Alternativa interessante para atender a essa demanda dá-se por meio de um mapa temático formado com dados oriundos do diagrama de espalhamento de Moran. Esta representação retrata o comportamento das taxas de uma área em comparação ao comportamento das taxas de seus vizinhos. Os valores de desvio dos atributos em relação à média (Z) são representados no eixo X e o eixo Y representa o valor da média dos seus vizinhos (WZ).

Diagrama de espalhamento de Moran.

Nota-se ainda que o índice supõe uma hipótese nula de que não há dependência espacial. Para corroborar esta hipótese, o valor do I de Moran deve ser zero ou próximo a zero. Quando há autocorrelação espacial direta ou inversa, o valor do índice de Moran se aproxima de 1 (positivo) ou -1 (negativo), respectivamente. O cálculo deste índice requer a escolha de um critério de vizinhança, estabelecido por matrizes de proximidade, e sua validação é realizada por simulação (pseudo-significância).

Regressão Linear Múltipla

Empregando o IBM SPSS Statistics 20, a criação dos modelos de regressão lineares (Tabelas 1, 2 e 3) fundamentou-se no tratamento sistemático dos dados empregados e os seguintes procedimentos:

- o teste Q de Dixon para exclusão de valores discordantes (*outliers*) da variável dependente.
- a matriz de correlação, o teste F, e o teste denominado *stepwise* para a seleção de variáveis estatisticamente significantes.
- a distância de Cook e Mahalanobis para supressão de observações discrepantes.
- os testes de Shapiro-Wilk e Kolmogorov-Smirnov para análise de normalidade dos erros.
- os testes Breusch-Pagan e Levene para prova de homocedasticidade.

Ao analisar quais devem ser as variáveis selecionadas, determinando a contribuição de cada uma delas na obtenção de um quadro explicativo, seguiu a realização de recorrentes críticas sobre os resultados gerados. Por conseguinte, após estimar a equação do modelo de regressão linear geral, testes foram refeitos para verificar quais as variáveis mais adequadas para um modelo que exiba a propriedade de ser o mais simples possível.

Regressão Canônica

A técnica estatística da correlação canônica foi utilizada para medir o grau de associação (dependência) entre dois conjuntos de variáveis (Tabela 4). Esses conjuntos são, por exemplo, as taxas de homicídios dolosos (TH de 2005, TH de 2006, ..., TH de 2010) e da população residente (POPR de 2005, POPR de 2006, ..., POPR de 2010), que podem ser representados pelos vetores v_{TH} e v_{POPR} . De forma mais específica, a correlação canônica representa uma expansão do teste de regressão linear em que o objetivo é determinar uma combinação linear para cada grupo de variáveis (dependentes e independentes) que maximize a correlação entre os dois conjuntos de dados.

Essa maximização é medida pelos índices de qualidade do modelo canônico: a correlação canônica e os pesos canônicos. O primeiro mede a importância do modelo canônico e o segundo é um indicador da contribuição relativa do vetor de cada variável independente sobre o vetor dependente. Diante disso, quando esses vetores de variáveis são mais explicativos que as variáveis que os compõem, demonstra-se que tão importante quanto as características às quais elas são sensíveis é a variabilidade dessas características no decorrer do tempo.